



Juliana Marcia Santos Silva

**“A partir do momento que eu vi que não estava
sozinha que eu consegui avançar”:
Coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de
Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras**

Tese de Doutorado

Tese apresentada com requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Andréia Clapp Salvador

Rio de Janeiro
Setembro de 2024



Juliana Marcia Santos Silva

**“A partir do momento que eu vi que não estava
sozinha que eu consegui avançar”:
Coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de
Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo:

Profª Andréia Clapp Salvador

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Profª Geovana Silva

Departamento de Serviço Social – PUC-RIO

Profª Rosana Rodrigues Heringer

UFRJ

Profª Giselle Pinto

UFF

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador

Juliana Marcia Santos Silva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2017. Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela UFBA em 2020. Pesquisadora do grupo Ciência, gênero e educação (CIGE/NEIM/UFBA), do GT de Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais (GTMCMP/UFG) e do Grupo de Pesquisa de Ações Afirmativas e Reconhecimento (GPAAR/PUC-Rio). Idealizadora e professora do Curso preparatório para mães candidatas à pós-graduação, “Mamães na Pós”. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Macaé-RJ. Ativista do Coletivo Nacional de Mães na Universidade e representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) no Grupo de Trabalho Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras do Ministério da Educação .

Ficha Catalográfica

Silva, Juliana Marcia Santos

“A partir do momento que eu vi que não estava sozinha que eu consegui avançar” : coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras / Juliana Marcia Santos Silva ; orientadora: Andréia Clapp Salvador. – 2024.

173 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Coletivos de mães universitárias. 3. Novos movimentos sociais. 4. Permanência. 5. Mães na universidade. I. Salvador, Andréia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para minha vó Sandra que celebrou
cada uma das minhas conquistas como
se fosse uma vitória sua.
Vó, vencemos mais uma.

Agradecimentos

A minha querida orientadora, Prof^ª Dr^ª Andreia Clapp. Agradeço pelo acolhimento nesta cidade tão intensa, especialmente durante a pandemia. Por não desistir de mim quando desacreditei que conseguiria chegar até aqui.

Aos colegas do GPAAR e aos colegas da turma de 2020, que me acolheram nesta cidade e pela partilha da caminhada na pós-graduação

Ao Departamento de Serviço Social, por proporcionar meu reencontro e reconciliação com o Serviço Social.

A minha mãe por ser meu exemplo de mãe, mulher e profissional.

Ao meu pai pelas palavras de sabedoria e fé para sua “guerreira”.

Ao meu irmão pelo cuidado comigo, o companheirismo e a admiração.

Ao João Luiz Garcia Guimarães por ser meu melhor amigo e marido. Obrigada pela escuta, pelos ensinamentos e por ser lar, independentemente do local.

Aos meus avós pelas orações e pelo afeto, pois de tanto falarem com orgulho da “neta doutora que mora no Rio de Janeiro” me fizeram acreditar que era possível.

À família de Salvador e também à família que construí em Macaé e Niterói.

Aos colegas do CRAS Serra, do PADT, das ESFs Horto, Morro de São Jorge e Botafogo. E a turma do Nova Vida, em especial “meu estagiário”, Ygor.

As companheiras de luta do Coletivo Nacional de Mães na Universidade, pela companhia na luta por dias melhores e dias mulheres.

A Ivana, Mithaly, Kamilla, Andressa, Vanessa, Thamyres, Raquel, Alessandra, Aisha, Juddy, Carla e tantas outras amigas que fiz nessa jornada até aqui.

A Biguinha, meu companheiro de quatro patas e maior suporte emocional.

Ao GT de estudos técnicos sobre a Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação, por me permitir contribuir com essa política que tanto sonhei ver tornar realidade.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo fomento a esta pesquisa, pois sem este suporte material essa mulher negra, nordestina e da comunidade do Marotinho (Salvador) jamais poderia permanecer numa universidade de elite como esta.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Silva, Juliana Marcia Santos; Salvador, Andreia Clapp. **“A partir do momento que eu vi que não estava sozinha que eu consegui avançar”**: Coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras. Rio de Janeiro, 2024. 173p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os coletivos enquanto modelo de mobilização social já se apresentam ao longo da história do Brasil e do mundo, contudo vem crescendo exponencialmente entre os jovens universitários desde as manifestações de junho de 2013. Os coletivos de mães universitárias dão novo formato aos debates acerca dos direitos das mulheres-mães na universidade, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde encontramos os números mais expressivos destes coletivos. Sendo assim, o objetivo desta tese foi analisar a constituição dos Coletivos de Mães Universitárias no estado do Rio de Janeiro e o processo de adesão das ativistas que fundam esses coletivos. Além disso, identificamos as principais pautas dos coletivos de mães universitárias no Rio de Janeiro bem como as estratégias estabelecidas pelos coletivos para efetivação de seus objetivos. Pudemos compreender a gênese e a constituição dos coletivos de mães universitárias do estado do Rio de Janeiro, identificar as razões das estudantes para participarem destes coletivos e identificar as principais lideranças e protagonistas da fase de formação dos coletivos. Para isso, mapeamos os referidos coletivos e produzimos um mapa interativo, além de realizarmos entrevistas semiestruturadas com as ativistas fundadoras, que deram profundidade às narrativas apresentadas e identificaram as pautas, estratégias, conexões e as origens dos sete coletivos do Rio de Janeiro. Compreendemos que as mães figuram como estudantes não tradicionais e que, por isso, constituem redes de apoio internas e externas, nas quais o coletivo de mães se insere. Além disso, constatou-se que, embora os coletivos de mães universitárias possuam demandas semelhantes, seus modos de organização e suas estratégias são altamente responsivos ao seu contexto e às alianças que estabelecem entre as próprias ativistas, docentes, gestores, outros coletivos e instituições. Todavia, todos os

coletivos utilizam ativamente as redes sociais, característica que se torna ainda mais evidente durante o período pandêmico. Assim, os coletivos de mães universitárias já apresentam os primeiros resultados de suas atuações tanto nos seus contextos locais quanto no cenário nacional.

Palavras-chave

Coletivos de mães universitárias; novos movimentos sociais; permanência; mães na universidade.

Abstract

Silva, Juliana Marcia Santos; Salvador, Andreia Clapp (Advisor). **“From the moment I saw that I was not alone that I was able to move forward”**: Collectives of university mothers from the State of Rio de Janeiro based on the narratives of their founders. Rio de Janeiro, 2024. 173p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Collectives as a model of social mobilization have been present throughout the history of Brazil and the world, but they have been growing exponentially among young university students since the demonstrations of June 2013. Collectives of university mothers give a new format to the debates about the rights of women-mothers in universities, especially in the states of Rio de Janeiro and São Paulo, where we find the most expressive numbers of these collectives. Therefore, the objective of this thesis was to analyze the formation of the Collectives of University Mothers in the state of Rio de Janeiro and the process of adhesion of the activists who founded these collectives. In addition, we identified the main agendas of the collectives of university mothers in Rio de Janeiro, as well as the strategies established by the collectives to achieve their objectives. We were able to understand the genesis and constitution of the collectives of university mothers in the state of Rio de Janeiro, identify the reasons why the students participate in these collectives, and identify the main leaders and protagonists of the formation phase of the collectives. To this end, we mapped these collectives and produced an interactive map, in addition to conducting semi-structured interviews with the founding activists, which gave depth to the narratives presented and identified the agendas, strategies, connections, and origins of the seven collectives in Rio de Janeiro. We understand that mothers are non-traditional students and that, for this reason, they constitute internal and external support networks, in which the collective of mothers is inserted. In addition, it was found that, although the collectives of university mothers have similar demands, their modes of organization and strategies are highly responsive to their context and to the alliances they establish between the activists themselves, teachers, managers, other collectives, and institutions.

However, all collectives actively use social media, a characteristic that becomes even more evident during the pandemic period. Thus, the collectives of university mothers are already showing the first results of their actions both in their local contexts and on the national scene.

Keywords

Collectives of university mothers; new social movements; permanence; mothers at university.

Sumário

1_ Introdução	15
1.1_ A autora e o objeto de pesquisa	16
1.2 Procedimentos Metodológicos	17
2 Movimentos Sociais.....	21
2.1_ Novos Movimentos Sociais	28
2.2 Mulheres Em Movimentos Sociais No Brasil	33
2.2.1_ Feminismos em cena	36
2.2.2 Maternidades em movimentos sociais brasileiros: Uma breve análise	46
3_ Permanência e Reconhecimento	51
3.1_ Ações Afirmativas.....	57
3.2_ A Permanência De Mulheres-Mães Na Universidade	61
4_ Coletivos como novo formato de ativismo no Brasil	68
4.1_ O surgimento dos Coletivos no Brasil.....	72
4.2_ Coletivos de mães universitárias enquanto espaço de acolhimento e luta	79
4.3_ (R)existir no debate acadêmico: o fomento teórico dos coletivos de mães universitárias.....	85
4.4_ Onde estão os coletivos de mães universitárias do Brasil?.....	93
5_ Coletivos De Mães Universitárias Do Rio De Janeiro.....	99
5.1_ Afinal, o que é um coletivo? Definições das ativistas	103
5.2_ Os primeiros passos da organização dos coletivos de mães universitárias do Rio de Janeiro	109
5.3_ “A universidade que a gente quer”: as expectativas das ativistas no momento da formação de seus coletivos	125
5.4_ A relação entre coletivos de mães universitárias e outros grupos no ambiente universitário: a maternidade enquanto questão pendente	138
5.5_ Significados, sentidos e sentimentos das ativistas diante de seus coletivos	143

5.6 Onde estão as fundadoras dos coletivos de mães do Rio de Janeiro e o que mudou nos coletivos desde sua fundação?	153
6_Considerações Finais	158
7 Referências	162
Apêndice A - Roteiro de Entrevistas.....	172
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	173

Lista de figuras

Figura 1 - Celebração da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino pelo alistamento eleitoral de Julia Alves Barbosa.....	39
Figura 2 - Protesto da Campanha Contra a Carestia na Praça da Sé, em São Paulo.....	49
Figura 3 - Integrantes do Combahee River Collective em uma marcha em Boston, 1979	72
Figura 4 - Fotografia que foi destacada em mídias internacionais que cobriam as Jornadas de Junho no dia 13 de junho de 2013	75
Figura 5 - Registro da Primeira reunião do GT realizada em 27 de janeiro de 2024	85
Figura 6 - Foto de tela do Mapa interativo dos Coletivos de Mães Universitárias no Brasil no dia 26 de maio de 2024.....	98
Figura 7 - Logotipo COPAMA compartilhada pelos 3 coletivos	102
Figura 8 - Logotipo do coletivo de mães da UFRJ.....	102
Figura 9 - Logotipo do coletivo de mães da Unirio – Colodanda	102
Figura 10 - Logotipo do coletivo de mães do IFRJ	102
Figura 11 - Logotipo do coletivo de mães da UFF	103

Lista de abreviaturas e siglas

CMUs	Coletivos de Mães Universitárias
IES	Instituição de Ensino Superior
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
MEC	Ministério da Educação
MS	Movimentos Sociais
NIEM	Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade
NMS	Novos Movimentos Sociais
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Vozes-mulheres

A voz da minha bisavó ecoou
criança nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

(Conceição Evaristo)

Tudo o que almejo é que eu possa ecoar as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas das vozes-mulheres que vieram antes de mim

1 Introdução

Os movimentos sociais são importantes ferramentas dentro da democracia brasileira, assim como observamos na história do país especialmente no período de reconstrução da democracia e dos debates que impactaram na constituição de 88, que ficou conhecida como constituição cidadã. As questões de raça, etnia, gênero, sexualidade e outras tornaram-se pautas ainda mais relevantes para a sociedade, sendo movimentadas pelo movimento negro, feminista, LGBT, indigenista, etc. A cultura participativa se torna algo presente na vida dos brasileiros, mostrando que é possível organizar-se em torno de interesses em comum de determinados grupos.

É neste sentido que entre os jovens universitários se populariza um novo modo de agir político, a organização no formato de coletivos e, entre estes, surgem os coletivos de mães universitárias. Segundo Silva (2017) e Urpia (2009), as trajetórias de mães estudantes universitárias são atravessadas pela avidez de duas instituições, maternidade e universidade, que exigem dedicação quase exclusiva dessas mulheres. É na tentativa de exercer seus direitos à educação superior que as mães universitárias têm se organizado em coletivos, que proporcionam

a criação de uma rede de apoio mútuo, dentro da universidade, propondo reflexões quanto aos desafios na conciliação de cuidados dos filhos e estudos, e busca a construção de diálogos junto à instituição a que se vinculam para implementação de políticas públicas que apoiem a permanência das mães estudantes na universidade. (Oliveira; Souza, 2020, p.1772-1773)

A tese se viu também inclinada a se aprofundar na categoria permanência, conhecendo melhor as formas de permanência, as estratégias elaboradas pelos estudantes para permanecer e as políticas institucionais de assistência e de ações afirmativas que buscam promover esta permanência.

Na tentativa de conhecer os coletivos, ainda pouco explorados pela produção acadêmica, essa tese se fundamenta na teoria dos novos movimentos sociais para se debruçar sobre a realidade da origem dos coletivos. A necessidade em saber mais sobre esses coletivos procedeu à criação do primeiro mapa de coletivos de mães universitárias em outubro de 2021, fruto da fase exploratória

deste projeto. A partir daqui partimos para análise da constituição dos Coletivos de Mães Universitárias no estado do Rio de Janeiro e o processo de adesão das ativistas que os fundaram e que se espelha nesta tese de doutorado.

1.1

A autora e o objeto de pesquisa

A investigação acerca das trajetórias das mães na universidade já me acompanha desde o início de minha carreira científica na Universidade Federal da Bahia, local onde realizei investigação das trajetórias das mães negras na graduação e na pós-graduação. A notoriedade, alcançada por essas pesquisas, resultou na aproximação com lideranças de coletivos de mães universitárias que, inicialmente, passaram a me convidar para compor mesas e, posteriormente, para integrar o coletivo nacional de mães na universidade, mesmo não sendo mãe.

Minha imersão no tema sobre mães na universidade vem da minha infância, quando transitei pelos corredores e salas da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) em Salvador, acompanhando minha mãe ao longo de sua graduação em farmácia. Vivi a solidão de ser a única criança nos ambientes, olhada com olhares confusos e alguns de desprezo pela minha presença naquele lugar, lido como inadequado para mim naquela idade. A solidão se arrefeceu quando me tornei a pré-adolescente acompanhada do irmão em seus primeiros anos, os últimos da graduação da minha mãe. Passei as manhãs correndo atrás dele e tentando distraí-lo enquanto minha mãe tentava dividir sua atenção entre os dois filhos e a aula, sem apoio institucional, sem espaço infantil, sem dilatação de prazos e sem outras mulheres para compartilhar as vivências.

Enfatizo que há, na minha relação com as mães dos coletivos que pesquiso, o compartilhamento de respeito e afeto de quem compartilha das mesmas angústias. Da minha parte, há também a responsabilidade com essas mulheres, pois hoje ocupo uma posição que é igualmente vaidosa e cruel: a posição de “referência no assunto”. Assim, a realização desta tese vem de um desejo de algumas das ativistas que, ao me ouvirem – no auge da minha síndrome daimpostora – dizer que não sabia se o doutorado era para mim, apoiaram-me a seguir a carreira acadêmica e me sugeriram que eu estivesse aqui registrando, nessas palavras, a origem dos coletivos.

Ao longo da escrita desta tese, segui sendo pesquisadora e ativista ao lado de muitas companheiras do Coletivo Nacional de Mães na Universidade e do GT de estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior do Ministério da Educação. Por isso, coloco-me a advertir, desde já, as leitoras e os possíveis leitores desta tese: aqui há uma escolha acadêmica, mas também uma escolha política de quem anseia por uma universidade acolhedora para mães.

1.2 Procedimentos Metodológicos

De acordo com Perez (2018) e Maria e Ozório (2017), os coletivos universitários são um tipo de movimento social que tem se apresentado como um importante elemento de organização política e cooperação não hierarquizada entre os estudantes. Neste sentido, os coletivos de mães universitárias, segundo Oliveira e Souza (2020) e Silva (2019), contribuem diretamente para a permanência das mães na universidade, a partir do acolhimento, da luta conjunta e das conquistas já registradas, que transformam significativamente a experiência das mães que estudam.

Tomando como base a experiência de Oliveira (2019), que pesquisou o coletivo de mães universitárias da UFF, entendemos que a formação e manutenção de um coletivo é bastante difícil, tendo em vista as múltiplas jornadas assumidas pelas possíveis integrantes, que conciliam maternidade, ensino, trabalho doméstico e, muitas vezes, um vínculo formal de trabalho. Assim, supomos que tal experiência é compartilhada por outros coletivos e suas ativistas.

A luta dos coletivos de mães universitárias diferencia a experiência das mães que são estudantes das experiências de outras estudantes sem filhos e valoriza a identidade da mulher-mãe, enquanto busca pelo direito à educação superior. Assim, entendemos que esses coletivos atuam no enfrentamento da subordinação social gerada pela dominação masculina, apresentando-se como um exemplo de luta por políticas de reconhecimento, abordadas por Nancy Fraser (2006), a fim de erradicar a dominação cultural do machismo e do sexismo. Esse processo se dá não só pela dimensão política da atuação desses coletivos, mas também há no processo de luta a construção de vínculos afetivos a partir da identidade compartilhada entre as ativistas.

Sendo assim, no processo da pesquisa tomamos como objeto “A constituição dos coletivos de mães universitárias no estado do Rio de Janeiro” e a partir dele delimitamos como objetivo geral: Analisar a constituição dos Coletivos de Mães Universitárias no estado do Rio de Janeiro e o processo de adesão das ativistas que fundam esses coletivos.

Para nos guiar ao alcance deste objetivo detalhamos em objetivos específicos: Identificar as principais pautas dos coletivos de mães universitárias no Rio de Janeiro; Identificar as estratégias estabelecidas pelos coletivos para efetivação de seus objetivos; Compreender a gênese e a constituição dos coletivos de mães universitárias do estado do Rio de Janeiro; Identificar as razões das estudantes para participarem dos coletivos de mães universitárias; Identificar as principais lideranças e protagonistas da fase de formação dos coletivos.

Com o propósito de compor um caminho investigativo que nos levasse a responder à questão central “Como se formaram os principais CMUs e quais propostas se formaram ao longo do processo de sua constituição, a partir da perspectiva das suas ativistas?” a pesquisa foi orientada pelas seguintes questões:

- Como se deu o processo de formação dos coletivos de mães universitárias do estado do Rio de Janeiro?
- Quais foram as principais pautas dos coletivos de mães universitárias no Rio de Janeiro?
- Quais foram as principais lideranças estudantis que formaram os Coletivos de Mães Universitárias?
- Quais foram as estratégias estabelecidas pelos coletivos para efetivação de seus objetivos?
- Como se dão as relações estabelecidas entre os coletivos e as universidades?

No ano de 2020, ao perceber a intensa atividade dos coletivos nas redes sociais e diante das restrições impostas pelo cenário pandêmico, escolheu-se realizar mapeamento dos coletivos de mães universitárias a partir da busca com os descritores “mães universitárias”, “mães na universidade”, “coletivo de mães universitárias” e “coletivo mães” nos aplicativos *Instagram e Facebook* para identificar os coletivos de mães existentes no Brasil. Assim, localizamos 40

coletivos, sendo 7 deles do estado do Rio de Janeiro, local ao qual esta pesquisa se dedica.

Acrescentou-se a esta pesquisa a coleta de dados a partir do método de entrevista do tipo semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.” (Minayo, 1992, p. 261-262). Este método permitiu que as ativistas fundadoras entrevistadas respondessem às perguntas de maneira mais livre que na entrevista estruturada, mais ainda garantiu à entrevistadora a condução do diálogo estabelecido.

A entrevista semiestruturada permitiu aprofundamento acerca da constituição dos coletivos, tendo em vista que as fontes bibliográficas atualmente ainda são insuficientes para o delineamento deste processo. Assim, escolhemos realizar entrevistas com as ativistas que compuseram os coletivos de mães universitárias nos dois primeiros anos de sua fundação.

A escolha em trabalhar com o estado do Rio de Janeiro deu-se após pesquisa exploratória de mapeamento nacional dos coletivos de mães universitárias, que resultou na identificação de 40 coletivos. Neste momento, identificamos a grande movimentação dentro do Estado do Rio de Janeiro, que concentra o segundomaior número de coletivos (7 coletivos). Entre eles está o Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ (COPAMA-UFRRJ), o segundo coletivo de mães universitárias fundado no Brasil (em 2014) e o mais antigo ainda em atividade, o que nos possibilitará conhecer parte do início da história dos coletivos de mães no cenário nacional.

Foram estudados aqui os seguintes coletivos:

- Coletivo de Pais e Mães do Campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – COPAMA;
- Coletivo de Mães da Universidade Federal Fluminense – CMUFF;
- Coletivo de Mães da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Mães da UFRJ;
- Coletivo de Pais e Mães do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - COPAMA UFRRJ ITR;
- Coletivo de Pais e Mães do campus Nova Iguaçu e Instituto Multidisciplinar Da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - COPAMA UFRRJ IM;

- Coletivo Dandara de Mães e Gestantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Colodanda;
- Coletivo “Mães, criaturas invisíveis” do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ.

Para a fase de análise, as entrevistas passaram por transcrição e foram analisadas buscando as inferências entre as entrevistas, a base teórica e os outros estudos semelhantes que fundamentam este trabalho, sempre norteada pelos objetivos aqui delimitados.

2 Movimentos Sociais

Uma categoria importante para compreender a atuação dos coletivos aos quais este trabalho se dedica é a categoria movimentos sociais, entendidos aqui como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2011, p. 335). Os movimentos sociais ocupam o espaço da fronteira entre o Estado e a sociedade civil, sendo organizações coletivas que representam interesses sociais, realizam um diagnóstico da realidade social e se articulam na luta pelas transformações desta realidade analisada.

Faz-se necessário ressaltar que a noção de movimentos sociais não é consensual nas ciências sociais e encontra-se deturpada no senso comum. Sendo assim, os abundantes tipos e espécies de movimentos sociais têm sido tratados e não diferenciados dos protestos, revoltas, lutas, manifestações e outras ações coletivas, contudo a noção de movimentos sociais não deve ser aplicada a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política. Diante disso, acredita-se que ainda há dentro de cada cidadão uma representação do que seria um movimento social, e essa representação sempre envolve um grupo de pessoas engajadas em torno de algum ganho social de cunho material ou simbólico (Touraine, 2006; Gohn, 2011, 2022).

Ao elaborar o verbete sobre movimentos sociais no *Dicionário de Política*, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.787) nas primeiras linhas advertem ao leitor que “não foi elaborada até hoje uma teoria totalmente abrangente e inteiramente satisfatória da problemática em exame.” Em convergência Gohn(2014) também afirma que, embora exista um número razoável de estudos específicos e de diversos paradigmas explicativos sobre a problemática dos movimentos sociais, ainda não se pode afirmar que existem teorias suficientemente elaboradas a seu respeito. Tal dificuldade se dá devido à multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são os movimentos

sociais, resultando em considerações que designam como “movimento social” uma gama de movimentos díspares entre si.

O avançar dos anos até a atual década de 2020 trouxe um número abundante de estudos acerca dos movimentos sociais que pouco alteraram esse cenário, pois esses estudos não geraram um consenso em sua conceituação. Observa-se ainda a repetição do mesmo referencial fundamentado em Touraine, Melucci e Tilly. A esses nomes, integrou-se no cenário latino-americano a própria Gohn. Após a publicação do livro *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos* (originalmente publicado em 1997), tornou-se referência mister para a discussão dos movimentos sociais brasileiros e latino-americanos. Além disso, Gohn tem investido na investigação desse tema, com inúmeras publicações acerca dos movimentos sociais e seu impacto.

Para Gohn, “um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (Gohn, 2019, p.14). Esses movimentos representam uma forma da população se organizar a fim de expressar quais são suas principais demandas e pressionar o Estado para que essas sejam atendidas.

Neste sentido, a compreensão de movimentos sociais sob a ótica do clássico Alain Touraine aponta que: "os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir do seu sistema de ação histórica, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos" (Touraine, 1975, p. 397). Movimento social é então uma ação coletiva que questiona o modo de dominação social predominante, e sua conceituação envolve a combinação de três princípios: a identidade, entendida como a autodefinição do ator social; a oposição, entendida como a definição de um inimigo ou adversário; e a totalidade, participação no sistema de ação histórica (Touraine, 1975; 2006).

A escolha por essa abordagem se deu pois foi observado que, assim como os movimentos que se organizam em torno de grupos socialmente subalternizados, os coletivos de mães se organizam com vistas a alcançar a justiça nas relações sociais a partir da atuação conjunta. Analisar os coletivos a partir da literatura sobre movimentos sociais é uma escolha feita também por autores como Gohn (2017; 2022), Costa (2020) e Perez (2018) e Perez e Souza (2017; 2020), cujos trabalhos são pioneiros nos estudos de coletivos no Brasil.

Entretanto, buscaremos apresentar aqui algumas abordagens teóricas

selecionadas dentre as disponíveis, enfatizando o potencial dos movimentos sociais para a ampliação da cidadania e da democracia na história brasileira.

Ao aprofundar-se na Teoria dos Movimentos Sociais, Gohn (1997) opta por analisá-los a partir de paradigmas por ela identificados. A autora diferencia quatro grandes paradigmas dos movimentos sociais: o norte-americano, o latino-americano e os dois movimentos europeus, a saber, o marxista e dos novos movimentos sociais. Para compreender de qual conceito de paradigma que está tratando, Gohn (1997, p. 13) o apresenta como um “conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social”.

A autora aponta que utiliza o critério geográfico-espacial na categorização dos paradigmas citados como um recurso pedagógico para “localizá-lo diferencialmente, enquanto corrente teórico-metodológica composta por teorias formuladas a partir de realidades específicas” (p. 13). Contudo, apenas a Europa e a América do Norte geraram teorias próprias, enquanto na América latina as posturas foram híbridas, gerando informações próprias, mas produzindo um conhecimento baseado por teorias criadas em contextos diversos de suas realidades nacionais.

Em síntese, ainda segundo a autora supracitada, o paradigma norte-americano apresenta explicações centradas nas estruturas das organizações dos sistemas sociopolíticos e econômicos e tem como categorias básicas: sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social, etc. É a partir dessas categorias que ele desenvolveu diversos conceitos e noções analíticas como a privação cultural, mobilização de recursos, micro mobilizações, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, etc. (Gohn, 2020).

No caso da Europa, tratamos de dois paradigmas: o marxista e dos novos movimentos sociais. O primeiro fundamenta-se “nos estudos dos processos teóricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais.” (Gohn, 1997, p. 15) e tem como categorias básicas as categorias marxistas já conhecidas como classes sociais, conflitos, interesses de classes, Estado, reprodução da força de trabalho, contradição, lutas de classes, etc., enquanto o segundo elaborou as noções e conceitos de experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política,

contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo, etc.

A materialização deste paradigma na história dos movimentos fica latente quando notamos que se registra no séc. XIX as primeiras formas de organizações sociais no movimento dos trabalhadores com os primeiros sindicatos que atuavam não somente visando melhores condições de trabalho, mas também na consolidação da noção de classe trabalhadora. Seu vínculo se dava diretamente à contradição capital/trabalho, como partidos e sindicatos chamados por Gohn (1997) de movimentos clássicos ou tradicionais. A relação entre os movimentos sociais e o novo cenário social que se constituiu com o advento do capitalismo é explicitada por Gohn (2001) que considera que:

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista, etc., são todos os elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais. (Gohn,2001, p.15-16).

Para Paoli e Telles (2000) o movimento dos trabalhadores é de suma importância para os movimentos sociais, pois ele modifica o sentido e a imagem que se tinha da relação entre o Estado e a sociedade dentro da democracia, tornando a política um espaço de partilha e proximidade a partir da participação organizada daqueles que constituem essa sociedade que, mesmo desigual e dividida, ainda é capaz de interagir utilizando critérios construídos de entendimento. Nesse sentido, esse movimento pavimenta o caminho para uma democracia mais consolidada que é observada no início dos anos 90.

O Paradigma Marxista, que se relaciona com os contextos supracitados, inspirou duas correntes de pensamento: a ortodoxa, que predominou na primeira metade do século XX até a década de 1960, e a humanista, que ganhou destaque a partir dos anos 1960, embora já houvesse produções das décadas iniciais do século. A revisão crítica dos trabalhos das duas correntes de pensamento tanto originou as abordagens “neomarxistas” quanto motivou a criação dos paradigmas dos Novos Movimentos Sociais (Gohn, 1997).

Com a crise da abordagem marxista (principalmente da corrente ortodoxa), surgiram concepções heterodoxas do marxismo, com variados graus de abandono dos pressupostos originários e interpretações que propõe novos referenciais para entender os novos fenômenos políticos e sociais. (Picolotto, 2007, p.160).

Isso significa que os novos fenômenos demandavam novas referências para compreender esses novos contextos que surgiam. Assim, emergiram críticas à abordagem puramente marxista que se somaram ao contexto social que demandava maior atenção a questões culturais, identitárias, subjetivas e outros elementos, trazendo para o cenário o segundo Paradigma Europeu, dos Novos Movimentos Sociais. Este paradigma

parte das explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas desse paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas, etc. (Gohn, 2000, p.16).

É no período dos Anos 80 que o paradigma norte-americano e a corrente europeia dos novos movimentos sociais travam um intenso debate resultando em uma nova corrente teórica que enfatizava o processo político das mobilizações e das bases culturais de sustentação delas, tal perspectiva passou a predominar na América. Sua categoria chave era a estrutura das oportunidades políticas.

O paradigma latino-americano por sua vez viu-se representado nos movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana e nas lutas pela terra. No que tange a teoria, ele foi predominado pela vertente marxista nos anos 70 e pelas teorias e abordagens dos novos movimentos sociais nos anos 80, ou seja, o movimento se apropriou de teorias produzidas em contextos diversos a sua realidade. Na releitura das teorias criaram também suas próprias categorias de análise como novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, setor terciário privado e público, etc. (Gohn, 2011).¹

¹ Com base nos paradigmas apresentados, é importante destacar que Gohn (2007) enfatiza que, nos últimos dez anos, as ciências humanas vêm apontando para uma crise do paradigma dominante da modernidade. Essa crise, juntamente com as transformações sociais trazidas pela globalização e o

A compreensão destes paradigmas, enquanto um modelo exemplar, nos servem para compreender a relação entre a conjuntura e a teorização acerca dos movimentos sociais, que se altera diante de cada momento e cada realidade. Neste sentido, a realidade brasileira segue ao mesmo passo, tendo cada momento histórico-político do país estabelecido os motes de luta dos movimentos sociais.

Embora os movimentos sociais tenham se tornado um fenômeno global a partir da década de 1960, a intensificação dos movimentos sociais no Brasil se dá a partir da década de 1970, em especial aos movimentos que faziam oposição frente ao regime cívico-militar, culminando no movimento pela Lei da anistia, assinada em 1979. (Paiva, 2018; Scherer-Warren, 2007; Gohn 1997; 2011). Com a queda do regime militar, nas palavras de Paiva (2018, p.262-263), “destampava-se, assim, a “panela de pressão” dos vários movimentos reprimidos desde 1964”.

Ainda na década de 70, entram em cena algumas novas organizações rurais, como os sem-terra, os atingidos pelas barragens e os boias-frias, além dos “novos movimentos sociais” que se organizam em torno das lutas identitárias relacionadas a raça, gênero, etnia, etc., na busca pela ampliação da democratização social e política. Esses movimentos denunciavam as assimetrias sociais de poder nas relações cotidianas, no exercício da cidadania e no acesso a bens e serviços, como saúde, educação e justiça. Essa década marca o início da formação de uma nova sociabilidade política, que questionava o autoritarismo de Estado e os arranjos sociais injustos e excludentes. Os movimentos desse período tinham a autonomia política e organizacional como uma de suas principais diretrizes. Ademais, tanto no Brasil quanto na América em geral os movimentos sociais sempre tiveram o Estado enquanto referência, seja para contestá-lo ou para estabelecer uma negociação com ele. (Scherer-Warren, 2007; Paiva, 2013; Paiva; Sanches, 2022)

Os movimentos dos anos 80 apresentam uma intensa dinâmica associativa e organizativa que alteram radicalmente o cenário político, distanciando cada vez mais o país de seu passado autoritário e excludente. São esses movimentos diversos que colocam holofotes sobre as diversas esferas da vida social a serem discutidos na esfera pública, modificando e ampliando a noção de cidadania. Os movimentos sociais e populares desse período também marcam presença na

impacto da tecnologia nas relações sociais, indica a necessidade de reconhecer uma transição paradigmática (GOHN, 2007, p.41).

construção da Constituinte de 1988, abrindo a discussão sobre suas pautas, mas também sobre a necessidade de reconhecer as práticas participativas enquanto parte da cidadania que se construía a partir da vindoura carta magna (Paoli; Telles, 2000).

Os anos 90 se iniciam com as mobilizações populares em torno do impeachment do presidente Fernando Collor, em especial as manifestações estudantis dos “caras-pintadas”. Algumas lideranças denominaram o movimento de maneira geral como “Movimento pela Ética na Política”. Especialmente a partir dessa década as eleições de representantes de movimentos sociais progressistas abriram espaços para a ampliação das discussões trazidas por esses movimentos nas diversas esferas de governo.

Organizam-se nesse período também o Movimento nacional contra as reformas estatais, Ação da cidadania contra a fome, a miséria, pela vida e a Caravana da cidadania, enquanto no cenário rural crescem e se consolidam o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Scherer-Warren, 2007; Gohn, 1997; 2022). Além disso, os movimentos étnicos que já existiam no país ganham maior visibilidade no cenário público e “passam a negociar espaços de participação na elaboração de políticas sociais e culturais, especialmente por intermédio de representantes dos movimentos indígenas, quilombolas e de populações negras.” (Scherer-Warren, 2007, p. 13).

Ao retomar os estudos sobre os movimentos sociais no séc. XXI, Gohn (2011) delinea que, em toda a América Latina, há uma retomada do movimento popular urbano de bairros, ou neocomunitarismo, e o ressurgimento de lutas sociais anteriormente consideradas como tradicionais, renovando as lutas coletivas e atuando em novos conflitos. Além disso, destaca que esses movimentos foram duramente criminalizados pela mídia e alguns órgãos públicos.

Dentre os diversos movimentos que se destacam nesse período, estão os muitos movimentos dos estudantes em toda a América Latina. movimentos estes que, na verdade, não se limitam aos estudantes, mas se espriam por toda a área da educação, que apresenta um grande potencial em seus “processos educativos e pedagógicos para o desenvolvimento de formas de sociabilidade e constituição e ampliação de uma cultura política, passou a ser uma área estratégica também para

os movimentos populares.” (Gohn, 2011, p. 210).

O cenário deste século traz consigo novas demandas, identidades, perfis de participantes e repertórios, mas também traz consigo o intenso uso das novas tecnologias, em especial as redes sociais. (Gohn, 2011; 2022; Castells, 2013).

Desta forma, podemos compreender que os movimentos sociais são ações sociopolíticas desempenhadas por atores sociais atravessados por diversas categorias de gênero, raça e classe. Suas ações são norteadas a partir de temas ou de problemas vivenciados pelos grupos dentro das relações sociais e ganham centralidade no movimento que, na medida em que se mobilizam, também criam uma identidade coletiva a partir dos interesses compartilhados pelo grupo. Segundo Gohn (1997):

Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.[...] Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. (Gohn, 1997, p.252)

Isso significa que os movimentos sociais possuem um potencial de inovação e transformação da sociedade civil e política, podendo transformar a história do país, como já pontuamos ao longo deste capítulo. Este potencial transformador pode se dar tanto na esfera macro como na esfera mundial, nacional, regional ou estadual, bem como em esferas menores, a exemplo de pequenos distritos, bairros ou instituições, como as universidades. Mudanças assim observaremos nos capítulos seguintes.

2.1 Novos Movimentos Sociais

Segundo Perez e Souza (2017), a teoria dos novos movimentos sociais pressupõe que a modernidade é caracterizada por lutas identitárias, expressam demandas de ordem simbólica e estariam voltados para a construção ou o reconhecimento das identidades coletivas. Podemos concordar com os autores, mas devemos destacar que os NMS não se resumem a luta identitária e simbólica, além de enfatizar que questões identitárias e simbólicas refletem em questões

materiais.

A teoria dos novos movimentos sociais, segundo Touraine (2006), não tem como princípio a transformação das situações e relações econômicas, tais como os movimentos sociais tradicionais, defendem a liberdade e a responsabilidade individual ou coletiva contra a lógica impessoal do lucro e da competência, além de ir contra uma ordem estabelecida que decide o que é normal ou não, permitido ou não.

Picolotto (2007) traz como traços característicos dos “novos movimentos sociais”:

a) a eliminação da centralidade de um sujeito pré-determinado e específico criado pelas contradições do capitalismo.(...) O novo sujeito é apresentado como um coletivo difuso, não hierarquizado, que luta pelos progressos da modernidade e, ao mesmo tempo, é crítico à ela, fundamentando as suas ações em valores tradicionais, solidários e comunitários; b) a política ganha centralidade nas análises, ao mesmo tempo em que amplia o seu leque de abrangência, passando a ser considerada como uma dimensão da vida social que abarca todas as práticas sociais. Há uma ênfase nas relações microssociais e culturais; c) a construção de um modelo teórico baseado na cultura, que apesar de fazer uso das bases marxistas que veem a cultura como ideologia, afasta-se da noção de ideologia como falsa representação da realidade; e, d) os atores são analisados por dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. (p.160 -161)

Os “novos movimentos sociais” ultrapassam a categoria classe, pois, além de demandas resultantes da exploração no plano produtivo, existem também demandas advindas da expropriação dos direitos humanos e civis, constituindo-se, assim, grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, mulheres, homossexuais, pela paz, pela preservação do meio ambiente etc. Desta forma, é possível dizer que os Novos Movimentos Sociais identificam questões culturais que podem ou não estar relacionados à “classe” e ao modo de produção capitalista. Além disso, a novidade dos “novos movimentos sociais” é que eles se voltam mais para a autogestão e a promoção de uma democracia interna e menos para a tomada de poder. (Gohn, 2001; 2022; Cavalcante, 2015; Paiva, 2018).

Esses movimentos vinculados a questões identitárias como raça, gênero, sexualidade, etnia, etc. movimentam um importante debate sobre cidadania e as hierarquias sociais que insistem em subalternizá-los a partir do racismo, sexismo, homofobia, etarismo, etc. Esses grupos que comumente chamamos de minorias sociais - por serem uma minoria em poder, mesmo que em alguns casos constituam a maioria numérica demográfica – organizam-se em movimentos

sociais na luta pelos seus direitos.

Os movimentos sociais que se multiplicaram durante o período da ditadura, especialmente na década de 70, também ficaram conhecidos como novos movimentos sociais. Estes movimentos “produziram um novo sujeito coletivo pautado em novos padrões de sociabilidade, mais horizontais e cientes do que lhes é de direito.” (Perez; Souza, 2017, p.6).

Podemos considerar que esse cenário é um sintoma do sentimento pró-democracia que se instalava no país graças a esse novo padrão de sociabilidade. Esse novo sujeito coletivo carrega feridas da negação de seus direitos e do autoritarismo vivenciado na ditadura, após tomar consciência do que lhe é de direito passa a pautar não só os resultados, mas também que seja incluído no processo de tomada de decisões.

Na década de 80, a luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos (raça, gênero, sexualidade, etnia, etc.) efervesce no Brasil e integram também os debates do processo de redemocratização que ocorre no país, quando se constitui uma intensa luta por uma sociedade mais justa e igualitária a partir da reivindicação de direitos. Os movimentos da mobilização social e política culminam na campanha “Diretas já”, mobilizam um intenso debate na constituinte de 1987, resultando na representação dos interesses de diversos desses grupos sociais na Constituição de 1988 (Gohn, 2004; 2011; 2022; Paiva, 2010; Paoli; Telles, 2000).

A Constituição Federal de 1988 representa um grande marco para a história da democracia do Brasil, é considerada “a constituição cidadã”, por conter em seus parágrafos não só a garantia de direitos e o estabelecimento de deveres para o Estado e os cidadãos, mas também grandes avanços na consolidação da cidadania. Por sua vez, traz consigo a possibilidade de participação popular no que tange o desenvolvimento das políticas públicas para além do voto. É no contexto da Constituição de 88 que é trazida a possibilidade do que chamamos de democracia participativa, participação esta realizada não apenas pelos cidadãos individualmente, mas também organizados em movimentos sociais.

As novas possibilidades de articulação dos movimentos sociais resultam não só na representação dos seus interesses nessa constituição, mas também no reconhecimento desses movimentos enquanto parte da democracia e como ferramenta legítima de participação social da sociedade civil. Gohn (2022)

ênfatiza que os ganhos dos movimentos relacionados a minorias sociais não se limitaram a constituição de 1988, mas se estenderam em um segundo momento com várias conquistas legais e com a criação das políticas públicas voltadas para grupos identitários ao longo dos anos de 1990-2000 e parte de 2010, trazendo transformações efetivas para o exercício da cidadania dos brasileiros. Nesse sentido, podemos afirmar que esses movimentos trazem novos formatos possíveis de articulação e assim fortalecem a interação discursiva na esfera pública. (Paiva, 2010). Ressalta-se a importância desses movimentos

[...] pela constituição, no terreno conflituoso da vida social, de arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade como acontecimentos, no qual os sujeitos coletivos se constituem como interlocutores válidos e nas quais os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais demandas coletivas são problematizadas e avaliadas nas suas exigências de equidade e justiça. (Paoli; Telles, 2000, p.106)

Nessa luta por equidade e justiça encontramos alguns movimentos sociais voltados para questões como raça, sexualidade e gênero que entendem que essa busca pode ocorrer a partir da luta por ações afirmativas, aqui entendidas como “[...] políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.” (Gomes, 2001a, p.90).

Esses movimentos sociais identificaram que o reconhecimento é a chave para a transformação na vida dos sujeitos oprimidos, pois, nas palavras de Paiva (2018), “o não reconhecimento produz formas de opressão, distorções reais e, conseqüentemente, danos àqueles que são submetidos às diversas formas de desrespeito.” (p. 266). Assim os movimentos podem se constituir para lutar pela implementação ou aplicação dessas políticas de reconhecimento.

Além da constituição para lutar por essas políticas os motivos que levam a formação dos novos movimentos sociais são diversos, podendo vir de uma demanda social ou uma bandeira em comum. Para Castells (2013), eles geralmente são originados “de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas.” (Castells, 2013, p. 127). Segundo ele, muitos surgem de demandas já antigas, contudo não é incomum que algum evento significativo seja motivador para a organização desses movimentos, como afirma Castells (2013): “os movimentos sociais muitas

vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações” (p.127)

Castells (2013) aponta que muitos movimentos sociais são redes de indignação com as instituições políticas e de esperança por um futuro melhor, sendo considerado pelo autor alavancas da mudança social. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram significativos instrumentos da democracia participativa por possibilitar uma participação na transformação social para além do voto.

Este poder de transformação pode se dar também a partir do caráter educador desses movimentos. Aponta Gohn (2001, p.16) que a educação “ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo.”. Ela, assim como Nilma Lino Gomes (2017), extrapola a noção tradicional de educação escolar e/ou institucionalizada e evidenciam o fato de que dentro desses espaços há possibilidade de aprendizado sobre diversos temas como organização e cultura política, sobre as relações sociais e o impacto das desigualdades. Sobre esse papel educador Nilma Lino Gomes (2017, p.16) reafirma no trecho a seguir: “Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais.”. Desta forma, podemos afirmar que a educação não é apenas uma pauta de atuação dos movimentos sociais, mas que em sua própria atuação esses movimentos se constituem como um espaço educativo que acabam por contribuir para os processos emancipatórios e de construção de consciência crítica.

Contudo, ressalta-se que, apesar de muitos movimentos estarem associados a lutas de minorias, como anteriormente mencionado, é possível que eles também se encontrem associados a grupos conservadores e antidemocráticos, que podem estar desalinhados ou alinhados ao discurso do Estado.

A ampliação de movimentos ligados a valores conservadores e liberais já vinha se expandindo desde o início dos anos 2000, e é um forte exemplo da onda neoconservadora e reacionária que se espalhou pelo Brasil e o mundo, constituindo uma “democracia criminalizada” (Ranciere, 2015 *apud* Neves, 2016, p.3), pautada em valores antidemocráticos. Segundo Neves (2016), trata-se de

“uma ‘onda participativa às avessas’ que afirma suas posições conservadoras, reacionárias, xenófobas, e marcadas pelo moralismo, higienismo da pobreza e suas consequências num mundo dividido entre classes sociais.” (Neves, 2016, p.3).

Um exemplo nítido dessa participação às avessas no Brasil foi a corrida eleitoral de Jair Bolsonaro em 2017. Com seu discurso fortementeultraconservador e neoliberal o candidato contou com forte apoio de alguns movimentos de diversas categorias sociais, muitos deles movidos pelo discurso de combate a corrupção que o então candidato manifestava. Seus grupos de eleitores se fizeram presentes não só no período eleitoral, como também durante o seu mandato de 4 anos. A atuação desses grupos se dava intensamente por meio das redes sociais, especialmente com uso de *boots* que são sistemas desenvolvidos para realizar tarefas automatizadas e repetitivas, e foram utilizados para reproduzirem o comportamento humano nas redes e simular maior apoio a Bolsonaro.

2.2 Mulheres Em Movimentos Sociais No Brasil

O movimento de mulheres sempre se faz presente dentro de cada nação, sendo um dos mais destacados quando se pensa em movimentos sociais organizados em torno de uma questão cultural ou de uma categoria social. As mulheres organizadas foram responsáveis por destacar que interpretações sobre o seu sexo biológico vinha colocando as mulheres em posições de desvantagens sociais que iam desde a sua destinação para o trabalho reprodutivo até a depreciação de seu potencial cognitivo para participação em espaços políticos e científicos. Desta forma, foram negadas por muitos anos de receberem educação igualitária e a participar das decisões políticas por meio do voto.

A presente análise considera que o movimento de mulheres é uma organização da sociedade civil que defende a manutenção e a ampliação dos direitos das mulheres e luta contra as desigualdades e discriminações que elas enfrentam. Sua conceituação enfrenta problemas de definição, tendo em vista que muitas vezes é confundido com o movimento feminista ou enfrenta conflitos entre perspectivas acerca da inclusão ou não de pautas que se referem às crianças, questões raciais ou de temas LGBTQ+, especialmente no que tange o reconhecimento das mulheres trans na categoria “mulher”.

Tal dificuldade conceitual pode estar também associada ao fato de que o movimento de mulheres é geralmente lido a partir de suas demandas, que alcançam não só a categoria “mulher”, mas toda a sociedade.

O “movimento de mulheres” é algo muito mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras: creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc. São demandas que atingem toda a população e todos os sexos, mas têm sido protagonizadas pelas mulheres. (Gohn, 2007, p. 56)

Isso se dá devido ao fato de que as mulheres, em especial as mulheres negras, estão na base da pirâmide social na sociedade patriarcal, sendo assim, ao movimentar os direitos dessa base, movimenta-se toda a perspectiva do acesso a direitos por outros grupos.

O movimento de mulheres brasileiro é um dos movimentos mais respeitados no mundo e um dos que apresenta melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Sua potência se expressa também nos encaminhamentos da constituição de 1988 que chegou a contemplar 80% das propostas apresentadas pelo movimento naquele período, transformando profundamente a condição feminina no país (Carneiro, 2003).

Gohn (2007) localiza o movimento das mulheres como integrante do movimento por direitos identitários, nos alertando para o fato de que o movimento de mulheres aborda a esfera da cultura, da economia, das relações sociais e das relações políticas. Além disso demarca que as mesmas são protagonistas de diversas ações coletivas como redes associativas, organizações não- governamentais (ONGs), associações de bairros, comunitárias, de entidades assistenciais, organizações empresariais de responsabilidade social, nos movimentos sociais propriamente ditos e também em conselhos de gestão pública e fóruns, além de serem maioria nos movimentos feministas, movimentos populares por melhores condições de vida e trabalho, nos movimentos pela inclusão de crianças e adolescentes em situação de rua e nos movimentos que lutam contra violência e o uso de drogas. Contudo, apesar de toda essa intensa participação feminina, há uma invisibilidade da atuação das mulheres nos movimentos (Gohn, 2007). Tal cenário assente com a afirmação de Beth Souza- Lobo (1991, p. 247) que é precisa ao dizer que “frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato,

atrizes”.

Uma questão significativa para compreensão da base epistêmica dessa tese é a diferenciação entre movimento de mulheres e movimento feminista, pois comumente todo movimento de mulheres é denominada pelo senso comum como “feminismo”, contudo, segundo Costa (2005), é o movimento feminista que é parte integrante do movimento de mulheres. Sobre o feminismo Melo e Thomé (2018) definem:

o feminismo compreende movimentos políticos e sociais que pretendem construir direitos iguais para os seres humanos na sociedade. São teorias e filosofias que pregam a igualdade entre homens e mulheres, além de promover a construção dos direitos das mulheres. Ou de uma percepção coletiva das mulheres de que existe uma opressão, dominação e exploração de que foram e são objetos de sujeição por parte dos homens. (p.19)

O feminismo foi uma ferramenta importante para dar visibilidade pública de coletivo ao papel que as mulheres têm desempenhado nas sociedades. Dentro dos movimentos sociais, o movimento feminista é um exemplo de reconhecimento, consolidação e liderança na sociedade, devido ao altíssimo nível de reflexão realizado em suas práticas, chegando a constituir a sua própria teoria que reflete sobre a vida e as práticas cotidianas ao longo da história, realizando interconexões com diversas categorias sociais de opressão como racismo, classismo, etarismo, etc.

Desta forma, a diferenciação entre movimento de mulheres e movimento feminista precisa ser enfatizada, pois nem todas as mulheres que integram o movimento de mulheres se reconhecem dentro do feminismo por motivos que vão desde a repulsa ao progressismo promovido por este movimento até a crença nas representações sociais difamatórias disseminadas sobre o movimento como a prática do aborto, promiscuidade, falta de higiene, falta de beleza, etc. Essas representações são intensamente disseminadas por movimentos antifeministas e conservadores que se espalharam pelo mundo nos últimos anos.

No Brasil, uma onda participativa avessa ao movimento feminista emergiu com mulheres organizadas contra o feminismo utilizando camisas com palavras de ordem, como “Damas contra o feminismo”, “feminina sim, feminista não” e “eu não preciso do feminismo”. No Brasil, esse movimento tinha como figuras centrais Sara Winter, ex-feminista e figura política da direita, e Ana Campagnolo, sendo esta autora do livro referência do antifeminismo “Feminismo: Perversão e

Subversão”.

Sendo assim, o movimento de mulheres é uma força social coletiva que toca em questões culturais, políticas e econômicas e vem destacando a necessidade de ampliar o debate sobre as demandas próprias das mulheres

2.2.1

Feminismos em cena

O movimento feminista é um grande exemplo de mobilização dentro dos movimentos sociais, pois, por mais de 200 anos de história, registra conquistas no que tange o direito das mulheres. Ele agita o debate sobre os papéis sociais definidos com base no sexo, em especial os modelos naturalizados de fragilidade, docilidade, submissão e maternidade, definidos como elementos constitutivos da biologia das mulheres. É importante destacar que, embora se utilize sempre o termo “movimento feminista”, esse movimento é na verdade muito diverso internamente, constituído por um conjunto de vários movimentos sociais, políticos, filosóficos e ideológicos, que chamamos de “feminismos”. Contudo, apesar de ser bastante diversificado, o movimento tem como objetivo a igualdade de gênero.

Nas palavras de Mello e Thomé (2018):

[...] o feminismo compreende movimentos políticos e sociais que pretendem construir direitos iguais para os seres humanos na sociedade. São teorias e filosofias que pregam a igualdade entre homens e mulheres, além de promover a construção dos direitos das mulheres. [...]” (Mello; Thomé, 2018, p.19)

Para a compreensão sobre a história do feminismo é comum que a disciplina de “teorias feministas” utilize para fins didáticos a organização de sua história em três “ondas” distintas, que representam não só três momentos históricos, mas que assim como em outros movimentos sociais, conectam-se às demandas sociopolíticas de cada período. Dessa forma, veem-se seus objetivos específicos adaptados a cada momento. A opção da organização da história do feminismo em ondas também busca destacar as principais demandas de cada período, contudo podem existir uma multiplicidade de pautas distintas em cada onda que não são enfatizadas por não serem pautas predominantes de cada período destacado.

Faz-se necessário enfatizar que essas ondas demarcam apenas o início da

luta enquanto um movimento social organizado de mulheres, contudo registra-se a existência de muitas mulheres que durante a história se contrapuseram ao modelo de mulher socialmente imposto e que inspiraram posteriormente mulheres feministas das diversas ondas, servindo de exemplo para romper o modelo de fragilidade e docilidade.

A bibliografia que trata das ondas feministas e da história do feminismo concentra-se abundantemente nas sociedades modernas europeias e norte americanas, tendo pouca documentação acerca das origens do feminismo e de abordagens que fujam ao colonialismo e olhem mais atentamente para a realidade das mulheres terceiro-mundistas.²

A **primeira onda feminista** inicia no fim do século XIX e se estende até o século seguinte, por volta dos anos 1960, é um movimento localizado principalmente na Europa. Neste momento, com o nascimento do socialismo, a intensa luta operária avança em diversas questões políticas e sociais, buscando não só maior participação política, mas também enfrentando a exploração constante do capital, contudo não inclui em suas pautas principais a supressão da imposição do trabalho reprodutivo às mulheres e a maior participação social do sexo feminino. Sendo assim, a primeira onda feminista se consolida buscando a inclusão das mulheres no voto, na participação política e na vida pública, além de questionar os papéis de submissão e passividade feminina. Como o direito ao voto, ou sufrágio, era a principal questão abordada por essas feministas, estas eram chamadas de *suffragettes*, sendo alvo de diversas reivindicações contrárias, repressões e repetidas prisões. (Franchini, 2018; Pinto, 2010)

Além das questões relacionadas ao voto, surge nesse movimento um forte movimento de feministas Marxistas/Socialistas como Alexandra Kollontai, Emma Goldman e Rosa Luxemburgo, que incorporaram a teoria marxista para uma análise que incluísse a classe social, focando principalmente nas mulheres operárias. Neste período, predominava entre essas mulheres a retórica do universalismo, além de utilizar fortemente o discurso da igualdade, pregando que homens e mulheres eram iguais e, por isso, deveriam ter oportunidades iguais (Franchini, 2018).

² Para melhor compreender as abordagens que questionam as abordagens coloniais, ocidentais e do norte global, sugerimos as seguintes leituras “Sob olhos ocidentais” de Chandra Mohanty (2003) e “Pode o Subalterno Falar?” de Gayatri Spivak (2018), ambas de autoras indianas. E “Por um feminismo afro-latino-americano” da brasileira Lélia Gonzalez (2020).

Segundo Pinto (2010), a primeira onda feminista brasileira também se concentrava na luta pelo direito ao voto feminino. Devemos enfatizar que no cenário brasileiro é nesse contexto que as mulheres surgem como sujeito político. Esse momento se dá no séc. XIX, quando irrompe a luta pelo voto no país com forte atuação de Bertha Lutz. A contribuição política de Lutz foi fundamental para a luta que levou à conquista do direito ao voto no ano de 1932. Sua atuação como deputada federal entre 1936-1937 também contribuiu expressivamente para a ressignificação da mulher brasileira enquanto sujeito político quando buscou a reformulação da legislação brasileira quanto ao trabalho feminino.

Lutz esteve nos EUA para representar o Brasil na Conferência Pan-Americana de Mulheres, em que pôde entrar em contato com diversas associações feministas e suas lideranças, trazendo inspiração para a criação da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 9 de agosto de 1922, junto a Carmen Portinho, Jeronyma Mesquita e Stella de Carvalho Guerra Duval.

Wanderley (2022) destaca que a Fundação Brasileira para o Progresso Feminino atuou também em outras frentes pelo direito das mulheres como a criação da União Universitária Feminina, “as leis de proteção à mulher e à criança, o ingresso de meninas no Colégio Pedro II, a equiparação da Escola Normal aos cursos secundários oficiais e o voto feminino” (p.4) reconhecido pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, em que se instituiu o Código Eleitoral Provisório.



Figura 1 - Celebração da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino pelo alistamento eleitoral de Julia Alves Barbosa no Hotel Glória no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1928. Bertha Lutz está sentada com roupa clara e Carmen Portinho e Jerônima Mesquita são a segunda e a terceira, também sentadas, da esquerda para a direita, respectivamente. Fonte: Arquivo Nacional

Neste sentido, Pinto (2010) concorda com Wanderley (2022) ao também destacar a presença de outras pautas nessa primeira onda, enfatizando o movimento das operárias de ideologia anarquista que compunham a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” que denunciavam suas condições de trabalho.

A **segunda onda** tem seu início marcado nos anos 1950, pois muitas teóricas feministas consideram que sua inauguração se deu após a publicação e ampla tradução do livro *O segundo sexo* da escritora francesa Simone de Beauvoir, que demonstra como as mulheres são vistas como “as outras” dentro da sociedade patriarcal e, segundo Pinto (2010), estabelece um axioma do feminismo: “não se nasce mulher, torna-se”. Considera-se que essa onda se estende até meados dos anos 80 (Franchini, 2018).

Na América do Norte, a segunda onda do feminismo se dá como uma resposta tardia contra a renovação da noção de domesticidade feminina, que se fortaleceu nesta sociedade após a segunda guerra mundial, possivelmente relacionada ao *Baby boom*, que foi, em linhas gerais, o aumento do número de nascimentos que causou uma explosão demográfica nos Estados Unidos da América.

Essa onda feminista é caracterizada pelo surgimento de diversos estudos sobre a condição da mulher e pela construção de uma teoria-base sobre a opressão feminina, especialmente após os anos 60, quando utilizam o feminismo radical, que aborda sobre a exploração das mulheres baseadas no sexo e nas funções reprodutivas. São as feministas radicais da segunda onda que trazem a discussão sobre o que une todas as mulheres do mundo no que tange a sua subalternização social, à exploração com base no sexo. Além disso, é delas que surge a discussão sobre o patriarcado – um sistema social que mantém os homens como detentores do poder, autoridade e controle das propriedades (o que inclui a mulher) ³.

Estes fatores justificam a centralidade adquirida pela pauta dos direitos reprodutivos e sexuais, que incluíam o acesso livre a métodos de controle de natalidade e liberdade sexual, dentro da segunda onda. Além disso, academicamente começa a surgir a distinção entre sexo e gênero⁴, sendo este primeiro puramente biológico e o segundo uma interpretação social sobre o sexo.

A obra *A mística feminina*, de Betty Friedan, é referenciada por Pinto (2010) como uma espécie de “bíblia” do novo feminismo. O livro é publicado em 1963, é uma das obras dentre muitas outras que revela uma questão importante que surge na segunda onda: o fato de que muitas feministas e militantes radicais eram mulheres brancas, de classes altas e muitas possuíam até educação universitária em um período, ou seja, revelava que mesmo sendo mulheres eram parte de um grupo bastante privilegiado (Franchini, 2018; Pinto, 2010). Assim, mulheres lésbicas, trabalhadoras e principalmente as mulheres negras iniciaram o debate das diferenças dentro do feminismo, demonstrando que suas condições enquanto mulheres eram moldadas também por outros marcadores como raça e sexualidade, assim demonstram a emergência de uma terceira onda.

A segunda onda do feminismo brasileiro se deu de forma tardia em relação aos Estados Unidos e a Europa (Gohn, 2007; Reis, 2008). Contudo, é necessário considerar que na década de 1960 o país vivencia um período diverso em relação ao resto do mundo, iniciando esse período com a renúncia de Jânio Quadros precedido por Jango que tentou evitar um golpe de Estado que acabou por ocorrer

³ Para aprofundamento sobre tal conceito, recomenda-se a leitura do livro *A criação do patriarcado: História da Opressão das Mulheres Pelos Homens* de Gerda Lerner.

⁴ A diferenciação entre sexo e gênero e a definição de gênero pode ser melhor compreendida a partir da leitura do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” de Joan Scott (1995), considerado uma leitura-base para a introdução às teorias feministas.

em 1964, evoluindo para uma ditadura militar das mais rigorosas. Ou seja, enquanto Estados Unidos e Europa viviam a eclosão de movimentos libertários que lutavam por questões de reconhecimento de identidades, no Brasil, vivia-se um momento de intensa repressão da luta política que obrigou os grupos de esquerda a esconder-se ou resistir e lutar (Pinto, 2010).

Participantes da luta da democracia, como aponta Teles (2017), as mulheres também foram alvo de perseguição, prisão, tortura e morte na ditadura militar brasileira, tortura essa que envolvia também a violência sexual. Teles (2017) aponta que mesmo aquelas mulheres que não se envolveram diretamente, mas que eram mães, filhas ou esposas de militantes políticos acabaram também sendo alvo da crueldade da ditadura militar, algumas acabaram mortas ou estão até hoje desaparecidas. A autora citada destaca que a tortura alcançava também as crianças que foram sequestradas, abandonadas, torturadas, forçadas a assistir as torturas dos pais ou nascidas nos centros de repressão.

Embora o cenário fosse crítico foi ainda neste período de repressão que aconteceram as primeiras manifestações feministas no país, ocorridas na década de 1970, todavia não se deram de maneira tranquila, afinal “o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como politicamente e moralmente perigosas.” (Pinto, 2010, p.16).

Chama-se de **Terceira onda** o período iniciado no fim dos anos 80, contudo ainda não há consenso se a terceira onda já se finalizou nos anos 2010, e que existe uma quarta onda, ou se ela ainda segue até a atualidade. A terceira onda surge discutindo temas cada vez mais inovadores sobre as identidades e conta com forte atuação do movimento punk, especialmente representado pelo movimento estadunidense Riot Grrrl, um movimento de subcultura que destacava o estilo musical e político punk, ao mesmo tempo que transmitia ideias feministas de fortalecimento e crescimento de bandas punk feministas num cenário predominantemente masculino. O Riot Grrrl retratava a cena punk feminista no meio musical e destacava bandas como o Bikini Kill, Bratmobile e Sleater-Kinney que se apoiavam em um feminismo mais radical.

Neste período, começam a utilizar o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Creenshaw, em 1989, como uma ferramenta indispensável de análise da realidade das mulheres, reconhecendo a diversidade e por consequência as diferentes formas de opressão entrecruzadas. A terceira onda é

fortemente influenciada pelo movimento identitário surgido no fim da segunda onda e, por isso, “o conceito de feminismo aqui se atomiza, se individualiza e quando isto acontece ele começa a se enfraquecer e a ser capitalizado.” (Franchini, 2018, p.5)

As feministas da terceira onda vão de encontro a “queima de sutiãs”⁵ e abraçam os estereótipos femininos – combatidos nas ondas anteriores – e os absorvem enquanto símbolos de empoderamento e em nome da liberdade individual de cada mulher. Com a ativa reflexão sobre o gênero - enquanto uma interpretação social sobre o sexo carregada de valores e papéis sociais - e a dominação masculina, a maternidade volta a ser uma inquietação feminista, agora não como uma luta contra um destino biológico, mas a partir da análise sobre os discursos sociais atribuídos a ela.

A análise sobre a maternidade e sua função social já vinha sendo abordada pelas feministas, desde o fim dos anos 70, com a publicação *Psicanálise da Maternidade* (1978) de Nancy Chodorow, mas a obra só veio a se difundir anos mais tarde com suas traduções, por exemplo, no Brasil, a tradução desta obra só vem acontecer em 1990, surfando na crista da terceira onda e ampliando o acesso das brasileiras. A tradução da obra de Nancy Chodorow chega ao país num período oportuno, tendo em vista que as feministas brasileiras já haviam absorvido as ideias difundidas na tradução do *Segundo Sexo* (Beauvoir, 1970), e já se acessavam a tradução de 1985 do maior referencial feminista sobre maternidade, *Um amor conquistado: O Mito do amor Materno* de Elizabeth Badinter, originalmente lançado em 1980.

Com as traduções, as feministas de todo o mundo estavam munidas das análises da francesa que comprovaram que o “amor materno” não era instintivo, mas havia sido criado para atender a uma emergência demográfica e contou com o apoio de pelo menos três campos: um econômico e político, um filosófico e um terceiro conduzido por intermediários entre os interesses do Estado e as mulheres. Desta forma, o “mito do amor materno” torna um crime não se abnegar diante da maternidade ou não amar seus filhos incondicionalmente. Além disso, difundiu

⁵ A queima de sutiãs se refere a um protesto de 400 ativistas feministas do “Women’s Liberation Movement” que ocorreu em Atlantic City na data de 7 de setembro de 1968. A manifestação visava denunciar a exploração comercial contra as mulheres durante o concurso Miss America. O ato de queimar sutiãs é considerado no senso comum como uma manifestação comum dentro do feminismo.

discursos que alegavam que o trabalho reprodutivo é instintivo e natural, condicionando as mulheres a um lugar social determinado.⁶

As radicais ideias de que mulheres podem ser mais que mães e são sujeitos de direitos agitaram o Brasil, que vivia nos anos 80 a efervescência da luta pelo direito das mulheres no país, em especial após a segunda metade, pois vivenciava sua fase de redemocratização. Pinto (2010) aponta que neste período

[...] há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas - violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados. (p.17)

O movimento constituído pela associação entre as classes populares e as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e dos movimentos populares de mulheres estava fortemente ligado ao movimento de mães e será retomado na próxima sessão desta tese com maiores detalhes. Contudo, é mister destacar que toda essa mobilização reverberou na Constituição de 1988, ainda vigente no país, que garante um leque de direitos das mulheres.

A existência de uma **quarta onda do feminismo** ainda não é consenso dentro do movimento. Considera-se que ela se inicia em 2010 por conta do uso maciço das redes sociais, que é a sua principal característica.

Parte da academia já afirma existir uma quarta onda do feminismo caracterizada principalmente pelo uso maciço das redes sociais para organização, conscientização e propagação dos ideais feministas. Apesar de não haver uma coesão teórica, são apontadas como pautas frequentes a cultura do estupro, a representação da mulher na mídia, os abusos vivenciados no ambiente de trabalho e nas universidades, e a postura de denúncia e de recusa ao silenciamento. As palavras-chave da quarta onda são “liberdade” e “igualdade”, independentemente do que isso signifique. (FRANCHINI, 2018, p.8)

⁶ Um maior aprofundamento é realizado em “Mães Negras Na Pós-Graduação: Uma Abordagem Interseccional” (Silva, 2020), dissertação de mestrado que enfatiza a base científica da produção da maternidade enquanto instituição.

Com o *cyberativismo*⁷ em alta dentro deste período, destaco a efervescência das páginas feministas nas diversas redes sociais, o ativismo e a organização dos movimentos de mulheres na internet, movimento registrado por Castells (2013) ao apontar o uso da internet por diversos movimentos sociais enquanto redes de indignação e de esperança.

A quarta onda brasileira, mesmo que incerta, remonta a década de 2010 no Brasil, que registra uma certa vanguarda dos coletivos feministas dentre as diversas formas de ações coletivas. Nestes grupos, abundam os que assumem um caráter interseccional, ou seja, entrecruzam gênero com outras categorias como raça, classe, etnia, sexualidade, geração, etc. No período eleitoral de 2018, os coletivos de mulheres se mobilizaram intensamente diante da inevitável eleição de Jair Bolsonaro sob o mote #EleNão #EleNunca (Gohn, 2023). O uso das hashtags como temática não é mero acaso, mas um registro explícito do intenso uso das redes sociais como Twitter, Instagram e Facebook, que utilizam tais recursos para produção de métricas e facilidade do acesso a conteúdos correlatos.

As pautas defendidas pelas feministas mencionadas aqui, em todas as ondas, são hoje consideradas pautas próprias das sociedades modernas. A luta feminista propõe políticas de redistribuição e reconhecimento para o enfrentamento das desigualdades sociais que vem se exacerbando. Assim, é apenas buscando redistribuição somada ao reconhecimento que se alcança a justiça, pois esta possui caráter bidimensional (Fraser, 2006).

Em resumo, políticas de redistribuição buscam reduzir as carências econômicas e as de reconhecimento buscam a valorização das identidades desrespeitadas. As políticas redistributivas estariam, então, mais voltadas para a garantia de igualdade econômica e se concretizariam, principalmente, através da redistribuição de renda, enquanto as políticas de reconhecimento estariam voltadas para a redução das desigualdades sociais, baseadas em aspectos identitários e culturais (Clapp Salvador, 2009, p.29).

Após identificar as desigualdades sociais baseadas na diferenciação do gênero, o movimento feminista é identificado por Fraser (2006) como uma “coletividade bivalente”, pois compreende que as mulheres sofrem de injustiças

⁷ Cyberativismo ou ciberativismo é um termo utilizado para definir o ativismo realizado por meio da internet, em especial pelas redes sociais e plataformas digitais, para realizar protestos e atos de defesa de direitos diversos.

de ambas as ordens (econômica e identitária) e por isso necessitariam de políticas de ordem redistributivas e de reconhecimento.

Coletividades bivalentes, em suma, podem sofrer da má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e co-originais. Nesse caso, nem os remédios de redistribuição nem os de reconhecimento, por si sós, são suficientes. Coletividades bivalentes necessitam dos dois. Gênero e “raça” são paradigmas de coletividades bivalentes.” (Fraser, 2006, p.233)

Para promover as políticas de reconhecimento, um conceito que é caro para o movimento feminista é a questão do “empoderamento”⁸, que pode vir de diversas maneiras, mas seu uso refere-se principalmente ao sentido de adquirir capital cultural para entender que a sua subalternização é produzida pelo machismo, racismo, homofobia, classismo, etc., podendo surgir também no contexto de independência financeira, melhora da autoestima, etc. Ele se apresenta como um importante fator para a promoção da participação política das mulheres, por convidá-las a ser protagonistas de suas vidas e também a participarem do movimento organizado.

Como foi dito, o empoderamento se apresenta também como ferramenta para enfrentamento do patriarcado, que é o grande obstáculo a ser enfrentado pelo movimento feminista. A luta pela participação política, que já vinha sendo uma pauta desde a primeira onda, ainda se faz presente no movimento feminista atual, pois além das questões enfrentadas por outros movimentos sociais, as ativistas do movimento feminista, por serem mulheres, enfrentam o silenciamento pela subalternização com base no sexo, sendo esse um dos obstáculos na disputa pelo poder de participação nas arenas públicas onde as subalternas tentam falar.

A guisa de conclusão saliento que o fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal - que assim como outros países Europeus trazia a forte marca da misoginia - inseriu o machismo e o patriarcado na cultura brasileira. Desta forma, assim como na metrópole e em outras colônias, a história das mulheres que participaram das lutas e revoltas que construíram esse país também foram apagadas dos registros da história oficial. Embora a história oficial do feminismo pareça suficientemente progressista, num país marcado pela escravidão e pela

⁸ “Empowerment” ou empoderamento refere-se às mobilizações para impulsionar grupos e indivíduos desprestigiados para seu crescimento, autonomia, melhora de suas vidas, de suas condições materiais ou da autoestima e promoção de sua emancipação.

desigualdade social, aquelas poucas que se tornaram visíveis na história do país foram mulheres brancas e escolarizadas.

2.2.2

Maternidades em movimentos sociais brasileiros: Uma breve análise

Podemos considerar que a maternidade é pauta presente no movimento feminista brasileiro desde o fim da sua primeira onda, pois Teles (2018) aponta que a proteção à maternidade já consta como pauta desde a conquista do voto feminino, incorporado na constituição brasileira de 1934. Bertha Lutz, notável feminista da primeira onda, ao elaborar o Projeto nº 736/1937, conhecido como Estatuto da Mulher, debruça-se sobre lutas por diversas garantias que envolvem o tema, em especial no capítulo que trata “Das Garantias Econômico Sociais À Maternidade” e no Art. 6º, que estabelece que “A maternidade é fonte de direitos e obrigações para a mulher; garante-lhe assistência médico-sanitária, previdência social-econômica e pátrio poder.” (Marques, 2016, p.202).

Na década de 1960, o tema também se faz presente e Teles (2018) aponta que:

As lutas desenvolvidas pelas mulheres nesse período passavam, como vimos, por problemas concretos, como o enfrentamento do problema da carestia, ou às vezes por questões mais localizadas, como falta de água ou despejo. A defesa da infância e da maternidade, e o desenvolvimento do ensino e de creches também eram questões constantes. (Teles, 2018, p.62)

Na segunda onda brasileira, nota-se que emergiram após a segunda metade dos anos 70 grupos organizados de mulheres que lutavam a partir dos seus papéis sociais em relação à maternidade e ao cuidado:

como mães que lutavam por seus filhos desaparecidos nos porões da ditadura militar; como mães moradoras nas periferias que clamavam por creches nos locais de moradia; como trabalhadoras que tinham salários diferenciados ou não lhes era dado o direito à maternidade etc. (GOHN, 2007, p.50)

Ao observarmos atentamente o excerto, notamos que a maternidade se apresenta de maneira transversal em todos os papéis abordados, em especial nas lutas contra a violência, por melhores condições de vida e trabalho.

A segunda onda do feminismo traz à tona diversos questionamentos acerca da maternidade, tida até então como destino único das mulheres. É evidente que tais questionamentos foram possibilitados após a popularização dos métodos

contraceptivos que permitam às mulheres o controle de sua fertilidade. Neste sentido há um intenso movimento que dissocia os elementos biológicos - capacidade reprodutiva, gestação e parto - da maternação/maternagem - função de cuidados com a criança - evidenciado principalmente pelo livro *Psicanálise da Maternidade* de Nancy Chodorow (lançado originalmente em inglês *The reproduction of mothering* em 1978). É neste período também que eclodem os debates sobre a divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo e trabalho do cuidado não remunerado. A intensa presença do tema da maternidade na segunda onda é o objeto da dissertação de Ana Reis, *Do Segundo Sexo À Segunda Onda: Discursos Feministas Sobre A Maternidade* (2008) em que se verifica como esse tema foi determinante para a transformação do pensamento acerca da maternidade no período e para que mães se vissem como sujeitos de direitos para além maternidade, levando as mulheres a se organizarem em torno de movimentos sociais.

Especificamente a segunda onda brasileira, já discutida no capítulo anterior, se deu durante o período da ditadura cívico-militar no país. Teles (2018) enfatiza que a maternidade foi também utilizada como elemento de tortura das mulheres no período da ditadura, a saber:

Houve mães cujas crianças nasceram sob a ameaça de tortura nas prisões. Nos países vizinhos, houve sequestro dos bebês pelos militares. Aqui no Brasil, houve, no Araguaia, pelo menos uma criança nascida em cativeiro e sequestrada. A maternidade foi um dos meios de tortura utilizados pela repressão política. Foi usada para enlouquecer e fragilizar militantes, o que causou, em muitas situações, enfraquecimento afetivo e emocional de mulheres e de crianças. As mães, por serem violentamente reprimidas pela ditadura devido à militância política, eram obrigadas a assistir suas crianças serem submetidas às mais vis torturas psicológicas ou físicas. Houve mães que sequer eram militantes, mas seus companheiros eram e, portanto, suas crianças foram submetidas a sequestros, ameaças de torturas ou chegaram a ver o assassinato de seus pais sob tortura. (p.262)

Embora advertidas pelos seus companheiros de luta ao optarem pela maternidade e em muitos momentos enfrentarem as reações negativas, Teles (2018, p.309) dedica a elas um ensaio “Maternidade, infância, clandestinidade e terror de Estado”:

A maternidade, que ainda tem sido um ônus para uma grande parte das mulheres, foi assumida por militantes políticas daquela época em condições árduas, quando a liberdade no país havia sido asfíxiada e o terror de estado se fazia cada vez maior.

Foram corajosas as mulheres que se dispuseram a ser mães e, ao mesmo tempo, mantiveram-se na militância. Tinham consciência dos riscos que enfrentariam e também, de um modo geral, encontraram oposição da direção de suas organizações, majoritariamente masculina. (p.314)

Em São Paulo a partir de 1972 alguns grupos de mães e donas de casa utilizaram de questionários e abaixo-assinados para levantar seus principais problemas e organizar a luta em torno deles, formando assim o que conhecemos por Clubes de Mães.⁹ Segundo Moron (2021), essas mulheres costumavam ler suas cartas durante as missas de domingo e se encontrar em reuniões após as missas das igrejas católicas, integrando seu trabalho ao trabalho comunitário da igreja.

Com o passar do tempo e a divulgação das reuniões, que muitas vezes ocorria oralmente na própria comunidade paroquial, os grupos foram crescendo e se articulando. As mulheres, que vivenciavam experiências comuns tanto por partilharem a condição da maternidade quanto da presença periférica, passaram a ter uma coordenação regional, permitindo e fomentando o surgimento de outros clubes. (Moron, 2021, p.123-124)

Moron (2021) ao estudar Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e o movimento das Mães da Praça de Maio enfatiza que nesses movimentos de mulheres-mães a maternidade assume o peso de identidade, assim “as mulheres operacionalizaram a maternidade como forma de união, de organização coletiva em prol de mudanças políticas e/ou do alcance de determinado objetivo” (Moron, 2021, p.26).

Os clubes de mães integravam o Movimento contra a Carestia ou Movimento do Custo de Vida, “conhecido nacionalmente como o primeiro movimento popular e de massas após o AI-5” (Teles, 2018, p. 99). As mulheres da periferia foram as pioneiras nesse movimento. As demandas trazidas por esse movimento eram muitas, iam desde condições de vida e trabalho, direitos humanos, direitos políticos, alimentação, moradia, creche, transporte público, más condições sanitárias, etc. todos percebidos como um problema coletivo.

[...] aos poucos, as mães, conversando umas com as outras, foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também e que diante disso a gente não encontra solução sozinha. [...] Se juntar um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra, é possível fazer com que todo o povo compreenda esses problemas, e assim encontrem uma verdadeira solução. (Teles, 2018, p.100)

⁹ Esse modelo de organização data de 1952, mas é apenas em 1969 que ganha destaque em sua resistência frente à ditadura militar.

É relevante enfatizar como as mulheres que integravam esses grupos se apresentam como “mães” em diversos momentos, como notamos no trecho do relato acima. Ademais, o movimento foi crescendo e novamente essas mulheres se apresentam a partir de sua identidade de “mães” em 1975, definido como Ano Internacional da Mulher.

É justamente no ano de 1975 que as mães redigiram a “Primeira Carta das Mães às autoridades do país”, a qual enfatizava que devido ao fato daquele ser o ano Internacional da Mulher resolveram se unir e realizar uma pesquisa acerca do custo de vida, que era uma das principais questões que as preocupava naquele momento. (Teles, 2018)

As reivindicações destas mães eram de interesse de suas famílias e demuitas outras, tendo adotado como principal estratégia a realização da coleta de assinaturas. Em um desses esforços, na praça da Sé em 22 de junho de 1978, as mães chegaram a coletar cerca de 16 mil assinaturas somente nesse dia.



Figura 2 - Protesto da Campanha Contra a Carestia na Praça da Sé, em São Paulo. Fonte: Site Aventuras na História, 2019.

O jornal *Mulherio*, fundado em 1981 por um grupo de feministas é “a única publicação nacional que podia responder a algumas indagações sobre as atualidades do feminismo na época.” (Teles, 2018, p.114) e em 1982 divulgou as pautas das candidatas ao Legislativo que se declararam defensoras das bandeiras feministas, trazendo dentre as pautas “o direito a creche para que o Estado

também assuma a responsabilidade dos encargos da maternidade; a descriminalização do aborto” (Teles, 2018, p.115).

No cenário urbano atual algumas mães constituíram movimentos tendo como pauta principal o combate à violência policial da qual os seus filhos, meninos pobres e negros, são vítimas. São eles: o Movimento de Mães de Acari, Mães da Rocinha, Movimento de Mães e Familiares do Curió, Movimento Independente Mães de Maio, Movimento Posso Me Identificar?, Movimento Moleque, Coletivo Mães de Manguinhos, Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense, entre outros.

A presença de mulheres que se apresentam politicamente na identidade de mãe inaugura nestes movimentos uma representação que vai de encontro ao modelo estabelecido da mulher-mãe enquanto uma figura passiva que somente se transforma em “leoa” para proteger sua prole, ou seja seus filhos. Neste sentido, observamos que essas mães envolvidas nos movimentos sociais se erguem não somente para proteger a sua família, mas confrontam a figura materna produzida pelo mito do amor materno que estabeleceu que a mulher deveria suprimir seus desejos e necessidades quando se tornasse mãe e reivindicam direitos para si enquanto sujeitos políticos nas arenas públicas.

São iniciativas semelhantes a essas que observamos crescendo entre as jovens mulheres brasileiras, em especial no cenário universitário no modelo de coletivos. Essas mulheres têm colocado a maternidade no centro de suas ações adotando a identidade de mãe, mas reafirmando seu lugar de mulheres na sociedade, exigindo seus direitos sociais como o direito à educação de qualidade e a permanecer nas universidades que ingressam a partir de medidas que olhem especificamente para suas realidades.

3 Permanência e Reconhecimento

A discussão acerca da inserção dos grupos socialmente excluídos ao longo da história do Brasil tem apontado para a necessidade de políticas públicas de inserção de negros, mulheres, indígenas, LGBTs, etc. nos diversos espaços, dentre eles os espaços educacionais. Contudo, as más condições de permanecer estudando, os preconceitos vivenciados e a evasão desses grupos das instituições de ensino, evidenciaram que também se fazem necessárias ações e políticas que garantam a permanência desses grupos em condições ideais para trilharem todo o caminho da formação.

A questão da luta pela permanência de estudantes é uma das pautas centrais da União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 11 de agosto de 1937 e um dos movimentos sociais mais conhecidos no cenário nacional por seu engajamento contínuo na expansão da educação enquanto direito de todos ao longo da história do país. Este direito à educação é garantido no Brasil desde a constituição imperial de 1824, contudo Silva, Santos e Reis (2021) enfatizam que a luta para democratizar esse acesso à educação é de longa data devido ao caráter elitista da origem do ensino superior e técnico no país que foi direcionado para homens brancos das classes mais abastadas.

Por outro lado, desde a Lei de 15 de outubro de 1827, que versa sobre a criação das escolas de primeiras letras nas cidades mais populosas do Império percebe-se a assimetria de gênero bem destacada no artigo 6º que estabeleceu:

Art. 6º - Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (Brasil, 1827, p.1)

Mas em seu artigo 12º, que trata especificamente da educação das meninas, define uma formação diferenciada baseada no sexo e acaba determinando o “lugar social” da mulher à domesticidade ao estabelecer que: “As Mestras, além do

declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica [...]” (Brasil, 1827, p.2).

Neste sentido Zago (2008) enfatiza que “há variações entre os incluídos na categoria estudante” (p.233) algo que hoje nos parece óbvio, mas que ainda é um erro cometido por diversas análises acadêmicas que tendem a homogeneizar tal categoria a partir do padrão branco, masculino e dos “bem-nascidos” (Heringer, 2018, p.12). O autor também destaca que, mesmo no ensino público, apenas o acesso ao ensino superior é insuficiente para alguns estudantes.

As iniciativas de assistência ao estudante não são recentes no país, tendo em 1931 a Lei Orgânica do Ensino Superior estabelecido medidas para amparar os estudantes pobres. Ademais, é na constituição de 1946 que essa assistência se expande para os outros níveis de ensino, seguindo para a presença da Assistência Social Escolar prevista na Lei de Diretrizes e Bases de 1961. A expansão do ensino superior, que se inicia na década de 1950 e culmina nos anos 70, é apontada como um dos fatores que acaba por ampliar e diversificar o perfil dos estudantes de nível superior do país, levando a intensificação da luta do movimento estudantil por uma assistência para os estudantes (Imperatori, 2017).

Na década de 1970 o Ministério da Educação e Cultura cria o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), extinto no fim dos anos 80 e deixando a assistência estudantil fragmentada e particularizada em cada instituição, tornando as ações escassas e pulverizadas, além de ter sido atingida por relações clientelistas, semelhantes àquelas vistas na história da assistência social. Contudo, a participação intensa dos movimentos sociais na constituinte registra a vitória de estabelecer na Constituição de 1988 o direito à educação como um direito social (Imperatori, 2017).

A análise cuidadosa do cenário educacional demonstra que o acesso não pode ser o único foco de uma política que vise garantir o exercício do direito à educação, pois com a inserção de um público diversificado evidenciou-se a necessidade de ações que busquem também a permanência e a diplomação na educação superior como indica Heringer (2023) que acrescenta que se fez necessário analisar o percurso do estudante universitário, a partir do ingresso e até a conclusão do curso. Assim Felicetti e Morosini destacam que (2009, p.11 *apud* Imperatori, 2017, p.290) “questões como sexo, raça, condições socioeconômicas,

idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior”.

Com vistas a dar respostas às necessidades do diversificado público do nível superior brasileiro, além de tentar frear a evasão e/ou fracasso universitário motivados por questões de raça, sexo, idade, condições socioeconômicas e/ou deficiências, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) se propõe a “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.” (Brasil, 2010, p.1). Este programa estabelece entre seus objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010, p.1)

Contudo, devido ao seu caráter assistencial as ações priorizam estudantes oriundos da rede pública de educação ou com renda familiar per capita até 1 salário mínimo e meio. Assim a promessa de ampliação das condições de permanência também se dá em áreas específicas como: moradia, alimentação, transporte, creche, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico e suporte aos estudantes com deficiências.

Embora as assimetrias econômicas da sociedade brasileira remetam sempre às questões relacionadas às condições materiais para o êxito acadêmico, é importante destacar que as ações de promoção da permanência não se limitam ao caráter assistencial. Utiliza-se nesta análise a concepção de Heringer de assistência estudantil, compreendendo que estas são parte integrante das políticas de permanência.

As políticas de permanência possuiriam maior abrangência, incluindo aspectos relacionados a diferentes formas de inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, apoio à participação em eventos, entre outras atividades. As políticas de assistência estudantil estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas. (Heringer, 2018, p. 13).

Decifrar do que trata a permanência então é a chave para compreender as dimensões alcançadas por estas políticas. Sendo assim, Santos (2009) aponta que a permanência na universidade possui três dimensões: tempo, simultaneidade e

sucessão e que a permanência qualificada deve levar todas em conta. A primeira dimensão aborda a duração do estudante no curso e também a possibilidade de que este possa vivenciar a universidade de maneira plena, dedicando-se unicamente a sua vida estudantil. A segunda dimensão, simultaneidade, abarca o papel do estudante *outsider* que se torna referência para seus semelhantes que passam a ver o ingresso na universidade como um caminho possível ao reconhecer-se no outro, transformando o indivíduo e também o seu meio. Por fim terceira dimensão, sucessão trata da possibilidade em almejar e alcançar outros graus acadêmicos como o mestrado, doutorado e especialização.

Estas três dimensões abordadas pela autora parecem remeter especialmente à graduação, mas a noção de permanência não deve limitar-se a ela. As condições ideais de permanência permitem que o estudante aproveite com qualidade a universidade no sentido de explorar todas as possibilidades que lhe são ofertadas neste espaço em todos os níveis. Desta forma a permanência ultrapassa o binômio “entrar e formar”, mas aborda o estar na universidade preocupando-se exclusivamente com a vida estudantil, assumindo (mesmo que não intencionalmente) um papel de referência e vislumbrando a possibilidade de aproveitar todos os níveis de formação, quiçá permanecer na universidade como docente e integrar o quadro da universidade.

A permanência nas instituições de ensino então abrangem uma gama de condições para que o estudante esteja naquele espaço e possa efetivamente desfrutar dele, permitindo não só a conclusão do curso no qual está inscrito, mas avivência nos espaços de ensino, pesquisa e extensão, além da possibilidade de dar continuidade aos estudos em outros níveis, pois estar neste espaço envolve também o poder de representatividade em que este aluno - visto como *outsider* - possui dentro de seus grupos e ambiente de origem, a ele torna-se mais difícil o processo denominado por Coulon (2008) como “processo de afiliação”¹⁰.

É válido ressaltar que a continuidade dos estudos a níveis pós-graduados não é necessariamente uma regra a ser cumprida para que se diga que há permanência na esfera de sucessão, mas a existência de sua possibilidade e as

¹⁰ Segundo Coulon (2008) o processo de afiliação é o método pelo qual se adquire a “condição de estudante” sendo a afiliação o status final das etapas de estranhamento, aprendizagem e afiliação na dimensão intelectual e institucional. Neste processo o estudante gradualmente vai aderindo a cultura do ambiente universitário aprendendo seus códigos, comportamentos adequados, rotinas e condutas para uma trajetória escolar de sucesso e se tornar parte deste ambiente acadêmico.

condições de realizar tal escolha é o que fazem as condições de permanência ideais.

Imperatori (2017, p.290) enfatiza que “as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos”. Ademais, Imperatori (2017), Silva, Santos e Reis (2021) e Santos (2009), apontam que a permanência universitária se constrói a partir de dois tipos de permanência: material e simbólica.

A base epistêmica acerca da permanência material em Santos (2009) está intimamente relacionada à teoria marxista que estabelece que a produção dos meios na medida em que permitam a satisfação das necessidades primárias, para terem condições de viver, é o primeiro pressuposto da existência humana e, portanto, de toda a história. Assim sendo a permanência material só se materializa mediante a disponibilidade de condições de subsistência como moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, creche e outros itens. Desta forma, a assistência estudantil devido ao seu cunho assistencial e redistributivo é a responsável por garantir tais condições via políticas públicas. Contudo, na ausência de tal política, ou mesmo na sua presença de maneira insuficiente, os estudantes são levados a buscar atividades remuneradas, o que impacta ainda mais suas condições de permanência e de conclusão de curso.

Santos (2009) afirma seguramente que estes estudantes-trabalhadores acabam por ser excluídos, “não pertencendo às inúmeras atividades que propiciam imersão na nova cultura.” (p.73). Associado a isso Heringer (2018, p.15) destaca que “A permanência material, expressa em bolsas e outros auxílios financeiros, é uma medida importante, porém, insuficiente para garantir a trajetória bem sucedida de muitos estudantes.” sendo assim, para alcançar a democratização da educação, além das condições materiais é necessário observar também as questões simbólicas, ou seja o reconhecimento das desigualdade e a busca pela igualdade material e neutralização dos efeitos das diversas formas de discriminação no campo das ações afirmativas.

Destarte, a permanência simbólica refere-se ao pertencimento e a representatividade, tais fatores que se fazem de extrema importância para estudantes das classes populares que ainda hoje são de maneira abundante aqueles que se apresentam como os primeiros de sua família. Estes estudantes ingressam

então em um espaço que sempre esteve distante da sua realidade familiar e comunitária, sendo assim vistos como *outsiders*.

Nas relações cotidianas dentro da universidade as relações de poder e suas assimetrias também se apresentam e reforçam nas práticas e falas que há um perfil de gênero, classe e raça para que se pertença àquele ambiente privilegiado de produção de conhecimento. (Santos, 2009). Neste sentido Heringer (2018) aponta que

[...] o sucesso efetivo das políticas de inclusão na educação superior vai se dar plenamente na medida em que sejam garantidas as condições de igualdade de oportunidades para os estudantes de diferentes origens sociais e características socioeconômicas na sua vivência, integração, percepção, apropriação e afiliação ao ambiente universitário. Tais condições, a nosso ver, são geradas por um conjunto de medidas de ordem institucional e também por disposições dos atores envolvidos, principalmente gestores, docentes, funcionários e colegas que possibilitem a efetiva inserção destes estudantes na vida universitária. (p.12)

Há uma nítida correlação cíclica entre condições materiais e condições simbólicas, tendo em vista que apenas aqueles que possuem as condições materiais de permanecer ocupam o simbolismo de pertencimento nesses espaços. Assim os estudantes mais empobrecidos têm sua vida acadêmica profundamente impactada.

Na busca por condições de permanecer materialmente na universidade, alguns estudantes podem também, abrir mão de vivenciar a universidade em sua plenitude para poder trabalhar e essa escolha tem impactos na permanência simbólica, já que repercute de forma distinta sobre desempenho e sobre vida acadêmica. Aqueles envolvidos em atividades que lhe consomem grande parte do tempo e que não mantêm qualquer ligação com a área de estudos, enfrentam grande dificuldade em conciliar os estudos com o trabalho, pois o tempo para se dedicarem à leitura de textos e realização dos trabalhos acadêmicos é exíguo, o que contribui para alguns resultados insuficientes e atraso do curso. (Santos, 2009, p.72)

Relacionando as condições materiais e simbólicas com os conceitos de redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2006), anteriormente apresentados, é possível afirmar que há uma correlação entre os remédios distributivos e a assistência estudantil que buscam criar condições de permanência material. Além disso, os remédios de reconhecimento parecem ser representados pelas políticas estudantis para criação das condições de permanência simbólica. Assim sendo, compreende-se que assim como redistribuição e reconhecimento são complementares, permanência material e simbólica não são opostas.

Em suas considerações acerca do tema permanência, Santos (2009) afirma que entende a permanência como a possibilidade que o estudante encontra em chegar até o final do curso, enfatizando que não se trata apenas das condições materiais para fazê-lo e que ela também precisa ser pensada como uma política efetiva do Estado de garantia e fortalecimento da trajetória acadêmica dos estudantes.

Portanto, entendendo a permanência como a possibilidade do estudante em manter os seus estudos até o final do curso, preferencialmente com qualidade suficiente que lhes permita a transformação individual e do seu meio social e, com vistas aos estudos na pós-graduação, nos parece óbvio que ela não pode ser resumida, meramente, ao assistencialismo. (SANTOS, 2009, p.77)

As hierarquias sociais reverberam entre os muros das universidades e ecoam dentro dos corredores e salas de aula, de maneira que alguns indivíduos e instituições que ocupam posições de dominantes e de prestígios atuam de maneira consciente ou não para manter o status quo. Por outro lado, aqueles que estão nas posições sociais hierarquicamente inferiores adotam duas estratégias: a de aceitação a tal estrutura ou a de contestação, subversão e rebeldia. (Santos, 2009; Silva, 2020)

3.1 Ações Afirmativas

Partindo para o conceito de ações afirmativas, a pesquisadora Miranda (2020) afirma que:

As políticas de ações afirmativas são medidas que, pressupõem uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas, vivenciadas por um determinado grupo, de modo que essas medidas aumentem e facilitem o acesso a direitos, garantindo a igualdade de oportunidades que constituam políticas de inclusão ou permanência. Na educação superior no Brasil, surgem e são implementadas desde 2002, e no caso da educação de nível médio, elas aparecem a partir da publicação e implementação de aportes jurídicos como Lei nº 12.711/2012, Lei nº 10.639/2003 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, e do Decreto nº 7.234/2010. (Miranda, 2020, p.22)

A existência das ações afirmativas na universidade em si ressalta a dura realidade de que ações que permitem a determinados grupos ingressarem nas instituições de ensino não são suficientes para garantir condições iguais de

permanência para estes. Ao resgatar tal conceito para compreender a aplicabilidade do termo na realidade brasileira, o jurista Joaquim Barbosa Gomes (2001) traz a acurada afirmação:

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (Gomes, 2001b, p.135)

Desta forma as ações afirmativas possuem um caráter diferenciado de promoção de direitos e também de reparação histórica para romper com ciclos de vulnerabilidades presentes nas famílias brasileiras, que carecem de ações diferenciadas para construção de uma trajetória de melhor condições de usufruto de seus direitos.

Neste sentido Feres Júnior e colaboradores (2018) iniciam seus esforços conceituais considerando ação afirmativa como “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo”.(Feres Júnior et al., 2018, p.13). Assim destacam a diferença entre este conceito e as políticas antidiscriminatórias punitivas, pois as ações afirmativas atuam num viés preventivo, de promoção de direitos e de reparações de danos a trajetória de indivíduos discriminados, enquanto as políticas antidiscriminatórias punitivas tentam coibir e punir práticas discriminatórias sem cuidar das vítimas da discriminação.

Silva, Santos e Reis (2021) apontam a importância destas políticas e também as origens da necessidade das Políticas de Ações Afirmativas (PAA) ao ressaltar que

As PAA constituem, neste século XXI, importante marco histórico a favor da promoção da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero. A adoção dessas políticas repercute em diferentes áreas do conhecimento, a saber: sociais, humanas e da saúde, jurídico-econômica, educacional, político-cultural, entre outras. Sua origem está relacionada a diversas situações de desigualdades sociorraciais, econômicas e de gênero verificadas, sobretudo, em contextos sociais que vivenciaram experiências coloniais e de exploração do escravismo negro. (p.4)

Paiva (2018) ressalta que a aplicação da ideia de ação afirmativa no ensino superior gerou tensão pois questionava a dita “neutralidade” do processo de seleção realizado pelo vestibular pois junto a esse questionamento abordava-se também os valores presentes na noção compartilhada de justiça social meritocrática. A discussão realizada pela autora dedica-se a demonstrar de que maneira a injustiça simbólica, remediada por políticas de reconhecimento, impactam no ingresso e na permanência de estudantes de grupos minoritários da sociedade brasileira.

Os principais argumentos que contrapunham, e ainda se contrapõem, a implementação das ações afirmativas, no ensino superior, pauta-se principalmente na alegação de elas geram uma “discriminação”. Tal alegação pode ser considerada verdadeira a luz da teoria que afirma que as ações afirmativas geram uma “discriminação positiva”, que é a terminologia europeia para ações afirmativas que toma a palavra “discriminação” tem sua etimologia no seu sentido mais objetivo, de separação e distinção. Ademais, a contraposição às ações afirmativas alega que há a “discriminação negativa”, ou seja, aquela que prejudica. (Feres Júnior et al., 2018; Gomes, 2001a, 2001b; Piovesan, 2008).

A literatura acerca das ações afirmativas no ensino superior concentra-se massivamente na discussão racial, contudo Piovesan (2008) contribui com a discussão sobre gênero ao ressaltar que na Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher de 1979 é estabelecida a possibilidade de os Estados adotarem ações afirmativas na busca pela igualdade entre homens e mulheres. Esta convenção foi ratificada pelo Brasil no ano de 1984.

As Recomendações Gerais n. 59 e 2510 do Comitê sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher endossam a importância da adoção de tais ações, para que a mulher se integre na educação, na economia, na política e no emprego. O Comitê ainda recomenda que os Estados-partes velem para que as mulheres em geral, e os grupos de mulheres afetados em particular, participem da elaboração, aplicação e avaliação dos referidos programas. Recomenda, em especial, que se tenha um processo de colaboração e consulta com a sociedade civil e com organizações não-governamentais que representem distintos grupos de mulheres. (Piovesan, 2008, p.891)

O Brasil a partir de sua Constituição de 1988 coloca a busca por uma sociedade livre, justa e solidária em seus objetivos fundamentais, além da busca pela redução das desigualdades sociais e a promoção do “o bem de todos, sem

preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p.1). Esta mesma constituição apresenta em seu artigo Art. 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores, a “XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei” e no Art. 17. § 7º que trata dos preceitos para criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos que:

Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários. (BRASIL, 1988, p.15)

Essa iniciativa de ação afirmativa na política se dá pelo reconhecimento da exclusão feminina dos espaços políticos e decisórios ao longo da história do país e alia-se a

"Lei das cotas" de 1995 (Lei n. 9.100/95), que introduziu uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres. Essa lei foi posteriormente alterada pela Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que, ao estabelecer normas para as eleições, dispôs que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. (Piovesan, 2008, p. 892)

A expectativa por trás destas iniciativas é de que a inserção de mulheres nos espaços políticos de poder, de decisão e em posições-chave, como uma política de reconhecimento, poderá alterar a base patriarcal e machista da sociedade brasileira e contribuir efetivamente para a busca pela igualdade material. Neste sentido utilizo a lógica adotada por Feres Júnior e Colaboradores (2018, p.20) de que “Quando a ação afirmativa atende diretamente às minorias sub-representadas, ela tem maior probabilidade de sucesso na introdução de membros desses grupos em ocupações-chave e posições sociais [...]”.

As ações afirmativas no ensino superior, segundo Silva, Santos e Reis (2021) são um importante marco histórico na democratização do acesso. Elas também contribuem “para promover equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero. Logo, os cursos ofertados pelas IES contam hoje com maior representatividade de gênero, cor/raça e classe social.” (p.13). Destarte, os esforços pela democratização do ensino superior brasileiro vêm dando resultados.

Heringer (2018, p.10) considera que “falar das ações afirmativas no Brasil significa falar de uma experiência de sucesso”, não somente pela forma como a

política surge a partir da pressão de setores socialmente alijados e oprimidos, mas também pela forma como essa vem se ampliando e se consolidando ao longo do tempo. Contudo, destaca-se que as políticas de ações afirmativas ainda não alcançaram sua linha final e seguem entre percalços rumo à promoção da justiça no Brasil.

3.2

A Permanência De Mulheres-Mães Na Universidade

A inserção das mulheres na universidade parece exitosa, pois o Censo da Educação Superior (CENSUP) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indica que, no ano de 2022, dentre os ingressantes dos cursos de ensino superior do Brasil 57,4% eram do sexo feminino (CENSUP, 2023). Contudo os estudos sobre a vida universitária dos estudantes têm demonstrado que este ingresso se dá especialmente nas profissões do cuidado, historicamente associadas ao feminino, e em áreas de menor prestígio social que refletem também em menor remuneração. Além disso, estudos acerca do ambiente universitário apontam que as universitárias enfrentam dificuldades após o ingresso, demonstrando que entrar neste espaço não significa a garantia do êxito escolar. Assim devemos questionar em quais condições as mulheres vivenciam as instituições de ensino superior no Brasil?

Neste sentido, as mulheres na universidade têm pautado temas que são pertinentes a sua realidade, pois atravessam o seu cotidiano e suas trajetórias enquanto adultas do sexo feminino. Um dos temas que são recorrentes quando se trata de realidade feminina é o tema da maternidade, tendo em vista que estudantes mães são consideradas estudantes não-tradicionais¹¹, ou seja, fogem ao padrão conhecido de estudantes. Na última década o tema da inserção das mulheres-mães¹² na universidade tornou-se abundante nas discussões de artigos e teses das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.

¹¹ De acordo com Fragoso e Valadas (2018) os estudantes não-tradicionais englobam desde pessoas acima dos 23 anos, pessoas com deficiência, trabalhadores, negros e pessoas de grupos étnicos subalternizados.

¹² O uso da expressão mulheres-mães é uma escolha política assumida por ativistas engajadas na pauta da maternidade a fim de se opor a lógica de que quando uma mulher se torna mãe, essa passa a ser sua única identidade, tendo em vista que viverá eternamente em nome do cuidado dos filhos. Desta forma enfatiza-se o termo “mulher” que precede a palavra mãe para lembrar que os anseios, planos e sonhos individuais de uma mulher podem coexistir com a maternidade, não havendo necessidade de que ela se anule diante da maternidade.

Tais produções em sua maioria baseiam-se na obra *Um amor conquistado: O Mito do amor materno e O Conflito: a mulher e a mãe*, ambos da filósofa francesa Elizabeth Badinter (1985), mundialmente conhecida por analisar de maneira perspicaz as raízes e efeitos da maternidade na vida das mulheres.

Com base nesta obra, realizei análises sobre a realidade das mães, em especial as mães negras, na Universidade Federal da Bahia enquanto estudantes de graduação (2017; 2018) e estudantes de pós-graduação (2020). Tais pesquisas apresentaram o impacto da maternidade na realidade destas mulheres que passam a acumular em sua rotina diversas jornadas e lidar com expectativas sociais e institucionais que exigem que sejam mães como se não fossem estudantes, e sejam estudantes como se não fossem mães. Além disso, Silva (2020) analisa a origem da representação social de “inadequação” da maternidade no ambiente universitário/científico apontando para as bases masculinas e machistas da ciência, além de padrões baseados no modelo eurocêntrico de família que definiram para a mulher o papel de esposa e mãe que devem permanecer presas às atividades domésticas e ao ambiente privado. Neste sentido é importante considerar que

As jovens mães que estão na universidade encontram, além dos desafios da maternidade, os desafios de uma instituição criada sob a perspectiva masculina que não lhes oferece, por vezes, aporte muito diferenciado ao oferecido aos homens. (Pletiskaitz, 2018, p. 105)

Neste espectro temático outros trabalhos surgiram, alguns a dissertação *Jovens, Mães e Universitárias: Do Favor ao Direito à Permanência* de Kamila Abreu (2021) enfatiza as violações de direitos enfrentadas por mães universitárias bem como a apresentação de alguns destes direitos no formato de “favores” concedidos por alguns professores que as permitem permanecer nas universidades. Areladas a estas autoras, Pletiskaitz (2018), Oliveira (2019), Gomes (2020), Anjos (2021), Zago (2021), Fernandes (2022) e Silva (2023) também discutem os desafios da permanência de mães na universidade, relatando com frequência que a saída para tais desafios têm sido a articulação em redes de apoio e a organização coletiva da luta das mães estudantes.

Silva (2017; 2018) evidencia que a maternidade pode ser um fator de interferência desde a escolha do curso de graduação, pois algumas mães revelam que, pela emergência de estar em um curso de nível superior, escolheram cursos

considerando especialmente a empregabilidade, baixa concorrência e remuneração. Sendo assim, acabam optando pelos cursos de menor prestígio social e/ou que exigem menor dedicação, facilitando a conciliação entre maternidade e universidade, mas que ainda possibilitam o rompimento com suas condições de vulnerabilidade socioeconômica, quando se trata de mães-estudantes pobres.

Com o conflito existente entre as instituições ávidas “maternidade” e “universidade” cria-se um sentimento de inadequação para as mães que estudam ou para as estudantes que são mães. Assim a cultura baseada na representação elitista do estudante que se dedica unicamente e exclusivamente aos estudos cria na mãe o sentimento de não pertencimento ao ambiente universitário como explicita Abreu (2021) que enfatiza que ao não perceberem o espaço universitário como espaço acolhedor “tomam diversas atitudes para minimizar a sua presença naquele espaço.” (Abreu, 2021, p.85). Ou seja, as mães acabam por não vivenciarem as condições citadas que constituem a permanência simbólica.

Gomes (2020) destaca que esta vivência permeada pelo conflito entre o ideal e o vivido gerando “sentimentos contraditórios e inconciliáveis com a imagem idealizada da maternidade ditada pela cultura.” (p.41) a qual acrescento que tal conflito permeia não só a vivência da maternidade, mas também a expectativa pela idealização da vida universitária.

A esta vivência acrescenta-se também, com base em Urpia (2009), que existe um padrão de exigência da universidade representado pelo coeficiente de rendimento enquanto por outro lado existem as projeções e expectativas sociais acerca do que é ser uma boa mãe. Todo este cenário gera um sofrimento pelo múltiplo sentimento de inadequação (Urpia, 2009; Silva, 2017; 2020; Gomes, 2020; Oliveira, 2019).

Diante deste cenário retomamos o conceito de afiliação anteriormente citado por Heringer (2022) que aponta que “[...] tanto a noção de integração quanto a de afiliação levariam a uma interpretação de que é o estudante que deve afiliar-se ou integrar-se, adaptando-se ao contexto institucional, às suas regras, à sua cultura.” (p.62) para questionarmos: Quais condições uma mãe estudante, imersa em múltiplas jornadas, tem de afiliar-se ou integrar-se?

Considerando a afiliação ou a integração como inacessível para as mães estudantes universitárias diante de suas condições de inserção nas universidades e

na sociedade em si, o engajamento surge como um conceito mais promissor para este cenário. O engajamento estudantil de nível superior é um processo psicossocial que remete ao envolvimento e compromisso do universitário com o seu desenvolvimento como estudante, mas que também demanda da instituição de ensino a construção de condições que viabilizem esse engajamento. (Kahu, 2013). O engajamento considera essencialmente que os estudantes são corresponsáveis pelo almejado “êxito” escolar, mas que a instituição de ensino superior é proporcionalmente responsável por este sucesso. A falta do engajamento, em especial no que tange às instituições, pode resultar no prejuízo a permanência e também na evasão dos estudantes não tradicionais, como as mães.

Com base no pensamento de Heringer (2022) compreende-se que o engajamento possibilita a mãe estudante ser atriz de sua permanência na universidade, não apenas uma receptora de ações institucionais, mas na posição de quem pode avaliar e reivindicar modificações, tendo a instituição o papel de acolher as demandas e propor mudanças diante do engajamento estudantil. Ouseja, Heringer (2022) indica que há na instituição de ensino uma responsabilidade no “êxito” escolar que se espera dos seus estudantes universitários, pois esta responsabilidade não pode ser individualizada e concentrada apenas no estudante.

[...] alguns alunos não concluem o curso, ou se concluem ao longo de um tempo muito acima do previsto, é razoável apontar também a responsabilidade da instituição nessa trajetória, levando à possível identificação de que a instituição falhou na sua função social de promover justiça e reduzir desigualdades. É possível considerar que a conclusão do curso resulta tanto de uma determinação e atitude individual quanto da existência de um projeto institucional que promova os incentivos necessários para que esse sucesso ocorra. Assim, a conclusão do curso seria tomada como um projeto da instituição ou, mais amplamente, como um objetivo da coletividade (país, estado etc.) em que a instituição se insere. (Heringer, 2022, p.64)

O questionamento sobre o papel institucional na trajetória estudantil é revelador, tendo em vista que muitos grupos historicamente subalternizados passam a alcançar o “êxito” formativo apenas quando existem iniciativas institucionalizadas de promoção da permanência. No caso das mães universitárias é comum encontrar trabalhos que apontam que as instituições por vezes são algozes nas violências vividas em suas trajetórias acadêmicas. Contudo a violência praticada pode não ser uma violência explícita e direta, mas a violência

da invisibilização, a desvalorização e o desprezo pelas pautas específicas das mães estudantes.

A exemplo disso Pletiskaitz (2018) aponta a proibição da permanência de crianças que havia na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mesmo a universidade tendo conhecimento que sem a moradia estudantil não seria possível a permanência destas mães e pais estudantes. Assim muitas mães e pais universitários vivenciaram a clandestinidade por algum tempo, mas encontraram engajamento dos estudantes e, em contrapartida, um engajamento da instituição para solucionar a situação, resultando na autorização para que pais e mães universitários residissem junto a seus filhos no local.

Analisando a pesquisa de Pletiskaitz (2018) acerca das mães da Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal de Santa Maria percebe-se que o engajamento pode sim trazer resultados que possibilitem melhor vivências das mães no ambiente universitário.

Nesse sentido, entendemos que, apesar das jovens mães e de suas(seus) filhas(os) estarem vivendo em espaços criados somente para homens estudantes, sobretudo nos cursos de graduação, estas crianças e mães acabam transformando os espaços, entre eles a própria universidade. (Pletiskaitz, 2018, p.102)

Outros trabalhos destacam as trajetórias das mães na universidade, abrangendo tanto as violências sofridas quanto as alternativas construídas e as estratégias de permanência. Dentre eles podemos destacar Abreu (2021), Pletiskaitz (2018), Oliveira (2019), Gomes (2020), Anjos (2021), Zago (2021), Fernandes (2022), J. Silva (2017; 2018; 2020) e V. Silva (2023), trabalhos produzidos em diversos estados brasileiros.

A partir destes e outros trabalhos é possível sintetizar os desafios que organizam as pautas das mães nas diversas universidades do Brasil, sendo elas principalmente, mas não exclusivamente: Creche universitária; Sistema de contraturno; Aumento ou criação do auxílio creche; Acesso das crianças ao “bandejão” (restaurante universitário); Efetiva aplicação do regime especial de atividades domiciliares (Decreto-Lei nº 1.044/1969) e da dilatação de prazos regulamentares (Portaria Capes nº 248/2011); Licença maternidade de estudantes; Instalação de fraldários; Criação de salas de amamentação e ordenha; Prioridade de concessão de bolsas; Residência universitária para mães e crianças; Pesquisas

acerca da realidade das mães na universidade; Ações de combate ao assédio-moral contra mães estudantes, dentre outras.

Diante deste cenário e da escassez de políticas públicas voltadas para sua realidade e do engajamento institucional, as mães estudantes elaboram estratégias de permanência e de resistência nesses espaços, ou, nas palavras de Gomes (2020), “Mesmo assim, as mães universitárias vão construindo sentido para suas experiências, ressignificando e criando caminhos possíveis para enfrentar os desafios que se apresentam cotidianamente.” (p.44)

Uma das estratégias primárias encontradas nas trajetórias das mãesestudantes é a formação da chamada “rede de apoio”, um conjunto de pessoas que se organizam em torno do suporte às necessidades práticas, materiais e afetivas geradas pela inserção das mães em espaços fora da esfera domiciliar.

As concepções a respeito da maternidade e da vida acadêmica fazem com que as mães criem estratégias nesses dois ambientes para conciliar os múltiplos papéis. A mulher vem ocupando espaços sociais, e a família vêm se reorganizando. Portanto, as estratégias, no momento em que a mulher tem que se deparar com esses dois espaços, devem ser compreendidas, levando-se em consideração, a realidade particular de cada família e de cada mãe. Nesse contexto, as redes de apoio são uma das formas encontradas pela família na busca de cuidado aos seus filhos, configurando-se muitas vezes como a sua única alternativa. (GOMES, 2020, p.54)

Essa rede de apoio às mães geralmente é inicialmente formada de maneira interna, contando com familiares, amigos e vizinhos, mas também pode incorporar elementos externos e ser composta por instituições, como a própria universidade. Tais redes podem ganhar uma dimensão de ação coletiva, envolvendo indivíduos politicamente engajados na emergência por um espaço academicamente mais acolhedor para mães estudantes, podendo expandir-se para o formato de ação coletiva.

É esta emergência por um espaço acadêmico que acolha a estudante mãe de forma que essa possa vivenciar a universidade sem discriminação por sua condição materna que impulsionou iniciativas como o Observatório Cajuína, Movimento Parent in Science, Núcleo Materna e o Núcleo Interseccional de Estudos da Maternidade, iniciativas de mães docentes, discentes e pesquisadoras que, cansadas de esperar pelo poder público e pela mobilização de suas instituições, resolveram se organizar para promover iniciativas de permanência materna e pressionar as instituições de ensino e pesquisa do país.

Outro formato significativo de enfrentamento da falta de engajamento institucional tem sido a constituição de movimentos próprios de mães estudantes, docentes e pesquisadoras, que buscam transformar o espaço universitário. Dentre estes modelos encontramos ações coletivas das mais diversas, que incluem desde passeatas, greves, marchas e manifestações até iniciativas mais duradouras como redes de apoio entre estudantes e associações. Contudo o que tem se destacado neste cenário é um novo modelo de ação coletiva que se tornou mais comum no Brasil em 2010, a formação de coletivos de mães universitárias.

4

Coletivos como novo formato de ativismo no Brasil

A literatura sobre coletivos aponta que há dificuldade em conceituar estes movimentos diante de sua multiplicidade. Podemos afirmar que os coletivos são grupos auto-organizados em torno de uma pauta que seja de comum interesse dos seus membros. Estes grupos buscam alguma transformação social, política ou cultural podendo ou não se referir a uma realidade que atravesse a trajetória ou a atual situação destes membros. Suas principais características são a fluidez em sua composição e em suas pautas, pois há possibilidade de mudança de suas pautas diante das demandas dos membros e diante do seu contexto; a horizontalidade e autonomia como princípios que se opõem à hierarquia; e a presença nas redes sociais. Nestes grupos há uma nítida referência à origem latina da palavra *colligere* que significa “colher junto”, pois os coletivos seguem a lógica de trabalhar coletivamente para construir algo que possa ser colhido coletivamente pelos membros do coletivo e seus pares. Seus membros identificam-se como ativistas ou militantes e são principalmente jovens com menos de 30 anos.

Perez (2018) entende que o coletivo é "um tipo de organização fluida, não hierárquica e discursivamente distante da política partidária parlamentar e das organizações mais tradicionais." (Perez, 2018, p.3) além de ser uma forma de mobilização social pequena e não institucionalizada.

Há na produção brasileira que analisa os coletivos uma tendência ao uso da base epistemológica da teoria dos movimentos sociais. Gohn (2023) aponta que em uma publicação de 2014 intitulada “*Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*” denominou os coletivos como novíssimos movimentos sociais, pois identificou severas diferenças entre eles e os NMS observados na segunda metade do século XX. Posteriormente esta autora faz uma reanálise destes coletivos (Gohn, 2019; 2022) e adere a mesma perspectiva de outros nomes como Costa (2020) e Perez (2018) e os percebe enquanto NMS. Todavia, os coletivos nascidos nos pós 2013 possuem uma relação de rejeição

com a categoria movimentos sociais, pois os analisam como parte da velha política que eles buscam se distanciar.

A relação de diferenciação dos coletivos com os movimentos sociais é enfatizada por Gohn (2022) que destaca que os movimentos sociais são algo mais estruturado do que um coletivo, pois estes “usualmente têm opositores, identidade mais coesa, projeto de sociedade ou de vida ou para resolução aos problemas sociais que demandam, liderança, base, assessoria e laços de pertencimento” (p.183). Contudo destacamos que estas características também podem ser observadas em alguns dos coletivos, sendo estes itens julgados como insuficientes para a diferenciação entre coletivos e movimentos sociais.

Neste sentido, alguns jovens membros apresentam uma rejeição a categoria “movimento social” por associá-lo a modelos engessados, tradicionais e de estruturas centralizadoras, ou seja, como parte do modelo político tradicional que eles rejeitam. (Gohn, 2016; Perez, 2018). Dentre estes jovens há maior identificação com o modelo de ação coletiva trazida pelos coletivos pois eles

[...] são vistos como agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Coletivos autodenominam-se como ativistas, e não militantes de causas, vivem experiências e experimentações que podem ser tópicas ou mais permanentes; fragmentadas ou mais articuladas. [...] Um coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articular-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou, ainda, negar a forma movimentossocial por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política (Gohn, 2017, p.23)

Para Perez e Souza (2020, p.2) a principal diferença entre os coletivos e os outros movimentos “é o fato de não ter uma pauta permanente de ação; ele pode agregar múltiplas demandas de modo que as pautas prioritárias sejam definidas por meio de debates periódicos.”, contudo é relevante destacar que a grande maioria dos coletivos universitários tem como pauta central a permanência dos estudantes não tradicionais, ou seja especialmente àqueles pertencentes a grupos minoritários que historicamente são excluídos do mundo universitário, tais como estudantes: negras e negros, indígenas, pessoas idosas, mães, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ e outros. Ainda de acordo com estes autores, os coletivos também se caracterizam pela horizontalidade (ausência de liderança), informalidade, fluidez em sua composição e forte presença em mídias digitais –

consideradas por Gohn (2017, p.25) “a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos”. Para a autora as mídias digitais possuem um poder que vai além da mobilização, elas também:

Impactam o caráter da ação coletiva desenvolvida. Transformam-se em ações conectivas. O ambiente virtual propiciado pela Internet ocupa lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras etc. Os manifestantes, ao participarem, deixam registros - nos blogs, fotos etc. - que ajudam a criar uma memória e a construção de um imaginário sobre o tema em tela, criam códigos linguísticos, que estabelecem uma gramática, e símbolos que passam a ser compartilhados. (Gohn, 2017, p.25)

Este ambiente virtual já vem sendo explorado por estes novos movimentos, de onde eles extraem ao máximo o potencial do espaço virtual. Assim o uso da internet se estabeleceu como uma das principais características dessas novas organizações pois “as redes de internet forneceram um espaço de autonomia do qual os movimentos emergiram sob diferentes formas e com resultados diversificados, a depender de seu contexto social” (Castells, 2013, p. 81)

Em 2017 Perez e Souza (2017) localizaram na rede social Facebook cerca de 1027 coletivos, identificando que é neste ambiente em que se realizam a maior parte das discussões. É principalmente nesse espaço que os coletivos também expressam seu caráter educativo, assim como fazem outros movimentos sociais:

Ao possibilitar a participação de múltiplos protagonistas de maneira instantânea, desenvolvem-se processos de intersubjetividade e constroem-se processos discursivos que poderão gerar novos repertórios, novos direitos, novas propostas de processos que poderão vir a ser assumidos, no plano da sociedade civil e política, como novas pautas para institucionalização, para a criação de normas comuns válidas para todos. (Gohn, 2017, p.25)

Sendo assim os coletivos são espaços de lutas e de trocas, que possibilitam uma educação que extrapola os modelos tradicionais da sala de aula e realizam constante diálogo e análise da realidade com vistas a mudanças práticas. Nesses espaços os ativistas trocam, sistematizam, traduzem, analisam e reorganizam seus conhecimentos e seus próprios saberes, construindo seus próprios itinerários formativos, e, diante da sua aproximação com a academia, relacionam este conhecimento com a literatura acadêmica.

Embora grande parte da literatura represente os coletivos como ambientes

internamente harmônicos, há dentre as afirmações realizadas sobre os coletivos algumas oposições em relação às características atribuídas a estas organizações. A exemplo disso é contraditório afirmar que os coletivos buscam o distanciamento da política parlamentar partidária, como vimos em Perez e Souza (2020), quando existem coletivos internos a partidos e associados a estes como os localizados por Costa (2020) e mandatos coletivos, como os identificados por Gohn (2022), que assumem cargos políticos e posições parlamentares representando partidos políticos.

Além disso numerosas pesquisas atribuem que os coletivos não possuem uma hierarquia estabelecida devido ao seu novo formato de agir político que preza pela horizontalidade do poder, pesquisas aprofundadas acerca dos coletivos identificaram diversos coletivos que possuíam algum tipo de hierarquia, e até mesmo centralização de poder em alguns “líderes” ou “representantes”, além de nem sempre horizontalizar as ações e tomadas de decisões. (Costa, 2020; Thibes et al., 2020; Gohn, 2022)

Apesar destas questões, os estudos sobre coletivos demonstram a importância da atuação deste novo formato de ação coletiva, contudo nos cabe investigar: O que dá origem a um coletivo?

O modelo de organização em coletivos não é novo, havendo registros que datam o período da Revolução Francesa. Os coletivos culturais, pioneiros na história, já se faziam presentes na Espanha e no México em 1930 com diversos grupos que se autodenominavam como coletivos fotográficos, que alteraram o modo de vender fotografias e de formar novos fotógrafos. (Queiroga, 2012, Costa, 2020; Gohn, 2022)

No continente americano os coletivos voltados para temas sociais também não são recentes, especialmente os que tratam de gênero e raça. A exemplo disso podemos citar o Coletivo Breed and Roses, um coletivo socialista de libertação das mulheres, que atuou entre 1969 e 1973 na cidade de Boston nos Estados Unidos e denunciava que o feminismo hegemônico ignorava as demandas específicas de mulheres oprimidas como as negras e do terceiro mundo. Na mesma cidade atuou também o Coletivo “Combahee River”, um coletivo socialista de mulheres negras e lésbicas que atuou entre 1974 e 1980, lutando pelas pautas que atravessavam suas vivências enquanto mulheres negras e lésbicas. Este coletivo deixou como legado o Manifesto do Coletivo Combahee

River, que foi publicado em 1977, mas ainda hoje é um importante referencial para as teorias feministas, pois aponta a opressão sexual sofrida pelos homens negros, parceiros do movimento negro, e o racismo vindo das feministas brancas. (Gohn, 2022; Falquet, 2019)

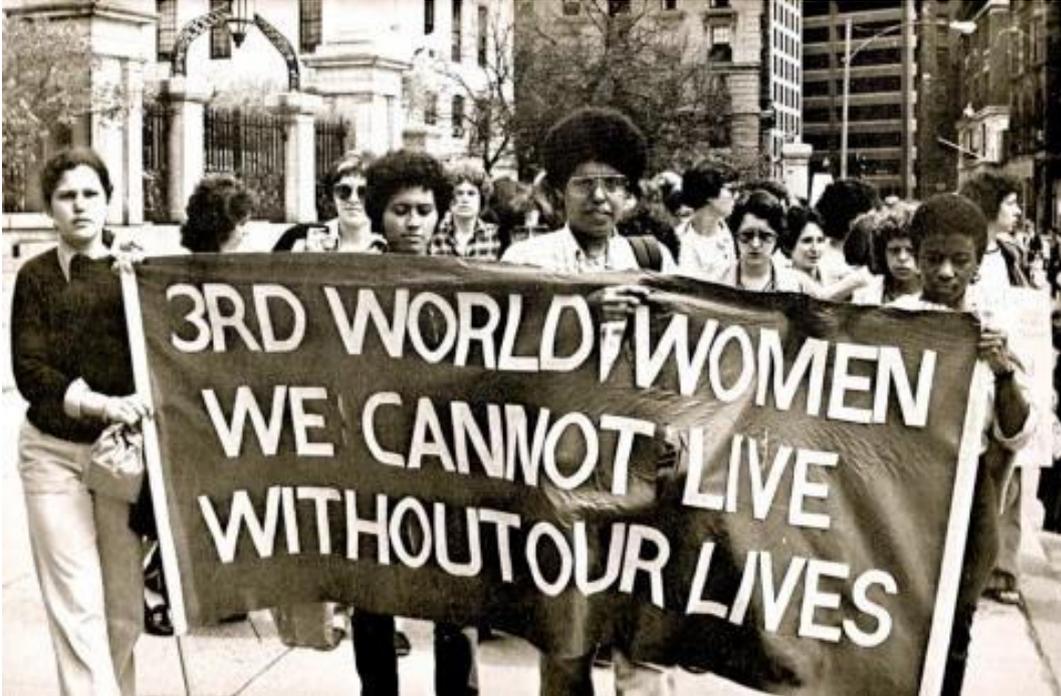


Figura 3 - Integrantes do Combahee River Collective em uma marcha em Boston, 1979. Segurando a faixa, da esquerda para a direita: Maria Elena Gonzales, Margo Okasawa-Rey, Barbara Smith. Fonte: <https://www.geledes.org.br/>

O coletivo Combahee River foi criado por Barbara Smith, que ao sair do primeiro encontro da National Black Feminist Organization (NBFO) em 1973, sentiu-se inspirada a organizar uma filial da organização em Boston. Assim, encontrou-se com Demita Frazier e realizaram juntas algumas ligações telefônicas para algumas mulheres negras para que se encontrassem e construíssem uma seção da NBFO para realizar encontros para leituras, troca de ideias e analisarem quais seriam os passos seguintes. Esse grupo foi denominado por Smith de Coletivo Combahee River em menção ao rio por onde Harriet Tubman conduziu para a liberdade cerca de 300 pessoas escravizadas. (Falquet, 2019)

4.1

O surgimento dos Coletivos no Brasil

A organização dos jovens em coletivos não é uma realidade que surgiu neste século, contudo a novidade da contemporaneidade é o seu aumento quantitativo na cena pública. No Brasil, este crescimento pode estar associado ao clima democrático que se instalou no período de redemocratização e a as políticas de inclusão social e o incentivo à participação política que se registrou após a década de 1990 (Gohn, 2022).

Contudo, embora a conjuntura política possa ter estimulado os jovens a atuarem no cenário político, é justamente a descrença neste cenário que impulsiona novas formas de ação coletiva e de agir político. Essa descrença nos modelos políticos tradicionais cresceu após a crise financeira mundial e revelou a capacidade de mobilização das pessoas para reivindicarem melhores condições de vida fora das estruturas tradicionais de organização e dos movimentos sociais (Gohn, 2022; Perez, Souza, 2020; Perez, 2018).

Cansados de esperar que o funcionamento correto das engrenagens políticas os guiasse até o cenário democrático prometido pela carta constitucional, os jovens foram em busca de fazer política com as próprias mãos a partir de protestos e manifestações sem associações com partidos, movimentos sociais, grupos ou quaisquer tipos de organizações já conhecidas. Revela-se um cenário de pessoas comuns realizando rechaço público diante do mau funcionamento dos serviços públicos, a promiscuidade dos partidos políticos, a corrupção, a impunidade e a insatisfação com a cooptação de alguns movimentos sociais que se diziam não-alinhados, mas na prática eram vassallos de algum partido.

Diante disso, os jovens vêm atuando para promover uma renovação da cena pública e assumiram o protagonismo das novas formas de participação a partir das redes, mídias sociais e os coletivos. Essas organizações coletivas tornaram-se mais numerosas no Brasil na medida em que os jovens percebem a necessidade de um novo agir político e novas formas de organização que permitam maior participação direta. (Gohn, 2022)

No que tange a organização dos coletivos no cenário brasileiro o ano de 2013 acaba por ser um divisor de águas que altera significativamente tanto a numerosidade e o engajamento social dos coletivos quanto às análises realizadas sobre eles. Assim, no período anterior ao ano de 2013 as análises sociológicas sobre os coletivos majoritariamente ocupavam-se de seus aspectos culturais e da criatividade artística com base nos estudos e abordagens de Deleuze, Foucault,

Latour, Guattari, Dubet e Marcuse. Contudo dados do “latinobarômetro” de 2010, 2013 e 2015, apontam que a conjuntura política efervesce nos jovens uma descrença que atinge seu pico em 2013, causando nos jovens de diversos direcionamentos ideológicos uma inquietação que traz para este grupo uma urgência de participação (Perez, 2018; Gohn, 2022). Em 2013 surge

uma heterogeneidade de movimentos sociais, atores coletivos que buscam a abertura de um sistema político, burocrático fechado a participação social com projetos políticos em disputa, mas que marcaram com as diferenças nas lutas sociais a insatisfação com a democracia representativa que não respondem mais às necessidades sociais e humanas da sociedade (Neves, 2016, p.2)

Destaca-se que neste contexto se popularizaram no Brasil novas formas de ação coletiva, dentre estas o modelo dos coletivos, que já vinham se tornando numerosos desde 2010, mas que ganharam maior notoriedade e também mais adeptos a este tipo de organização entre o público jovem. (Gohn, 2022; Thibes et al., 2020)

Esta indignação coletiva que despertou a juventude brasileira para o engajamento político culminou nas Jornadas de Junho 2013 (também chamadas de Revolta do Vinagre¹³), que utilizaram fortemente as redes sociais em sua organização e possuíam diversas pautas políticas e sociais. Nestas jornadas os jovens foram às ruas gritando “Não são só 20 centavos”, em referência ao discurso midiático que insistia em reduzir as demandas da movimentação nacional ao aumento da tarifa de ônibus, contudo havia numerosas outras queixas coletivamente compartilhadas por esta juventude. Dentre as pautas destacava-se a indignação com a corrupção e as más condições dos serviços públicos que se contrastavam com as incríveis estruturas para a realização da copa do mundo que ocorreria no país ano seguinte, fruto dos altos investimentos do governo federal.

¹³ O movimento recebeu este nome pois os manifestantes difundiram a informação de que o uso de vinagres nas roupas ou em máscaras protegeria os manifestantes contra os efeitos das bombas de gás lacrimogêneo utilizadas pela polícia para dispersar as multidões que se formavam nos protestos do dia 13 de junho de 2013.

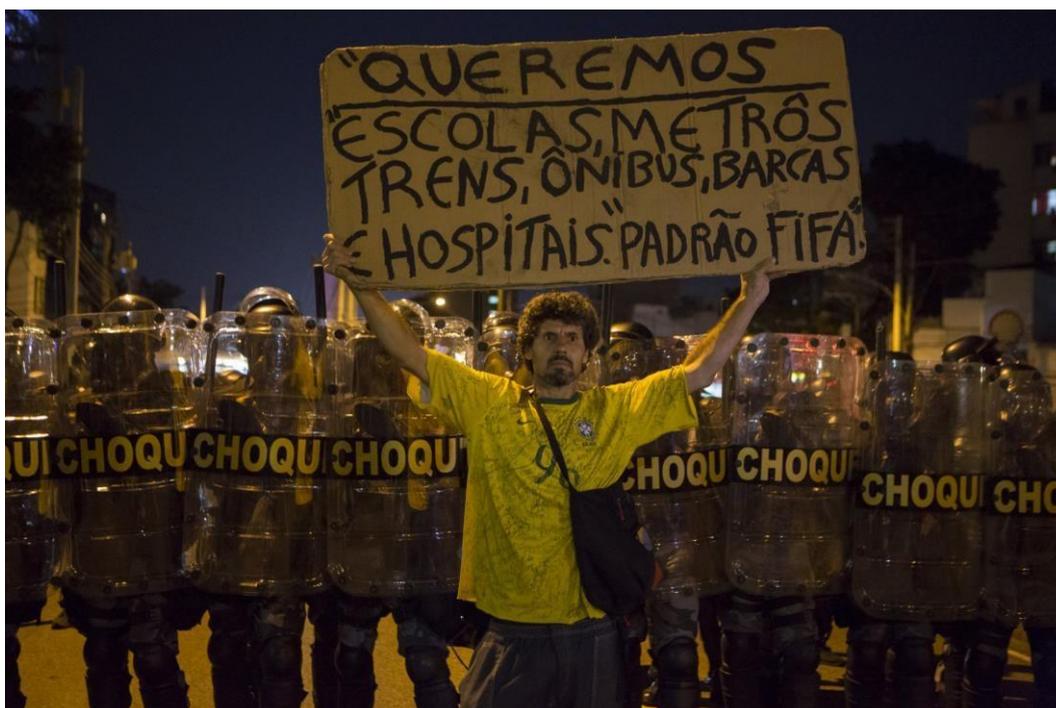


Figura 4 - Fotografia que foi destacada em mídias internacionais que cobriam as Jornadas de Junho no dia 13 de junho de 2013. Fonte: www.ibtimes.com/

As jornadas registram a intensa participação de coletivos que já atuavam no cenário nacional, contudo esse contexto estimula o surgimento de inúmeros outros coletivos que emergem num cenário de múltiplas manifestações contra o neoliberalismo e seus efeitos, além de afirmações das identidades e das diferenças culturais dentro do cenário brasileiro. Assim, podemos afirmar que os coletivos representam uma reconfiguração do ativismo urbano brasileiro, com novos formatos de engajamento, frutos de uma nova cultura política de participação social. (Perez; Silva Filho, 2017; Gohn, 2022)

A literatura que analisa os coletivos pós 2013 passa então a apresentar uma tendência de destacar que estes grupos se baseiam na defesa da autonomia do sujeito e o agrupamento a partir da vivência de experiências e desenvolvimento de consciências. Ademais, os coletivos deste período concentram-se intensamente no momento presente, preocupando-se com a vivência de algo novo, além do acesso a práticas negadas ou que foram economicamente inacessíveis durante sua trajetória de vida, além de ter como elemento articulador dos membros a defesa de uma causa e pautar-se na ideia do “ganhar-ganhar” - todos os membros que participam do esforço e poderão se beneficiar do resultado. (Gohn 2022; Maria; Ozório, 2017)

Apesar dessas similaridades gerais, as análises da literatura apontam que os coletivos não são homogêneos e também não possuem características homogêneas, há uma multiplicidade e diversidade de formas, temas, demandas, pautas, duração, formas de funcionamento, no relacionamento com instituições, órgãos e partidos. (Gohn, 2022; Perez; Souza, 2018)

[...] eles podem ter transversalidade e combinarem, por exemplo, horizontalidade com verticalização em algumas ocasiões; podem mudar o alvo de suas ações e demandas periodicamente; utilizam intensamente as formas de comunicação e participação social online. (Gohn, 2022, p.179)

No que tange a tipificação, Perez e Souza (2017) atribui aos coletivos uma categorização em sete tipos sendo eles: universitários, vinculados a partidos, vinculados a movimentos estudantis, que atuam com causas sociais, de artes, promotores de eventos e empresariais, demonstrando assim a diversidade de uso deste modelo de ação coletiva.

Contudo há dentre estes coletivos muitos que se ocupam de pautas que já são historicamente vinculadas a algum movimento social, como os coletivos negros, coletivos LGBT+ e coletivos feministas, que podem ou não se reconhecer como parte dos movimentos sociais que são referências nestas pautas.

Os jovens reinventam novas formas de agir politicamente que convivem e se entrelaçam com organizações já consolidadas. Dentre essas novas formas de organização vêm chamando atenção nos espaços universitários: os coletivos. A nomenclatura coletivo não é nova, tampouco as organizações que se auto intitulam desse jeito. No entanto, a utilização do nome coletivo tem crescido, como se fossem novas formas de mobilização, distantes das organizações burocráticas e hierárquicas. (Perez, 2018, p.4)¹⁴

Assim como no excerto acima, outras bibliografias sobre coletivos enfatizam os coletivos nos contextos universitários, pois estes destacam-se como os mais numerosos. Sua abundante presença neste espaço se dá também pelo fato de que os coletivos em sua maioria são um ativismo que acompanha e alimenta-se do debate acadêmico, mantendo uma relação constante com a universidade. (Perez; Silva Filho, 2017)

O pioneirismo no cenário brasileiro pode também ser atribuído aos coletivos

¹⁴ A palavra coletivo vem do latim *colligere* que significa “colher junto” e “reunir”. Não foram localizados materiais bibliográficos que realizem o delineamento histórico do uso da palavra, contudo, nota-se que a nomenclatura tem sido adotada por grupos organizados que trabalham em torno de um mesmo interesse e/ou problema em comum.

universitários, tendo em vista de que o coletivo que se apresenta como o primeiro coletivo do Brasil enquanto ator político, o coletivo Ladrões de Alma, é um coletivo de estudantes da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) criado em 1988. (Gohn, 2022; Santos, 2018)

Os coletivos universitários são reflexo desse novo formato de agir político e de participação social que tentam mudar o formato de agir político dentro dos ambientes universitários e que são fruto das mudanças na própria cena do movimento dos estudantes de ensino superior e das transformações trazidas pelas políticas de ações afirmativas neste ambiente.

Em sua maioria, os coletivos universitários são organizações voltadas para a denúncia das desigualdades sociais históricas e promovem o enfrentamento dos efeitos de sua incidência sobre as oportunidades de acesso e permanência na educação de nível superior, tendo se concentrado principalmente na desigualdade de racial, de gênero e socioeconômica que se perpetuam na sociedade, além disso geralmente utilizam a abordagem da interseccionalidade, entrecruzando essas vertentes de opressão.

Para elucidar suas características dos coletivos, Perez e Souza (2017), em pesquisa realizada com os coletivos de Teresina, Piauí, identificaram que os coletivos:

[...] são formados por estudantes que utilizam o espaço universitário para promover debates sobre questões atuais como feminismo, racismo e questões ligadas ao universo LGBTT (utilizando os termos mobilizados pelos próprios administradores das páginas). Em geral as discussões são interseccionais, pois consideram, além da temática principal, clivagens como raça-cor-etnia e classe social. (Perez; Souza, 2017, p.24)

Os membros dos coletivos identificam-se geralmente como ativistas, sendo em sua maioria alunos, mas também são agentes de ação direta no espaço urbano. Assim realizam articulações com outros coletivos e movimentos, formam redes para promover atos de enfrentamento e de resistência político-culturais. (Gohn 2022). Destacam-se também outras práticas destes coletivos.

A principal prática desses coletivos (73% deles) é a promoção de palestras, encontros, cursos e rodas de conversa em que são discutidos textos e questões cotidianas vivenciadas pelo grupo ou noticiadas pela mídia. Trata-se de um importante espaço de reafirmação de identidade e divulgação de questões emergentes. Nota-se que os coletivos universitários entrevistados chamam suas

atividades de rodas de conversa. As rodas de conversas seriam diferentes dos debates pelo seu caráter mais informal, sem conflitos e sem a necessidade de regras que determinem quem tem a fala ou em quanto tempo deve ser feita a réplica. Os coletivos inventam nomes para distanciar suas práticas daqueles regidas por normas, formais e hierárquicas. (Perez; Souza, 2017, p.24)

Nota-se que diante disso as estratégias dos coletivos universitários podem ser diversas e são adotadas de acordo com a demanda, o espaço e o contexto em que se inserem, que interferem diretamente nas possibilidades de atuação de cada coletivo e pode justificar a multiplicidade e diversidade anteriormente citadas neste capítulo.

Dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), os coletivos universitários podem ser de atuação local, promovendo a organização política e cooperação entre os estudantes, buscando estabelecer o diálogo com as reitorias, pró-reitorias, coordenações, secretarias e demais componentes das instituições e podendo significar mudanças expressivas para acolhimentos dos grupos em vulnerabilidade social inseridos nestes espaços, e por consequência na redução das desigualdades sociais dentro e fora da universidade. Contudo há também os coletivos de atuação mais ampliada, que realizam articulação estadual, regional, nacional ou que não se limitam aos espaços físicos para definir as suas ações, fazendo da internet e do ambiente virtual o seu local de atuação.

A formação dos coletivos universitários pode se dar pelas questões identitárias dos estudantes, bem como ser fruto do convívio entre estudantes ativistas ou entre aqueles que mantiveram contato em programas e projetos de pesquisa e extensão ou em alguma disciplina. Nesta relação coletivo e espaço universitário se realizam trocas constantes em que os estudantes partem de “abordagens interdisciplinares, que desenvolvem pedagogias que articulam o ativismo sociocultural, em espaços urbanos, com atividades didáticas curriculares, compondo inovações no campo da pesquisa, ensino e extensão.” (Gohn, 2022, p.196).

Os coletivos universitários enquanto redes de organização, educação e afeto, fazem-se necessários para a promoção da permanência das minorias sociais no ensino superior. Além do afeto e do compartilhamento de vivências, os coletivos têm o importante papel de organizar as demandas apresentadas por seus grupos e exigir mudanças nas políticas públicas e institucionais para suprir tais necessidades. Os coletivos universitários têm como principal atividade pautar

representações nos espaços decisórios da vida universitária, pressionar mudanças dentro de suas respectivas universidades, lutar pela conquista de direitos e também garantir a manutenção de direitos já conquistados.

As características dos coletivos como espaço de organização, reivindicação e também de educação e afeto estão também representadas nos coletivos de mães universitárias.

4.2

Coletivos de mães universitárias enquanto espaço de acolhimento e luta

Os avanços que garantiram o direito das mulheres à participação na vida pública trouxeram também novas demandas para a mulher moderna, como a construção de uma carreira profissional, de preferência com boa remuneração e amplo reconhecimento possibilitada principalmente por uma formação de nível superior. Com a chegada das mulheres no ambiente universitário, as mães universitárias convivem com a necessidade de construir suas carreiras e seus currículos lattes, mas ainda preocupadas com a necessidade de se perceberem como “boas mães”.

Percebe-se que mesmo após a inserção do debate da maternidade desde a segunda onda do feminismo e os avanços das conquistas do movimento feminista, a possibilidade de acesso à educação e o direito ao trabalho não trouxeram consigo uma divisão de papéis igualitária referente ao cuidado com os filhos, desta forma apenas novas demandas foram adicionadas às já existentes da maternidade e do cuidado com o lar. (Badinter, 2011). É nesta perspectiva de múltiplas jornadas que as mães universitárias se inserem nas instituições de ensino superior.

Trabalhos que desenvolvi anteriormente¹⁵ (Silva, 2017; 2020) demonstram que as mães universitárias se articulam com suas redes de apoio que garantem sua permanência na universidade, podendo ser composta tanto por familiares, quanto por serviços como creches e babás, ou até mesmo por amigos e vizinhos. Entretanto, em muitos casos, esta rede não está consolidada, pois diversas estudantes mães

¹⁵ Os referidos trabalhos são uma monografia de graduação em Serviço Social intitulada *Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino* e uma dissertação de mestrado intitulada *Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional*, ambas defendidas na Universidade Federal da Bahia.

não têm com quem deixar os filhos e não encontram nas universidades programas de apoio à maternidade como a creche ou auxílio creche.

Essas redes fazem-se necessárias, pois tanto a universidade quanto a maternidade são “instituições ávidas” (Urpia; Sampaio, 2011) que exigem grande dedicação destas mulheres. A avidez destas instituições que acirram a necessidade de conciliar os múltiplos papéis desempenhados por estas impactam diretamente no rendimento das mães estudantes.

As redes também se articulam no espaço interno da universidade, podendo ser uma rede de pares que compartilham das mesmas dificuldades. Algumas dessas redes se constituem então dentro dos modelos de movimento social, observatórios, grupos de trabalho (GTs) e coletivos universitários, sendo este último o modelo que se tornou mais comum entre os estudantes pertencentes a grupos minoritários das instituições de ensino brasileiras.

Acerca destas redes Abreu (2021) enfatiza que com as mudanças no cenário universitário que permitiram o ingresso de estudantes destes grupos minoritários “há um aumento na quantidade de grupos de militância materno estudantil que proliferou após a entrada desses novos sujeitos nas universidades” (p.93). acrescentando a criação destes movimentos como um instrumento de luta pela permanência das mães universitárias além da criação de políticas formuladas e aplicadas nas universidades a partir da atuação destes grupos de militância.

Dentre estes grupos destacam-se movimentos como o *Parent in science*, um movimento criado em 2016 que se concentra em discutir o impacto da maternidade e paternidade nas carreiras das(os) cientistas brasileiras(os). A pressão realizada por este movimento que utilizou como ferramenta principal as redes sociais e as articulações com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), resultou na abertura de um espaço para inserção da informação acerca da licença maternidade na Plataforma Lattes¹⁶ desde o dia 15 de abril de 2021.

Outro movimento que se destacou pela sua ênfase nas mães universitárias foi o Observatório Cajuína, criado em agosto de 2019 com o objetivo de sensibilizar organizadores de Congressos, Simpósios e outros eventos acadêmicos

¹⁶ A Plataforma Lattes é um sistema virtual brasileiro para apresentação de currículos dos pesquisadores de diversos níveis de formação e costuma ser um elemento de análise para seleções de mestrado, doutorado, bolsas de pesquisa e de produtividade.

para as ações de inclusão das mães universitárias nos eventos. Ainda em agosto de 2019 as mães pesquisadoras do Observatório elaboraram a “Carta Aberta À Comunidade Científica: Como Incluir Mães Nos Congressos”, que apresenta uma listagem de estruturas necessárias para mães e crianças em eventos científicos, como vemos a seguir:

ESTRUTURAS MÍNIMAS: Aceitação de bebês e crianças em sala de aula; · Sala para ordenha e amamentação (de preferência, um espaço frequentado apenas por mulheres); Trocador acolchoado; Livre acesso aos locais do evento, sem custo adicional, para um acompanhante que seja da família do bebê ou funcionário (a) da família; Garantia de livre amamentação em todos os locais do evento; Diretrizes claras antes do evento de qual será a estrutura disponível.

ESTRUTURAS IDEAIS: Espaço kids com tapetes de EVA e presença de monitores; Acesso à cozinha do local para uso de microondas; Acesso à pia limpa para higienização do equipamento de ordenha e dos utensílios do bebê; Acesso a frigobar ou refrigerador para armazenamento de leite materno ou de comida do bebê; Que o hotel do evento possua quartos com berço para que pais possam se hospedar no mesmo local ou que existam parcerias com hotéis próximos que tenham berços disponíveis; Que o hotel do evento tenha quartos com frigobar ou que existam parcerias com hotéis próximos que possuam. (Observatório Cajuína, 2019, p.2)

A referida carta segue sendo uma grande referência para a organização de eventos que pretendem incluir mães e crianças, contudo o Observatório está inativo nas redes desde 2020, podendo significar o fim das suas atividades.

Outros modelos de destaque nas universidades do Brasil são os Grupos de Trabalho (GTs), tendo sido localizados exemplos como o GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais da Universidade Federal de Goiás (GTMCMP/UFG), GT Parentalidade e Equidade de Gênero da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o GT Mulheres na Ciência da Universidade Federal Fluminense (UFF). Estes grupos atuam dentro de cada instituição realizando propostas para a permanência das mães na universidade e realizando articulações para que alcancem a efetivação destas.

Neste sentido, destaco o documento “Propostas de Políticas de Apoio a Maternidade na Universidade” (2019) elaborado pelo GT Mulheres na Ciência da UFF em parceria com o coletivo de Mães da UFF (CMUFF) e o Núcleo Interseccional de Estudos em Maternidade (NIEM). No referido documento o GT destaca a importância dos coletivos de mães na universidade.

Outra ação importante é a formação de coletivos de mães universitárias (e, em

alguns casos, pais). Estes coletivos têm se mostrado como formas legítimas e efetivas para dar visibilidade às mães universitárias e seus desafios, criação de redes de apoio entre elas para cuidado dos filhos, abertura de espaço para discussões quanto aos desafios encontrados na tentativa de conciliação de cuidados dos filhos e conclusão de cursos acadêmicos, bem como a construção de diálogos junto às instituições a que se vinculam - para a implementação de políticas públicas que apoiem suas permanências na universidade. (Grupo de Trabalho Mulheres na Ciência, 2019, p.2).

O modelo de coletivos de mães universitárias, assim como outros coletivos universitários, tem em seu âmago a busca pela permanência no ambiente universitário nos diversos níveis de formação, bem como o reconhecimento do impacto da maternidade na formação e nas carreiras das mulheres estudantes e a vigilância sobre formas de opressão e assédio motivados por preconceitos referentes à maternidade.

Embora a inserção das mães neste ambiente não seja uma questão nova, o primeiro coletivo de mães universitárias de que se tem registro é o Grupo de Mães e Pais Universitários (GPMU/UFSCar) de 2010, seguido do Coletivo de Pais e Mães da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (COPAMA/UFRRJ) de 2012.

Destarte os coletivos começam a aparecer nas pesquisas que abordam a vivência das mães na universidade como nas monografias, artigos e dissertações de Abreu (2021), Pletiskaitz (2018), Oliveira (2019), Gomes (2020), Anjos (2021), Zago (2021), Fernandes (2022), J. Silva (2017; 2018; 2020) Ruckstadte e Ekuni (2021) e V. Silva (2023).

Estes trabalhos demonstram que a presença dos coletivos tem figurado como espaços de acolhimento, mas também de luta, não se diferenciando dos coletivos negros observados por Guimarães e colaboradores (2020) que indica que diante das situações de racismo vivenciadas pelos estudantes “os coletivos se apresentam às vezes como quilombos.” (p.321), fazendo referência ao local de acolhimento para pessoas escravizadas que fugiam durante a escravidão no Brasil. A questão do acolhimento referida no quilombamento remete a uma afetividade política e um pacto ético de apoio mútuo e irmandade, que quando ocorre entre as mulheres é denominado de sororidade.

As produções que tratam das experiências de mães na universidade demonstram que os coletivos de mães representam um espaço de acolhimento, sendo muitas vezes interpretado como uma rede de apoio para permanência dessas

mulheres, mas também um espaço onde podem encontrar nos seus pares o agrupamento necessário para seguir com o enfrentamento e a persistência junto a melhores condições de permanência na instituição.

os coletivos maternos, onde essas mulheres lutam para serem vistas e valorizadas, elas formam rede de apoio, buscam seus direitos de ter políticas de assistência estudantil que enxergue e registre sua maternidade, para que tenha espaço para seus filhos pois muitas vezes não tem uma rede de apoio e precisa levar suas crianças onde elas vão, e seguram as mãos uma das outras na jornada em busca de melhoria de vida com dignidade, através do crescimento profissional e a permanência nas universidades e o tema começa então ser abordado e ter relevância no campo acadêmico, com articulações de debates sobre essas vivências na luta da permanência acadêmica (Fernandes, 2022, p.18)

Diante disso, podemos afirmar que, além de ser rede de apoio é também espaço de luta para ampliação dos direitos no espaço universitário. Esses movimentos buscam também a valorização da identidade da mulher-mãe de maneira adequada, a fim de romper com os estereótipos de gênero, especialmente a fragilidade, docilidade e domesticidade construída sobre a mulher, rompendo com o lugar que foi designado para a mãe no trabalho reprodutivo.

Além disso, encontram-se evidências que demonstram que os coletivos de mães universitárias podem surgir tanto através de uma convocação, uma reunião, um evento ou até mesmo a partir da construção de um grupo nas redes sociais. Em geral, a adesão de novas ativistas que envolve tanto a ampliação quanto a continuidade de cada coletivo de mães se dá especialmente a partir da atuação das próprias ativistas que vão recrutando outras mães para compor o coletivo. (Ruckstadte; Ekuni, 2021; Oliveira, 2019; Anjos, 2021)

Nota-se que nestes coletivos o “ser mãe” torna-se então a identidade primária destas mulheres, aparecendo inclusive antes da identidade de “universitária”, “estudante” ou “da universidade”. A priorização desta identidade demonstra que ênfase destes grupos está nos percalços socialmente impostos a mães que se propõem a viver para além da maternidade. Assim os objetivos centrais destes coletivos concentram-se em torno desta condição, podendo assumir contornos diferentes em cada instituição.

Os coletivos de mães universitárias, em geral, possuem como objetivos centrais a criação de uma rede de apoio mútuo, dentro da universidade, propondo reflexões quanto aos desafios na conciliação de cuidados dos filhos e estudos, e busca a construção de diálogos junto à instituição a que se vinculam para implementação

de políticas públicas que apoiem a permanência das mães estudantes na universidade. As demandas de cada coletivo podem variar em cada relativamente aos demais, de acordo com a necessidade das alunas, o perfil da instituição e de já haver, ou não, políticas instituídas em benefício das mães. (Oliveira; Souza, 2020, p.1772-1773)

As pautas dos coletivos estão associadas às dificuldades enfrentadas pelas mães universitárias, especialmente na graduação, apresentadas por Silva (2017) e Urpia (2011), e na pós-graduação, apresentados por Silva (2020) e Bittencourt (2013), envolvem principalmente o acesso à creche, o assédio moral, a violação dos direitos ao Regime de Exercícios Domiciliares para mães estudantes (Lei nº 6.202/1975), a licença maternidade na pós-graduação (Lei 13.536/2017), a falta de fraldários nas IES, a falta de espaço infantil nos eventos acadêmicos, dentre outros.

A atuação articulada tem sido um caminho adotado pelos coletivos para suprir as demandas supramencionadas. Assim, a organização entre diversas ativistas de coletivos locais resultou na criação do Coletivo Nacional de Mães na Universidade, um grupo do aplicativo *WhatsApp* e da rede social *Facebook*, que articula nacionalmente diversos coletivos de mães a fim de realizar a troca de experiências e o compartilhamento de estratégias para o avanço das pautas maternas.

Como evidência dos resultados desta articulação destacamos que alguns coletivos de mães universitárias brasileiras iniciaram em 2022 uma articulação para formalização do movimento que atuasse efetivamente para pressionar o governo federal, resultando na criação de uma associação a Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras (AMPET). Esta associação junto com diversos coletivos galgou um espaço na 74ª reunião da Comissão de Educação no Senado Federal sendo representada pela ativista Vanessa Suany da Silva, uma das principais protagonistas do Coletivo de Mães da UFSC e atual presidente da AMPET. Além disso a reunião contou com a fala da Coordenadora do Movimento Parent in Science, Fernanda Staniscuaski, que já vinha atuando com as representantes dos coletivos. Dentre as demandas apresentadas as ativistas destacam a necessidade de o Ministério da Educação constituir ações efetivas para a permanência das mães na universidade.



Figura 5 - Registro da Primeira reunião do GT realizada em 27 de janeiro de 2024 (Fonte: MEC)

Fruto dessa reunião e de uma intensa pressão social sobre o Ministério da Educação (MEC) ocorreu a criação de um GT pela Portaria n. 2.005/2023 que descreve que a referida portaria “Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.” (BRASIL, 2023, p.1). A composição deste grupo foi instituída pela Portaria n. 39/2023 e conta com a presença de pelo menos 16 ativistas de diferentes coletivos de mães na universidade.

4.3

(R)existir no debate acadêmico: o fomento teórico dos coletivos de mães universitárias

Como citado anteriormente, sabe-se que os coletivos universitários têm como característica acompanhar e alimentar-se do debate acadêmico, evidenciando sua relação constante com a produção científica. Neste sentido, os coletivos de mães universitárias apresentam aproximações entre a luta e a teoria, pois realizam um trabalho de conscientização acerca do impacto da maternidade na vida das mulheres a partir de produções de trabalhos e promoção de eventos científicos. Nestes cenários, é predominante o discurso feminista onde as participantes questionam o "mito do amor materno", especialmente a partir do pensamento da filósofa feminista francesa Elizabeth Badinter. Acrescenta-se a

isso as reflexões acerca da violência de gênero, criando a fundamentação das reivindicações de direitos de permanência.

É importante destacar que os estudos que tratam especificamente dos coletivos de mães universitárias são escassos, e a carência de referências nacionais pode ser um dos fatores que estimula nas ativistas o empenho em direcionar suas pesquisas de conclusão de curso para este tema. Desta forma, a monografia da ativista Oliveira (2019) é o primeiro trabalho registrado acerca do tema, tratando o coletivo de mães da UFF.

A monografia “Maternidade E Universidade: Os Desafios Das Mães Na Graduação” (Oliveira, 2019), defendida no curso de antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) é um trabalho etnográfico sobre o Coletivo de Mães da UFF (CMUFF), do qual a autora é uma das ativistas. Sua base epistemológica encontra-se mesclando a etnografia da vida associativa e as teorias feministas. Oliveira (2019) define então este coletivo de mães da seguinte maneira:

O Coletivo consiste numa associação de mães alunas da universidade, com o objetivo central de encontrar soluções efetivas que viabilizem o retorno e permanência de mães estudantes na universidade, através da formação de uma rede de apoio mútuo entre as integrantes que as auxilie nos desafios decorrentes da conciliação da maternidade e estudos (em alguns casos, também trabalho), para terminarem seus respectivos cursos e, finalmente, prosseguirem na vida profissional. (Oliveira, 2019, p.12)

Desta forma a primeira definição de Coletivo De Mães Universitárias nos é apresentado destacando que o maior foco do coletivo é a permanência das mães estudantes e também o resgate das mães que porventura tenham evadido da universidade. O método também é definido, a formação de uma rede de apoio mútuo entre as integrantes, que ultrapassa então as redes familiares e envolve todas as ativistas na permanência umas das outras.

A seguir a autora acrescenta importantes elementos para o alcance destes objetivos:

O Coletivo também busca a construção de diálogos com a universidade para que sejam implementadas medidas institucionais que também favoreçam a permanência destas mães na instituição, tal como a existência de um espaço que acolha seus filhos (Ludoteca), enquanto as mães estiverem desenvolvendo atividades acadêmicas, permissão de acesso e alimentação de seus filhos, acompanhados de suas mães, ao Restaurante Universitário (“bandejão”), de forma irrestrita, combate ao assédio moral, dentre outros. (Oliveira, 2019, p.12)

Aqui a autora aponta que o coletivo também convida a universidade a assumir sua corresponsabilidade no processo de conclusão dos cursos das mães estudantes, expondo a esfera institucional do engajamento estudantil citado por Kahu (2013). Oliveira (2019) acrescenta que o coletivo espera que a participação da instituição se dê por meio de medidas de viabilização da permanência, atendendo as demandas supracitadas.

Uma esfera interessante do trabalho de Oliveira (2019) é, não só inaugurar o debate, mas revelar os processos internos de formação dos coletivos, tendo em vista que ela apresenta que o CMUFF estava sendo formado a partir de uma iniciativa de um grupo da rede social *Facebook* e atualmente se organizava pelo *WhatsApp*, e desta forma a mesma foi convidada a integrar o coletivo por uma das fundadoras. O trabalho também apresenta os ciclos do CMUFF, que enfrentou períodos de baixa atuação e pouca adesão, devido a fluidez do grupo que via suas fundadoras se formando e deixando a universidade e sua relação com o NIEM, núcleo auto-organizado por mães da mesma universidade.

Oliveira retoma as discussões em 2020, junto com sua orientadora de monografia, e publica o artigo “Mães na Graduação: política e maternidade nas universidades públicas do Brasil” (Oliveira; Souza, 2020) no VI Simpósio Gênero E Políticas Públicas. Neste artigo a autora retoma de maneira mais central uma questão que já havia abordado timidamente na monografia, a (re)politização da maternidade, entendida como a retomada das discussões políticas sobre a maternidade, realizada por um vigoroso ativismo materno via grupos de militância engajados, como os Coletivos de Mães Universitárias.

No ano seguinte, fruto da etapa exploratória da pesquisa de doutorado apresentada nesta tese, publicamos o artigo “Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades” (Silva; Clapp Salvador, 2021) no 31º Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História (ANPUH). O artigo inaugura a abordagem dos coletivos a partir da base epistêmica da teoria dos movimentos sociais, trazendo a importância política dos movimentos de mães.

Tratando-se do período pandêmico da Covid 19, a pesquisa encontrava-se limitada e se deu a partir de uma etnografia virtual, propondo o mapeamento de coletivos de mães no país e assim identificando neste primeiro momento 25 coletivos de mães universitárias, número que foi se alterando desde então.

Enfatizamos de que maneira a crise incide sobre o cenário de organização dos coletivos no trecho:

Destacamos que com a pandemia os grupos se tornaram fundamentais para a organização interna dos coletivos, pois a necessidade de distanciamento social transferiu todas as relações para o ambiente online. Ademais é importante destacar que durante o ano de 2020, quando ocorre o início da pandemia de Covid 19 no Brasil, 8 coletivos de mães foram criados mesmo durante o isolamento social que resultou no fechamento das universidades, o que ratifica a importância destas redes para a articulação dos coletivos. Por outro lado, a pandemia também resultou na sobrecarga feminina, mas apresenta uma sobrecarga diferenciada sobre as mães estudantes como aponta Silva e colaboradoras (2020) que evidentemente incide sobre as possibilidades de organização destas mulheres. (Silva; Clapp Salvador, 2021)

O referido artigo é prontamente absorvido pelas ativistas dos Coletivos de Mães Universitárias que mantém contato constante com a produção acadêmica, aparecendo como referência no Resumo Expandido “Coletivo Mães Da UFRJ: Redes, ações e estratégias para o fortalecimento dos ativismos maternos universitários” (Corrêa *et al.*, 2021) que foi apresentado no III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, ocorrido em 2021 e organizado pelo movimento *Parent in Science*.

As autoras apontam que a falta de estrutura e de políticas institucionais para permanência compõe um processo de expulsão das mães do ambiente universitário, enfatizando a necessidade da elaboração das políticas específicas de permanência. Apontam também que um dos motivos que aumentam a chance da evasão das mulheres dos ambientes universitários é a ocorrência da maternidade. Assim estes e outros elementos são apresentados como motivadores da organização destas mães universitárias no coletivo de mães da UFRJ, onde as autoras são ativistas. (Corrêa *et al.*, 2021)

O Coletivo Mães da UFRJ (CMUFRJ) surgiu da necessidade de identificação do corpo social parental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através da produção de dados e da reunião de depoimentos que versam sobre as questões e as dificuldades vivenciadas por mães e pais da instituição, além da necessidade de criação de uma rede de apoio direta para mães discentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade diante da conciliação de múltiplas jornadas. Essa identificação objetiva a criação de soluções para as demandas parentais do corpo social, com foco nas discentes mães universitárias, assim como a criação de normas e políticas de permanência para mães que ingressaram na universidade. Diante disso, em março de 2019, o CMUFRJ foi oficialmente criado, organizando-se sobre estratégias de resistência frente às faltas institucionais identificadas e articulando-se principalmente através das redes sociais. (Corrêa *et al.*, 2021)

Após tal apresentação do processo de formação do CMUFRJ as autoras apresentam também o processo de expansão do coletivo, que envolveu a realização de uma pesquisa via formulário intitulado “Perfil das Mães da UFRJ” que mapeou tanto as mães universitárias da UFRJ quanto as suas demandas. Assim, acrescentam as estratégias adotadas pelo coletivo, que também contou com o apoio do NIEM no seu início, com a realização do I Seminário Sobre Maternidade na Graduação - UFRJ que contou com espaço infantil adequado para as participantes. O Coletivo de Mães da UFRJ é apresentado também como parte da mobilização que levou a formação do Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna e do Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero da UFRJ - GTPEG/UFRJ, compondo também o Projeto de Extensão Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães e dando suporte necessário para a criação de outros coletivos. (Corrêa *et al.*, 2021)

O ano de 2022 inicia então com uma abordagem específica acerca dos coletivos de mães universitárias de abordagem feminista, com a dissertação “Coletivos feministas de mães universitárias: Apoio mútuo e luta por institucional” (Caldas, 2022). O trabalho, realizado pela e Psicóloga da área social da Diretoria da Diversidade da Universidade de Brasília (UnB) em seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, apresenta já em seus agradecimentos que “A existência desses coletivos [de mães universitárias] lança luz sobre as práticas sociais em locais acadêmicos e incentivam as transformações dessas práticas para maior inclusão e diminuição das violências.”(Caldas, 2022, p.5), demonstrando que o coletivo não é só um elemento de luta e enfrentamento, mas também de denúncias.

Esta abordagem é feita a partir da teoria dos movimentos sociais e também utiliza Silva e Clapp Salvador (2019) como referência. A autora perpassa pelos conceitos de sororidade e territorialidade como vemos a seguir:

Ainda esse manuscrito versa sobre sororidade e enfrentamento coletivo de mulheres a violência de gênero na universidade, perpassando também pelo conceito de territorialidade. Entre as mulheres que resolveram se engajar no enfrentamento coletivo, além da busca por ajuda mútua e compartilhamento, a sororidade; há um sentimento comum de vivência similar, física e/ou simbólica, em um ambiente universitário dominado pelo masculino, o território. (Caldas, 2022, p.20)

Em seguida dedica-se a resgatar relatos de ativistas dos coletivos de mães universitárias da UnB e suas percepções acerca do apoio institucional para as demandas das mães desta universidade, que também possui seu papel na promoção da permanência destas mulheres. A autora enfatiza o enfrentamento coletivo, o apoio mútuo entre os pares e o apoio institucional para as mães universitárias, como o tripé que possibilita a permanência das mães nesta universidade (Caldas, 2022).

A produção sobre os coletivos se expande com a publicação de mais uma monografia, desta vez focada em um tradicional coletivo de mães do sul do país, “Coletivo MãEstudantes/UFSC: articulações, política de permanência materna e institucionalização de demandas.” (V. Silva, 2023). A pesquisa refere-se ao trabalho de conclusão de curso da graduação em antropologia da ativista Vanessa Suany da Silva que define como metodologia a “observação (mais que) participante” (V. Silva, 2023, p.13) e tem como base epistemológica os trabalhos que tratam da experiência da maternidade na universidade e trabalhos sobre as relações sociais de gênero.

As redes sociais aparecem aqui novamente como campo de pesquisa com o resgate de postagens de uma campanha promovida pelo coletivo MãEstudante que convidava as estudantes a fazer relatos de suas experiências associadas ao uso da *hashtag* #SerMãeNoCampusÉ. A autora dispõe-se a analisar tais relatos a partir das referências utilizadas e os associa a outros relatos colhidos no livro “Mulheres Cientistas e os Desafios Pandêmicos da Maternidade (2020)” e a sua própria experiência no campus.

Um elemento primorosamente explorado pela autora é a questão da presença de crianças no restaurante universitário, já referido em trabalhos aqui mencionados. Diferente das outras universidades citadas até aqui, a UFSC é apresentada pela autora como uma universidade que permite a presença de crianças no restaurante dos estudantes, assim verifica que há no espaço mães com suas crianças, além de crianças e adolescentes do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e no Colégio de Aplicação da UFSC (CA/UFSC) e analisa as dinâmicas e interações realizadas neste ambiente.

O coletivo MãEstudante volta a ser abordado em outro trabalho publicado no mesmo ano, o ensaio “Coletivo de mães universitárias brasileiras: unidas pelo direito de cuidar dos filhos e estudar” (Bittencourt, 2023). A autora, que foi

mestranda e doutoranda da referida universidade, também se refere ao mapeamento de Silva e Clapp Salvador (2021), escolhendo o MãEstudante justificando-se no trecho:

Destes coletivos, escolheremos o MãEstudante/UFSC, tratar de um coletivo que se nomeia como ‘anticapitalista, independente e pioneiro na construção da política de permanência das mães na universidade’, criado em 2017 através de cinco estudantes mães que não se sentiam incluídas no movimento estudantil da universidade, tendo como objetivo reivindicar políticas de permanência para estudantes mães. (Bittencourt, 2023, p.42)

Bittencourt (2023) dedica-se então a analisar como se dá a presença das mães e das crianças no ambiente universitário, tendo em vista que os filhos e filhas das mães universitárias passam a fazer parte deste ambiente ao acompanharem suas mães. A autora direciona-se então a enfatizar a atuação deste coletivo nas redes sociais e joga luz sobre as demandas e reivindicações deste coletivo que tem transformado a UFSC internamente.

Outro trabalho a ser enfatizado, este a nível de mestrado, é a pesquisa em desenvolvimento “Coletivo De Mães Estudantes Como Possibilidade De (R)Ex(S)istir Na Educação Superior: Um Estudo Investigativo E Propositivo Na Universidade Federal Da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim” (Zago, 2024?, no prelo). A autora publica em 2023 dois Resumos Expandidos em coautoria, intitulados “Coletivo de mães estudantes universitárias como forma de mobilização política universitária em favor do ser mãe na universidade” (Zago; Gritti, 2023) e “Coletivo de mães estudantes universitárias: Um olhar para o ativismo materno nas redes sociais” (Zago; Bittencourt, 2023), ambos apresentados na II Mostra de Produção Acadêmica da UFFS, como fruto da sua pesquisa de mestrado.

O primeiro resumo (Zago; Gritti, 2023) é fruto de uma pesquisabibliográfica que enfatiza a cultura e o ambiente universitário atual como excludente das mães estudantes e abordando a atuação dos coletivos afirmando que “. Estes Coletivos nas Universidades, se firmam e se organizam em busca de soluções para as mais diversas situações, além de buscar formas e apoios Institucionais para tais demandas, e estas por sua vez podem variar de acordo com cada Coletivo.” (Zago; Gritti, 2023, p.1).

O trabalho também destaca três elementos importantes sobre as mães na

universidade: a promoção de um novo agir e pensar em relação ao compartilhamento do cuidado da criança; a denúncia dos desafios vivenciados pelas mães ao tentar conciliar maternidade e universidade; e a potencialidade dos coletivos em promover as mudanças necessárias nas instituições de ensino para a permanência das mães estudantes.

Por outro lado, o segundo resumo expandido (Zago; Bittencourt, 2023) utiliza a pesquisa nas redes sociais *Facebook e Instagram*. Utiliza como referência artigo de Silva e Clapp Salvador (2021), anteriormente mencionado, enfatizando o uso do mapeamento de coletivos realizado pelas autoras e pesquisando as redes de 20 dos 25 coletivos identificados por elas. Como resultados Zago e Bittencourt (2023) apresentam que:

Diante das buscas realizadas, foi possível identificar a incidência de postagens relacionadas a convites à comunidade, seja ela interna ou externa, a eventos, seminários, Workshops, Colóquio, Curso de Extensão, Publicação de Ebook, PodCast, lançamento de livro, roda de conversa, lives e Simpósios relacionados às temáticas Maternidade e Educação Superior; o compartilhamento de documentos informativos, tais como o Regime de Exercícios Domiciliares e ainda publicações sobre a constituição e as próprias conquistas alcançadas pelos Coletivos, quer seja sala de apoio, brinquedoteca, fraldários, etc. (Zago; Bittencourt, 2023, p.2)

A partir desta análise as autoras conseguem identificar uma diversidade de pautas que se altera de um coletivo de mães universitárias para outro, assim como as estratégias e abordagens realizadas por cada um destes.

A preocupação com transformar a produção científica acerca da maternidade a partir da produção acadêmica e a promoção dos eventos científicos é o que alicerça a criação do Núcleo de Estudos Sobre Maternidade (NIEM) e o Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade (Núcleo Materna), dois núcleos de estudos sobre maternidade criados respectivamente na UFF e na UFRJ pelos seus coletivos. Os núcleos utilizam como estratégias a promoção de cursos, eventos, colóquios, simpósios, colunas jornalísticas e produção de artigos que abordam a experiência das mães universitárias e atacam as bases patriarcais do discurso que justifica a redução das mulheres às funções de esposas, mães e domésticas.

Dentre os eventos em que os coletivos tradicionalmente se fazem presentes destaca-se o Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, que já realizou três edições. O referido simpósio é organizado pelo Movimento *Parent in Science*, que

em 2022 reservou um espaço de roda de conversa para os coletivos de mães universitárias trazerem suas demandas e suas conquistas.

Outros dois eventos são destaque na participação de coletivos de mães universitárias, tendo em vista que o evento é organizado por um deles, são eles o Colóquio sobre Maternidade e o Seminário sobre Maternidade, ambos organizados pelo Coletivo de mães da UFF em parceria com o NIEM.

Embora nesses eventos os núcleos e coletivos de mães universitárias utilizem abundantemente escritoras feministas, é fundamental destacar que a identificação com as teorias feministas não é uma regra dentre eles, pois é possível que haja uma rejeição a categoria “feminista” em alguns desses coletivos. Essa rejeição se tornou comum entre movimentos de mulheres após os anos de 2010, por razões já citadas nesta tese.

Há também algum desconforto com o feminismo dentro dos movimentos de mães universitárias brasileiros, pois continuamente manifestam uma insatisfação com o que chamam de “feminismo hegemônico”, pois o discurso predominante é proferido principalmente por mulheres sem filhos que manifestam rejeição à maternidade e parece considerar que as pautas maternas são questão já resolvida pelas feministas da segunda onda, considerando desnecessário continuar dando ênfase a essa categoria.

4.4

Onde estão os coletivos de mães universitárias do Brasil?

Para analisar a presença dos coletivos de mães universitárias no Brasil é necessário compreender quantos coletivos existem e onde eles se localizam. Desta forma, considerando a pandemia de Covid-19 que se instalou durante a pesquisa que fundamenta esta tese e nos impossibilitou de estar presencialmente nos espaços, escolheu-se adotar métodos de pesquisa virtuais, em que o “campo” de pesquisa deixa de ser um espaço físico e geograficamente localizado, para o ambiente virtual. A escolha de trabalhar com o campo virtual justifica-se também a partir da análise das características dos coletivos, que apresentam em Gohn (2022) e Perez (2018) sua intensa presença nas redes sociais e no ambiente virtual, podendo assim identificar tais coletivos a partir das redes sociais.

Utilizamos aqui da busca com os descritores “mães universitárias”, “mães na universidade”, “coletivo de mães universitárias” e “coletivo mães” na rede social *Facebook* e na rede *Instagram*, as principais utilizadas por grupos, empresas e movimentos atualmente, onde foram identificados inicialmente 35 coletivos. A ampliação deste número se deu então a partir da observação participante realizada nos grupos “Coletivo Nacional de Mães na Universidade” do aplicativo de mensagens WhatsApp, com 196 membros e do grupo com o mesmo nome na rede social Facebook que conta com 394 membros atingindo o número de 40 coletivos. Sendo assim os coletivos foram organizados na tabela 1, apresentada abaixo:

COLETIVO	LOCAL DE ATUAÇÃO	INÍCIO DA ATUAÇÃO
Coletivo de Mães da UFMA	Universidade Federal do Maranhão	2018
Coletivo mães Estudantes da UFPB	Universidade Federal da Paraíba	2019
Coletivo de Maternâncias Plurais da UFBA	Universidade Federal da Bahia	2020
Mães Universitárias Caxias - Uema Campus Caxias	Universidade Federal da Paraíba - Campus Caxias	2021
Coletivo de Mulheres Mães Universitárias na Unilab/CE	A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Campus Redenção/CE	2023
Coletivo de Mães UECE	Universidade Estadual do Ceará	2023
Coletivo de Mães da UnB	Universidade De Brasília (UnB)	2016
Coletivo de Mães da UFG	Universidade Federal De Goiás	2018
Coletivo de Mães e Pais da UFR	Universidade Federal de Rondonópolis	2020
Mães Universitárias - PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	2021
Coletivo mães na universidade Co.maeU	Universidade Federal da Grande Dourados e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	2023
Coletivo de Mães e Pais da UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	2015
Coletivo MãEstudante	Universidade Federal De Santa Catarina	2017
Coletivo de Mães UFPR	Universidade Federal do Paraná	2020
Coletivo Mães da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2020
Grupo de Mães e Pais Universitários/UFSCar - GPMU	Universidade Federal de São Carlos	2010
Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ - COPAMA	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2014
Coletivo de Mães da UFF - CMUFF	Universidade Federal Fluminense	2016
Coletivo de Mães e Pais da UFABC	Universidade Federal do ABC Paulista	2017
Coletivo de Pais e Mães - COPAMA	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2017

UFRRJ-IM	Janeiro - Instituto Multidisciplinar	
As PUC que pariu	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Campus Monte Alegre	2018
Mães da UFRJ	Universidade Federal Do Rio De Janeiro	2019
Mães Universitárias – Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros	2019
Maternativa	Universidade Federal de Minas Gerais	2019
Coletivo de Pais e Mães COPAMA UFRRJ ITR	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto Três Rios	2019
Maternativa	Universidade Federal de Minas Gerais	2019
Núcleo de Mães e Pais da Unifesp - NMPU	Universidade Federal de São Paulo	2019
Mães do CRUSP (Conjunto Residencial da USP)	Universidade De São Paulo	2020
Coletivo Dandara de Mães e Gestantes da Unirio - Colodanda	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2020
Núcleo Interseccional de Pesquisa em Educação em Saúde e Direitos da Criança - NUPES-CRIa.	Universidade de São Paulo	2020
Coletivo Mães da USP	Universidade de São Paulo	2020
MaternaCiência	Universidade Federal de São Paulo	2020
Coletivo de Mães da UFLA	Universidade Federal de Lavras	2020
Mães, criaturas invisíveis	Instituto Federal do Rio de Janeiro	2021
Coletivo de Mães Educação Física - UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros	2021
Coletivo de Mães e Pais da UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2023
Coletivo mães3pefice-UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2019
Coletiva de Mães+ da UFU	Universidade Federal de Uberlândia	2023
Coletivo Mães Universitárias pela Permanência	Universidade Federal do Pará	2022
Coletivo Nacional de Mães Universitárias	Nacional	2018

Tabela 1 - Coletivos de mães universitárias no Brasil¹⁷

Na referida tabela os coletivos de mães universitárias foram categorizados por cores, os coletivos do nordeste são apresentados com o fundo lilás, enquanto os coletivos da região centro-oeste apresentam cor laranja, os coletivos do Sul em verde, sudeste em azul, norte em amarelo e o coletivo nacional em cinza.

A análise desta tabela nos apresenta de maneira notável que estes coletivos estão esmagadoramente concentrados nas instituições públicas de ensino superior, onde tradicionalmente encontramos maior concentração das organizações diversas dos estudantes e professores.

¹⁷ No processo de pesquisa foram identificados que alguns grupos não apresentam inicialmente a palavra “coletivo” em seu título, denominando-se inicialmente como grupo ou núcleo, por isso foram realizadas análises das descrições das páginas e das postagens apresentadas para melhor compreensão de como estes estariam se apresentando atualmente.

A região nordeste apresenta 6 CMUs, tendo a região centro-oeste constado de 5 CMUs. Enquanto isso, a região Sul conta com quatro coletivos e a região norte apenas com um. No cenário atual há também apenas um coletivo nacional, o Coletivo Nacional de Mães Universitárias. Por outro lado, a região sudeste apresenta um número expressivo com 23 coletivos de mães universitárias. Esta distribuição regional pode ser observada no gráfico a seguir.

A existência e o formato em que opera o Coletivo Nacional de Mães Universitárias remete aos achados de Guimarães, Rios e Sotero (2020) ao pesquisar os coletivos negros, pois localizaram articulações a nível nacional que reuniam em si os grupos que atuavam de maneira independente nos seus contextos locais e regionais.

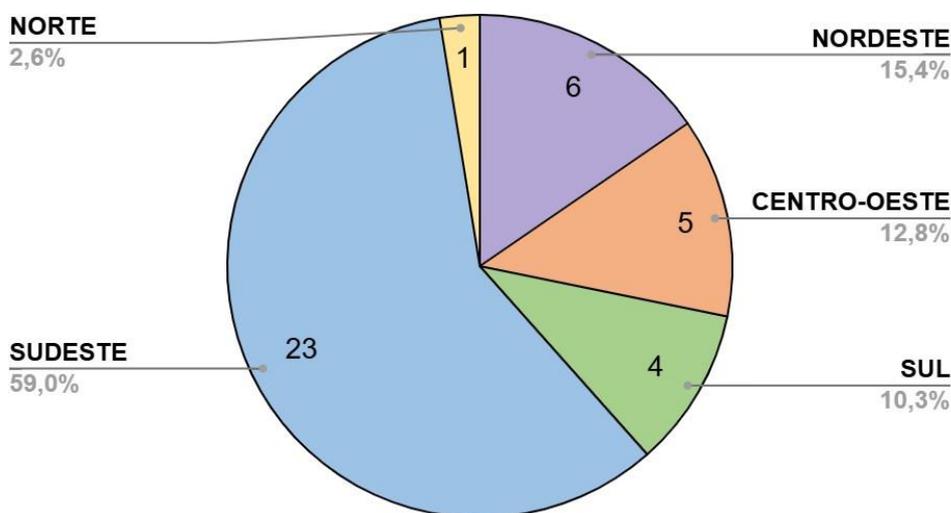


Gráfico 1 - Distribuição regional dos coletivos de mães universitárias.

Nota-se que a região sudeste apresenta mais da metade dos coletivos de mães universitárias do país, com 59% destes coletivos, concentrados especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Este fator pode estar associado a tradição de organização em movimentos sociais que abundam na região, tendo em vista que a história dos movimentos sociais remete continuamente aos dois estados. Ademais, nesta região também se encontra o primeiro coletivo de mães universitárias do país, o Grupo de Mães e Pais Universitários/UFSCar - GPMU, fundado em 2010. Posteriormente a sua fundação este grupo veio a se identificar em suas redes como um coletivo, o que pode ter ocorrido devido ao fato de que a nomenclatura

“coletivo”, bem como o seu formato, ganhou força após 2013, como indica Gohn (2022), Thibes e colaboradores (2020) e Perez (2018).

A análise dos anos de criação dos coletivos demonstra que apenas um coletivo foi criado antes do período das Jornadas de junho de 2013, fato que pode ser considerado uma evidência de que é apenas no pós-2013 que o referido modelo de organização ganha notoriedade e passa a se tornar uma prática política entre os jovens como indicado por Gohn (2022) e Thibes *et al.* (2020). Nota-se que o ano de 2020 foi o ano mais expressivo na fundação dos coletivos, tendo em vista a criação de 10 coletivos apenas naquele ano. Esta intensa organização dos coletivos pode estar associada à pandemia de Covid-19, que asseverou entre as mães a necessidade da organização de redes de apoio, em especial das mães estudantes que se viram impactadas pelo novo regime de atividades remotas, como discutido por Silva *et al.* (2021).

Nota-se que poucos destes coletivos integram também os pais universitários, um público que tem suas experiências pouco exploradas pelas pesquisas acadêmicas. Essa baixa ênfase na paternidade pode se dar devido a identificação de que a presença de uma criança pouco altera as vidas e as carreiras dos homens, tendo em vista que a centralização do cuidado é historicamente sobre as mulheres (Silva, 2020).

Para facilitar o acesso às informações sobre os coletivos, a listagem dos coletivos acima foi apresentada em mapa interativo produzido a partir da plataforma *My Maps* do Google.



Figura 6 - Foto de tela do Mapa interativo dos Coletivos de Mães Universitárias no Brasil no dia 26 de maio de 2024¹⁸

O mapa interativo apresenta a distribuição geoespacial dos coletivos de mães universitárias no país, contendo não só as informações de localização dos coletivos, mas também seus emblemas, descrições, universidade a qual vincula-se e o link de acesso das redes sociais de cada um.

Assim, analisamos a distribuição espacial dos coletivos de mães universitárias no Brasil e pudemos observar os seus quantitativos. Como uma ferramenta online e acessível a partir de plataformas diversas como computadores, celulares e tablets o mapa mantém um diálogo com essa nova dinâmica das relações sociais que tem se dado ativamente a partir das redes. Pela sua facilidade de acesso e manuseio, o mapa interativo pode servir como uma forma de divulgação das informações sobre estes coletivos, possibilitando o contato entre estudantes interessados em ingressar em algum coletivo ou até mesmo como repositório de referenciais para ativistas de outras IES que estejam em busca de formar seu próprio coletivo.

¹⁸ O referido mapa está disponível no link <https://goo.gl/maps/t4b9dqWsczXLDkPr8>

5

Coletivos De Mães Universitárias Do Rio De Janeiro

Cientes da localização e do número de coletivos que existem atualmente no Brasil, coube compreender de maneira qualitativa e aprofundada sobre este fenômeno.

A escolha em trabalhar com o estado do Rio de Janeiro, deu-se após a pesquisa exploratória de mapeamento nacional dos coletivos de mães universitárias, apresentado no capítulo anterior, que apresentou grande concentração destes grupos dentro do Estado do Rio de Janeiro, tendo o segundo maior número de coletivos por estado no Brasil. Além disso, os coletivos do Rio de Janeiro possuem a peculiaridade de terem formado dois núcleos de estudos sobre maternidade do país, o NIEM e o Núcleo Materna.

Sendo assim pesquisou-se o Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ - COPAMA; Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ - COPAMA IM; Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ - COPAMA ITR; Mães da UFRJ; Coletivo Dandara de Mães e Gestantes da UniRio – Colodanda; Coletivo Mães, criaturas invisíveis – IFRJ; Coletivo de Mães da UFF – CMUFF.

Para atingir os objetivos delimitados e responder à questão central da tese adotou-se como metodologia o uso de entrevistas semiestruturadas com as ativistas que protagonizaram o processo de fundação dos coletivos de mães do Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente delimitamos entrevistar as fundadoras que estavam nos dois primeiros anos de cada coletivo, mas o processo de busca nos levou àquelas que estavam nos primeiros meses, o que nos fez conhecer o processo mais inicial, de onde partiu a ideia de formar o coletivo.

A busca por essas fundadoras se deu a partir do grupo de *WhatsApp* “Coletivo Nacional de Mães na Universidade” onde diversas ativistas se organizam e se articulam. A partir daí identifiquei quem são as atuais protagonistas dos coletivos selecionados, e realizei contato pelo mesmo aplicativo de conversas guiando o diálogo a partir da seguinte pergunta: “Para você quais

foram as pessoas que criaram ou protagonizaram o processo de formação do seu coletivo de mães da ?”.

A partir desta indicação manteve contato com as fundadoras indicadas, a fim de agendar encontro em ambiente e horário mais adequado para a entrevistada, e assim realizar a entrevista semiestruturada guiada pelo roteiro (Apêndice A) e com gravação de áudio autorizada por Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Contudo, algumas das fundadoras se encontravam fora do estado do Rio De Janeiro ou até mesmo do país, por isso integrou-se à metodologia o uso de tecnologia de comunicação virtual, o aplicativo *google Meet*, onde as entrevistas seguiram o mesmo roteiro estabelecido e o TCLE, foi assinado de maneira virtual.

Assim foram identificadas 13 ativistas fundadoras de coletivos de mães universitárias do estado do Rio de Janeiro, contudo duas não responderam às seguidas tentativas de contato, sendo uma delas a única fundadora de um coletivo, o que nos levou a não alcançar todos os coletivos do estado. Além disso, uma das possíveis entrevistadas veio a ser vítima de feminicídio no ano de 2021, mesmo assim teve sua atuação destacada pelas companheiras de fundação de seu coletivo de mães universitárias ao longo dos excertos apresentados neste capítulo. Como fruto deste trajeto metodológico percorrido, foram entrevistadas 10 fundadoras de seis coletivos de mães universitárias.

Os seis coletivos aqui representados possuem características próprias e peculiares, contudo sua apresentação nominal poderia expor a identidade das entrevistadas. Desta forma, escolheu-se por apresentar os coletivos sob nomes codificados em flores seguidos de suas informações que merecem destaque, possibilitando também a identificação das fundadoras que atuaram conjuntamente na fundação de seus CMUs.

COLETIVO	DESCRIÇÃO
Gardênia	É um coletivo de uma universidade que possui vários campi fora da capital fluminense, mas concentra suas atividades no campus mais próximo da capital. Foi fundado antes da pandemia de Covid19 e ainda se encontra em atividade em 2024.
Girassóis	Coletivo de mães fundado durante a pandemia de Covid19, composto pelo corpo discente do campus universitário da capital, embora a universidade possua outros campi no interior. Sofreu intensamente com a perda de uma de suas fundadoras em 2022 e em 2024 já se apresentava cada vez menos ativo.

Lírios	É um dos coletivos mais antigos do país, e está localizado na região rural do estado. Concentra em seu corpo estudantes com filhos e sem filhos, além da participação de homens. Foi base para a criação de outros coletivos no estado e ainda se encontra em atividade e em expansão.
Margaridas	O coletivo Margaridas concentra docentes, discentes de ensino superior, de ensino médio e demais servidoras, sendo um dos poucos no país que contempla estes dois últimos grupos. Sua instituição possui campi em todas as regiões do estado, incluindo a capital, mas as atividades do coletivo concentram-se em alguns municípios do interior e na região metropolitana. Ainda se encontra em atividade.
Orquídeas	Foi criado poucos anos antes do início da pandemia, tendo realizado eventos acadêmicos sobre maternidade e criado um núcleo de pesquisa sobre o tema. Atua ativamente na extensão universitária, pois conta com membros docentes e discentes. Situa-se no campus da capital, e vem tentando dar suporte à criação de outros coletivos nos outros campi de sua universidade. Em 2024 ainda se encontra em atividade.
Rosas	O coletivo se concentra no campus da baixada da mesma universidade do coletivo Lírios, que foi suporte para a sua criação. Conta com a presença de mães e pais discentes. Foi criado antes da pandemia e ainda se encontra em atividade.

Tabela 2 - Coletivos de Mães Universitárias do Estado do Rio de Janeiro

Para apresentação e caracterização breve das fundadoras dos coletivos de mães universitárias do estado do Rio de Janeiro, optou-se pela apresentação em formato de tabela constando o nome codificado de seu coletivo, sua idade, número de filhos e autodeclaração quanto a cor/raça. Ademais, para a preservação do sigilo da identidade pactuado com as entrevistadas no TCLE, realizei a codificação dos nomes das ativistas, optando por representá-las a partir de nomes de personagens femininas de destaque na história do Brasil, algumas delas citadas aqui nesta tese.

ENTREVISTADA	DESCRIÇÃO
Anita Garibaldi	Fundadora do coletivo Gardênia, tem 36 anos, é branca, mãe de 1 menino e doutoranda em antropologia social.
Bertha Lutz	Fundadora do coletivo Girassóis, 31 anos, é preta e declara ser “mãe de uma menina preta de dez anos”. Atualmente faz mestrado de Biologia experimental.
Catarina Paraguaçu	Fundadora do coletivo Girassóis, tem 27 anos e é preta. É mãe de uma menina de 8 anos e está gestante. Faz doutorado em educação pesquisando maternidade.
Carolina Maria de Jesus	Fundadora do coletivo Lírios, tem 32 anos, declara-se branca e tem um filho de 9 anos. Cursa o doutorado em ciências sociais.
Enedina Alves	Fundadora do coletivo Lírios, tem 34 anos, é parda e não tem filhos. É doutoranda em educação
Chiquinha Gonzaga	Fundadora do coletivo Margaridas, tem 43 anos, declarou-se branca e é

	mãe de um filho de 11 anos e uma menina de 3 anos. É estudante de mestrado em Letras e docente de língua portuguesa e espanhola na instituição do coletivo que atua.
Maria Quitéria	Fundadora do coletivo Gardêneas, tem 33 anos, é branca, tem um filho de 12 anos e atualmente é doutoranda em direitos humanos em uma universidade europeia.
Lélia Gonzalez	Fundadora do coletivo Lírios, tem 37 anos, parda. É mãe de dois meninos de 9 anos e 12 anos. É geóloga e atualmente está morando fora do país.
Ivone Lara	Fundadora do coletivo Orquídeas, 32 anos, branca, mãe de três filhas, gêmeas de 13 anos e uma menina de 11. É graduada em geografia, e está participando de seleções de mestrado.
Nísia Floresta	Fundadora do coletivo Rosas, 29 anos, parda, mãe de uma menina de 12 anos e dois meninos, de oito e quatro anos. É graduada em pedagogia e está considerando fazer seleções de mestrado.

Tabela 3 - Fundadoras dos Coletivos de Mães Universitárias do Estado do Rio de Janeiro entrevistadas

Os coletivos aqui pesquisados preocupam-se em imprimir uma identidade visual, que aparece principalmente nas redes sociais, a partir de logotipos com elementos que remetem tanto à maternidade quanto à universidade. Estes logotipos são apresentados abaixo.



Figura 7 - Logotipo COPAMA compartilhada pelos 3 coletivos



MÃES DA UFRJ

Figura 8 - Logotipo do coletivo de mães da UFRJ



Figura 9 - Logotipo do coletivo de mães da Unirio - Colodanda



Figura 10 - Logotipo do coletivo de mães do IFRJ



Figura 11 - Logotipo do coletivo de mães da UFF

5.1

Afinal, o que é um coletivo? Definições das ativistas

Com a escassa investigação acerca dos coletivos, ainda há dificuldades em estabelecer uma definição conceitual sobre este movimento. Assim, alguns autores de dentro e fora do Brasil, que vem enfrentando essa dificuldade, têm optado por escutar os ativistas dos coletivos e deixar que estes se autodenominem para que a partir daí solidifiquem um conceito mais formatado. Desta forma, no início das entrevistas estimulou-se que a definição fosse dada pelas próprias entrevistadas guiadas pela pergunta “Para você o que é um coletivo de mães universitárias?”.

Bertha e Catarina definem os coletivos como espaço de acolhimento e de luta como observamos a seguir:

É um lugar de acolhimento e ao mesmo tempo de luta, porque a gente sabe que tem que lutar pela nossa existência. (Bertha)

É uma rede de apoio e ao mesmo tempo um modo de operar a luta materna dentro da universidade, e eu digo isso por duas coisas, porque ao mesmo tempo que as mães estão dentro de um coletivo para poder sobreviver a luta diária, de ter mais permanência, ter todos os aparatos que a universidade pode dar, ele também é um espaço de acolhimento, um espaço pra você perceber que você não tá sozinho nessa luta. (Catarina)

Notamos aqui que o coletivo pode possuir um caráter multidimensional de afeto e de luta que à primeira vista parecem opostos, mas que se completam dentro do sentido atribuído ao coletivo, sendo este um espaço de encontro com seus pares onde suas dores são compartilhadas. Ademais, as ativistas corroboram as afirmações de Gohn (2022) Perez e Silva Filho (2017) que indicam que os

coletivos pautam especialmente pautas identitárias, estando os coletivos aqui discutidos pautados na identidade de “mãe”. Ademais, quando as entrevistadas apresentam que, além de um espaço de acolhimento o coletivo é um instrumento ou modo de operar a luta materna dentro das instituições de ensino notamos que o discurso se aproxima das características dos novos movimentos sociais apresentadas por Perez e Souza Filho (2017), que consideram que os movimento sociais não são meros agregadores de preferências, mas são espaços de formação de laços de solidariedade.

Assim como vimos na fala de Catarina, a expressão “rede de apoio” surge também nas falas de Nísia, Maria, Ivone e Chiquinha que compreendem que este espaço oferece o apoio para que atinjam seus objetivos mesmo quando estes são minimamente estar presente em uma aula, substituindo de maneira improvisada alguns elementos necessários, como a creche ou um segundo cuidador.

[...] coletivo de mães é um espaço de ter uma rede materna, de ter apoio, de ter outras pessoas na mesma situação que você, com quem você pode desabafar, pode compartilhar. A dificuldade também, as alegrias... assim, uma de apoiar as outras. Mas no início era muito essa coisa de ter uma rede. [...] O coletivo foi nesse primeiro momento, um espaço disso, de ter uma rede de apoio, mas também um espaço para lutar pelas pautas para permanência na universidade das mães.(Maria)

[...]é mais uma rede de apoio mesmo, a questão de todo mundo se apoiar, saber que ali tinham mães presentes, ocupar espaço, estarmos unidas, às vezes de precisar assistir uma aula e ter com quem deixar, as vezes nem eram mães, mas na amizade... a pedagogia pra mim era uma família... então pra mim a princípio o coletivo era uma rede de apoio mesmo. (Nísia)

Acredito que é uma rede de apoio. [...] Você vê que você não está sozinha, né? E aí você encontra apoio em outras pessoas que passam pela mesma situação que você. Acho que é basicamente isso assim, de uma forma mais subjetiva. (Ivone)

É uma rede de apoio é uma rede de militância onde a gente conseguisse minimamente dizer que a gente existe e que a gente é uma realidade. (Chiquinha)

A rede de apoio é um elemento já recorrente nas produções e investigações acadêmicas como Silva (2017; 2018) Anjos (2021) e Zago (2021) que indicam que poder contar com uma rede de apoio é uma demanda determinante para a permanência das mães universitárias. Por outro lado, o coletivo aparece aqui pela como um elemento integrante desta rede de apoio que geralmente é composto por familiares, amigos, vizinhos, programas de assistência estudantil, creche e escola.

Podemos afirmar que existem dois tipos de redes de apoio que se subdividem em redes de apoio internas - relacionadas à dimensão íntima e privada da vida, compostas por familiares, amigos, vizinhos, etc. - e as redes de apoio externas - onde encontramos os programas de assistência estudantil, creches, escolas e os coletivos.

Tal observação já havia sido feita em Oliveira (2019) que definiu o coletivo de mães universitárias, a partir da experiência da UFF, pela sua característica enquanto uma rede de apoio mútuo entre as integrantes.

Nota-se também nos trechos “*ter outras pessoas na mesma situação que você*” (Maria); “*um espaço pra você perceber que você não tá sozinho nessa luta*” (Catarina); “*Você vê que você não está sozinha*” (Ivone); e “*estarmos unidas*” (Maria), que há um elemento significativo da definição ou o conceito de coletivo no imaginário destas mães que é deixar de estar só. Essa solidão pode estar motivada pela invisibilização da complexidade da maternidade na vida das estudantes ao mesmo tempo que reforça a ideia da inadequação das mães no ambiente universitário por se tratarem de um exemplo de Estudantes não-tradicionais no Ensino Superior, como os abordados por Cardoso e Valadas (2018). Assim as mães estudantes figuram como excluídas do interior, que embora estejam no ambiente universitário e na mesma condição estudantil que os demais, ainda são vistas como *outsiders* ou estrangeiras neste ambiente e sofrem formas diversas de exclusão que impactam sua permanência simbólica.

O coletivo aparece na fala de suas fundadoras como um remédio para esta solidão gerada pelas brandas (ou não tão brandas) formas de exclusão no interior da universidade, pois é no coletivo que encontram a oportunidade de construir a empatia gerada a partir da experiência compartilhada entre as mães estudantes. Esta experiência assemelha-se aos resultados encontrados por Rizzo e Fonseca (2022) ao abordar os coletivos negros em que os ativistas apontavam que inicialmente sentiam-se à deriva e passaram ao aquilombamento, ou seja, abandonaram a solidão a partir do encontro com seus pares, reconhecendo-se na experiência do outro.

Ademais, não devemos perder de vista que o encontro entre os pares pode suprimir a solidão nas estudantes, mas não resulta diretamente numa mudança do padrão hegemônico do estudante tradicional e não retira o véu da invisibilização das mães no ambiente universitário.

Divergindo do encontrado nas respostas anteriormente mencionadas aqui, Anita nos traz duas questões significativas acerca dos coletivos.

Eu acho que depende do contexto da região. Depende das demandas que são solicitadas ali, né? Vai depender também acho que da classe social, das envolvidas, muitas vezes depende de questões étnicas, raciais também. [...] Então eu acho que depende muito dos ajustes que o coletivo vai fazer ou pretende fazer com a universidade, com aquele meio social ali de convivência. (Anita)

A primeira questão primorosamente demonstrada pela ativista é que os coletivos são multiformes e são moldados de acordo com vários elementos, expressando na fala de Anita a dificuldade que existe em apresentar uma conceituação simples sobre os coletivos. Ademais o segundo ponto importante é a preocupação da ativista com questões que extrapolam a “maternidade”, pois ao citar raça e classe, a Anita ratifica Perez e Souza (2020) e Gohn (2022) que apontam que o olhar para a realidade das mulheres ativistas tem sido um modelo do uso das lentes da interseccionalidade.

A análise das entrevistas poderia ratificar as análises de Perez e Souza (2020) e Gohn (2022) quando percebemos que ao definir os coletivos nenhuma ativista os estabelece enquanto um “movimento social”, contudo ressaltamos que não houve um questionamento direto para compreender melhor qual relação às fundadoras destes coletivos estabelecem entre os seus CMUs e os movimentos sociais, sendo imprudente realizar alguma inferência deste fator diante das respostas.

É sabido que os motivos que levam a organização de pessoas em movimentos sociais são diversos, sendo possível identificar no mesmo grupo motivações individuais diferentes que levam à agregação de pessoas. No caso de coletivos a literatura disponível identifica que estes “[...]são formados pela reunião de pessoas que compartilham de um propósito em comum” (COSTA, 2020, p.14), sendo então a confluência de diversas pessoas que possuem o mesmo projeto ou objetivo.

Para melhor compreender as razões que levaram estas mulheres a criarem seus coletivos, indago as entrevistadas com a pergunta “Porquê criar um Coletivo de Mães Universitárias?”. Assim foram citados diversos motivadores para a criação dos coletivos de mães universitárias, contudo alguns se destacaram por se repetirem nas falas destas mulheres.

Foi justamente por isso, porque a gente se sentia sozinha, na verdade a gente não sabia da vivência das outras mães e aí quando a gente acha que tá sozinha, não faz parte de um coletivo mesmo, a gente acha que a luta é nossa mesmo, uma luta individual, sendo que é um problema sistêmico, um problema da população, que a gente vive... do lugar que a gente vive mesmo. (Bertha)

Porque a luta materna é uma luta muito solitária, então muitas vezes parece que você tá passando pela situação sozinha, e a maioria das pessoas inviabiliza aquela luta, então além de parecer que você está sozinha, as outras pessoas não te veem dentro da universidade. Então quando você cria um coletivo você deixa registrado que você tá presente, que existem mães ali, que existem mães que estão presentes na universidade e que essa luta é contínua, que não vai parar, que não existe só uma mãe na universidade, mas, que existem muitas mães e que vai lutar pela permanência, seja a permanência financeira, mental, seja pedagógica, seja sobre o que for essa luta, mas é uma luta comum a muitas outras mulheres e não a uma. (Catarina)

No caso em tela podemos dizer que o motivo inicial da organização destas mulheres é sair da solidão e ganhar visibilidade, e que isso foi o motivo primário que as levou a se juntar para compartilhar as questões pertinentes à vida de mãe universitária. A partir destas falas podemos destacar aqui a primeira dimensão da organização dos coletivos, a dimensão afetiva. Tal dimensão, já enfatizada no capítulo 4 desta tese, demonstra a presença das afetividades políticas vivenciadas nos coletivos universitários de estudantes não-tradicionais que precisam construir o sentimento de pertencimento e se ver representados por seus semelhantes, uma dinâmica que integra a permanência simbólica.

A relação entre a organização coletiva com forma de enfrentamento às dores vivenciadas pelas ativistas entrevistadas já foi observada em outros movimentos identitários, nos permitindo afirmar que o enfrentamento dessas dores compartilhadas por determinado público podem ser um dos elementos que direcionam a organização política destes grupos. Nota-se que assim como em Castells (2013) os coletivos reúnem em si a indignação coletiva destas mulheres.

Assim como Catarina destacou a questão da invisibilização, outras mães também enfatizam este elemento como um motivador para a criação do coletivo.

Nós somos muito invisibilizados, ou melhor, invisibilizadas. E só que é uma realidade... a maternidade ela é uma realidade da mulher, né? Então como isso, pode permanecer em pleno século 21 em 2023?! A gente criou esse grupo em 2020. Como isso pode ainda perpetuar? (Chiquinha)

Porque eu acredito que a criação de um coletivo tira muitas vezes da invisibilidade, né? O tema em questão é... É muito difícil você lutar dentro de uma instituição atrás de uma causa ou por demandas quando você está sozinha, então

quando você cria um grupo, esse grupo ele te fortalece, fortalece a coletividade e auxilia na luta por políticas institucionais. (Ivone)

Entende-se que não há uma invisibilidade factual, mas sim uma invisibilidade no sentido simbólico da reprodução de práticas que reforçam o não pertencimento das mães àquele espaço e por isso ser ignorado enquanto sujeito que carece de ter atenção direcionada a suas demandas específicas de mãe estudante.

Diante disso, Chiquinha apresenta-se indignada ao questionar a perpetuação da invisibilidade da realidade materna tendo em vista que a sociedade brasileira tem apresentado alguns avanços em outras pautas de inclusão ao longo dos séculos. Neste sentido, Ivone é assertiva ao apontar que a criação do coletivo é uma ferramenta que torna notável a situação das mães. Assim, a visibilidade proporcionada pelos coletivos advém da organização destas mulheres, que por sua vez proporciona um fortalecimento emocional que oferece para estas mulheres condições de se colocar na luta pelas políticas institucionais.

Dentre as experiências de criação de coletivos, há a experiência compartilhada por Carolina, Enedina e Lélia, fundadoras do mesmo coletivo, que se destaca pela criticidade do momento da criação deste grupo. Segundo Carolina a organização do referido coletivo se deu de maneira emergencial pois:

havia rumores de que as mães seriam ser convidadas para se retirar, porque não era permitido a criança morar com as mães, alegando que o Ministério público havia acionado um documento informando que não era legal e fariam a suspensão da nossa presença alojamento. (Carolina)

Corroborando a versão de Carolina, Enedina e Lélia também afirmam que o coletivo foi criado diante desta situação emergencial quando indagadas sobre o motivador da criação do coletivo:

O coletivo foi criado frente a esse problema (da permanência das mães nos alojamentos) que a gente estava vivendo, não foi uma reunião entre pais e mães, foi pra resolver um problema que a gente estava vivendo em 2014, e a gente trabalhou no coletivo até o fim daquele ano. A gente trabalhou nas diretrizes dos alojamentos, dando prioridade pros alojamentos de mães...[...] a gente trabalhou para que as mães pudessem ficar! Para que as crianças pudessem ficar! [...] O coletivo foi criado frente a esse problema que a gente estava vivendo, não foi uma reunião entre pais e mães, foi pra resolver um problema que a gente estava vivendo. (Enedina)

É porque nós não estávamos conseguindo ter a cabeceira. Ter os quartos nos nossos nomes. Estávamos ali sem direito de estar. (Lélia)

Esta experiência reforça a afirmação de que alguns movimentos sociais surgem “de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas.” (Castells, 2013, p. 127). Desta forma a possível expulsão da moradia estudantil instala entre as mães o contexto de crise que torna emergencial o posicionamento destas mães enquanto grupo e não mais de maneira individual a fim de impedir que a expulsão ocorra, tendo em vista que a moradia estudantil é um dos elementos que propiciam a permanência daquelas mães na referida IES.

Estes elementos destacados nas narrativas das fundadoras reforçam a ideia de Costa (2020) quando o autor afirma que nos coletivos “os indivíduos que compartilham vivências decidem se unir para chamar a atenção e agir em torno de uma inquietação comum, reafirmando e construindo a solidariedade entre os sujeitos.” (p.14).

5.2

Os primeiros passos da organização dos coletivos de mães universitárias do Rio de Janeiro

Assim como os motivadores da criação de cada coletivo, seus processos de criação também podem ser diversos, afinal o cenário encontrado em cada universidade, as parcerias firmadas e a familiaridade de IES com as mobilizações em torno das questões estudantis mudam de uma instituição para a outra.

Os processos de criação dos coletivos podem ser longos, possuem várias etapas e são detalhadamente apresentados pelas fundadoras quando são convidadas para responder à pergunta “Como se iniciou a organização do seu coletivo? Quem iniciou?”. Os processos podem ser disparados por um momento de crise, pela solidão percebida ou devido ao desejo de se organizar politicamente.

Sendo assim, diante do “momento de crise” instalado pelo anúncio da possível expulsão das mães do alojamento estudantil, Carolina elucida como se deu o processo dentro da sua universidade desde a chegada da notícia até a criação deste coletivo.

As pessoas com filhos sempre existiram no alojamento estudantil, mas sempre de uma forma não legalizada. E aí, nesse momento, eu lembro que havia uma discussão... rumores... assim era tudo um rumor, de que as mães seriam

convidadas a se retirar [do alojamento], porque não era permitido as crianças morarem ali com as mães. Estavam alegando que o Ministério Público havia acionado um documento informando que não era legal e fariam a suspensão no alojamento. Então a gente começou a se organizar. Eu lembro que eu bati nas cabeceiras falando assim: “Olha, você é mãe, vamos reunir ali no espaço em que tem ali” aí, cada um faz alguma coisa. Eu botava um bilhete debaixo da porta, pra se organizar se estão discutindo isso, a gente precisa entender. E a gente levou essa demanda na época para o pró-reitor de assuntos estudantis. O pró-reitor, falou desse rumor. Não entregou o documento para a gente, mas falou que em Viçosa era assim: Quando a pessoa engravidava ela saía. E aí a gente se reuniu, a gente começou a procurar alunos de direito. Tinha um aluno, que nos representava, mas ele era um aluno, e ele estava ali atuando quase como nosso advogado. [...] A gente entendeu que era nosso espaço ali também, que a gente se sentia seguro naquele lugar. Eu me sentia segura ali, então eu não queria sair. E aí a gente começou a questionar isso, né? E a gente diz que a gente não iria aceitar, coletivamente a gente colocou isso, então a gente começou a fazer reuniões. E a gente se voltou... meio que a gente que demandou as coisas para universidade e ela nos ouviu. [...] Havia rumores de que a gente iria sair, tal como acontece em Viçosa, o pró-reitor tinha essa visão, só que a gente fez tanta reunião que em passos pequenos que no final ele ficou do nosso lado, porque ele mudou de opinião ao longo do processo. Ele deu a ferramenta para a gente [discutir com o restaurante universitário], ele não precisava fazer isso, mas ele fez. (Carolina)

O processo de criação do coletivo de Carolina se dá então diante de um cenário crítico que ameaçava a permanência de todas as mães que residiam no alojamento com seus filhos, situação que já era conhecida, mesmo que de maneira informal. A falta de reflexão das instituições de ensino sobre a presença de mães nesses espaços parte justamente do fato de que as estudantes mães e/ou gestantes não são o público esperado na universidade, ou seja, ao não considerar essas existências e, ao invés de se adequar às mães, faz-se a escolha pela expulsão delas as instituições violentam essas mulheres reafirmando que aquela instituição não é um lugar para elas.

Aqui se percebe que, devido ao fato de que as envolvidas e possivelmente prejudicadas estavam no entorno de Carolina, foi possível realizar o acionamento direto, com bilhetes embaixo da porta ou com diálogos nos corredores dos alojamentos, e com as reuniões recorrentes para discussão do problema com o envolvimento de pessoas que podiam oferecer algum conhecimento e servisse de assessores para o grupo.

O entendimento da permanência enquanto direito é a chave que justifica a mobilização desta entrevistada, que se coloca constantemente como “a gente”, sinalizando uma ação coletivamente conduzida a fim de provocar na universidade uma mudança. Lélia e Enedina, suas companheiras de coletivo, reiteram tal

experiência dando outros contornos à história e destacando a ativa participação de Carolina nesse primeiro momento do coletivo.

Olha, na verdade, já estávamos dentro do alojamento. Já tínhamos... já tinham alguns pais e algumas mães, o qual me incluo, já dentro do alojamento. Só que a gente estava tendo dificuldade em levantar a nossa situação ali dentro ter ali o alojamento[...]então nós fazíamos reunião no alojamento, na cabeceira, da Carolina e do marido dela [...] começou ali! Junto com outras alunas que não eram mães também, que abraçaram a causa porque nós não estávamos conseguindo ter a cabeceira, né? Ter os quartos nos nossos nomes. Estávamos ali sem direito de estar. Foi por isso. (Lélia)

Além de companheira de coletivo, Lélia também viveu com Carolina a incerteza de permanecer no alojamento com seu filho, e por consequência na universidade. A ativista destaca que a luta naquele momento era para permanecer no alojamento não de maneira informal, pois estavam ali sem o direito de estar, mas ficar no alojamento com seu direito de permanência reconhecido. Tal fato remete ao título da dissertação “Do favor ao direito à permanência” (Abreu,2020), que enfatiza que os coletivos de mães universitárias atuam ativamente na conversão dos favores e das informalidades que garantiam a permanência de mães universitárias em direitos reconhecidos e materializados via políticas institucionais.

Lélia destaca um elemento significativo na sua fala, a presença de alunas que não eram mães, mas que abraçaram a causa das mães deste coletivo universitário. Tal experiência é vivida e relatada em primeira pessoa na fala de Enedina.

Na época, duas mães moravam no alojamento. E aí essa diretriz da pró-reitoria foi lançada informando que as mães tinham que sair do alojamento, mas assim elas teriam que abandonar o curso... E aí a Carolina já era muito amiga das duas[...] Na época existia também uma demanda por creche da universidade que pudesse atender as crianças enquanto as mães estavam na universidade. Quando isso [a possível expulsão das mães] aconteceu eu estava no coletivo de mulheres que era mais ou menos um grupo de estudos. [...] a líder do coletivo de mulheres falou assim, “vai lá e conversa com elas, vamos tentar fazer uma ponte dos dois coletivos, e vamos tentar fazer um barulho maior dentro da universidade. A gente precisa que essas mães estejam organizadas, precisa saber quantas são, quem topa entrar no debate junto com a gente”. [...] A gente começou a fazer umas reuniões no quarto da Carolina, era ela, o companheiro dela e mais três pessoas. Então a gente começou a organizar o coletivo de mães universitárias nesse sentido, pra gente ir na pro reitoria... juntou esse grupo de mães e pais pra fazer esse diálogo. [...] Eles [os gestores da universidade] estavam com medo da universidade ser processada caso acontecesse alguma coisa nesses alojamentos, por não ser um lugar adequado para as crianças, acontecer alguma coisa com essas crianças... Aí

elas baixaram essa ordem para as crianças saírem imediatamente, e a gente começou a procurar alternativas [...] Em uma aula inaugural as mães foram com as crianças e subiram no palco, fizeram uma fala pra falar que iam resistir que elas tinham demandas, acho que foi esse movimento de ter esse problema e juntou todas as mães e procurar aliadas e aliados. [...] A gente encontrou muitas pessoas, professores, nos lugares mais suspeitos que toparam entrar com a gente. Tinha um companheiro de Direito que fez uma pesquisa pra gente saber os mecanismos legais para que as mães não fossem retiradas do alojamento [...], Mas por fim, a gente conseguiu dobrar a pró reitoria, ele [pró-reitor] estava inclusive indo em chá de bebê, ele que sempre foi nosso inimigo... (risos). (Enedina)

A formação de alianças entre o coletivo de mulheres e o coletivo de mães universitárias é significativo tendo em vista que a maternidade é uma pauta própria do universo das mulheres. A constituição destas alianças não se limita àquelas realizadas entre os estudantes, tendo Silva (2020), Abreu (2020), V. Silva (2023) e Caldas (2022) encontrado alianças das mais diversas entre os CMUs com docentes, gestores e técnicos da universidade. Considerar que estes membros são representantes das instituições, nos conduz ao proposto por Kahu (2013) ao apontar que para haver engajamento estudantil deverá existir uma coparticipação de representantes da instituição, para que possam contribuir na promoção da permanência destes estudantes. A alteração da posição de inimigo do pró-reitor citado para parceiro do coletivo de mães é exemplo da possibilidade de articulação e modificação das relações constituídas entre gestores e estudantes, podendo estes gestores contribuir para o engajamento estudantil, especialmente quando apoiam iniciativas como os coletivos formados pelos universitários vistos como estudantes não tradicionais.

A inserção dos docentes nessas alianças predominantemente é provocada pelos estudantes, contudo nos CMUs do estado do Rio de Janeiro encontramos uma iniciativa que parte das professoras, como no caso do coletivo de Chiquinha, que é mãe discente de uma universidade, mas que se propôs a criar um coletivo na instituição em que é estudante contando com a aliança de outra professora.

Eu tenho uma amiga que é professora de português, que foi quem me chamou para iniciar esse coletivo. E quando eu cheguei ao campus naquele dia. [...] Eu já vinha conversando com ela, ela sabia de todo o processo para eu tomar posse, o quanto foi doloroso, o quanto eu fui exposta, né? Eu estava ali numa situação em que eu estava sendo punida por estar de licença maternidade. [...] E aí ela me chamou para fazer esse movimento de chamar outras mulheres, né?! De dizer... de fazer uma carta aberta, falando da nossa demanda, pedir uma reunião com o reitor, de falar das crianças... Como é que a gente faz com as com as nossas alunas mães que precisam levar os filhos? Como é que elas trocam eles? Onde elas deixam eles? A escola ou a universidade, inclui ou não inclui a mãe? Qual o

papel social destes espaços? A gente percebe que é uma exclusão! E aí ela me chamou... partiu dela, né? [...] Ela falou “não tem [um grupo ou coletivo de mães], então vamos criar”. (Chiquinha)

No processo de criação deste coletivo supracitado as professoras, que vivenciaram as dificuldades de conciliação entre a maternidade e a carreira, foram as precursoras do movimento que passou a incluir as estudantes. Assim, utilizaram como ferramenta o modelo de “carta aberta” voltado para toda a comunidade universitária. Esse movimento nos revela uma característica importante sobre os coletivos universitários de mães, indicando que os coletivos podem não ser compostos unicamente de mães discentes, mas podem conter também docentes, técnicas e gestoras que também são afetadas pela maternidade em suas carreiras ou afetadas pelas suas carreiras no exercício de sua maternidade.

Entretanto, embora as parcerias sejam importantes, muitas fundadoras podem iniciar sozinhas a mobilização que leva à constituição do coletivo, contando apenas com apoios pontuais e específicos, como observamos na fala de Nísia.

A princípio foi bem complicado porque foi eu e eu. [...] E aí a princípio eu fui tentando trazer essas mães aos pouquinhos e eram bem poucas, porque a maternidade faz com que a gente acabe não tendo um tempo Por mais que quisessem estar presentes, elas não tinham tempo. Quando marcava uma reunião tinham 20 mães, mas só 3 apareciam porque tinham que deixar filho na escola... não podiam estar presentes, então o começo foi muito complicado, e aos poucos eu comecei a trazer mais [...] a gente foi conseguindo ganhar espaço também, e os professores também apoiando, a gente conseguiu ter um movimento maior. (Nísia)

A fundadora entrevistada aponta aqui suas estratégias para trazer as poucas mães que localizou na sua IES e percebe que uma das dificuldades em formatar o coletivo está atrelado ao próprio exercício solitário e sobrecarregado da maternidade, o que impedia as mães de estarem presentes nas reuniões organizadas por ela. Observa-se aqui os impedimentos para a permanência simbólica, tendo em vista que participar destas atividades da vida estudantil nestes espaços também é elemento importante para reforçar o pertencimento destas mães estudantes. Mesmo diante de tais dificuldades, o coletivo foi formado e conseguiu conquistar seu espaço, contando também com o apoio de professores.

Na atualidade a participação nesta vida estudantil também perpassa os espaços virtuais como as redes sociais, espaços estes que também podem ser acionados para a formação de um coletivo.

Quando eu entrei, comecei a procurar grupos [na universidade] e aí achei esse que era um grupo virtual no Facebook. Como eu vi que não tinha, eu pensei que entrando no grupo ia ter alguma coisa, [...], mas não tinha. Então eu fui lá e propus. Perguntei primeiro: “Vocês estão se encontrando? Vocês se conhecem? É um coletivo?” E aí algumas pessoas responderam que não, que era um grupo informativo. Nessas respostas duas mães responderam falando que também tinham interesse. E aí, a partir disso, uma das mães me mandou uma mensagem no chat falando assim: “já que não tem, vamos tentar fazer a gente”. Eu falei “vamos!”. (Anita)

O coletivo foi iniciado por mim e por outros colegas que não eram mães. Um colega que não era pai, uma colega minha que não era mãe e eu. Acho que foi o estopim para criar o coletivo, foi uma mensagem que a gente viu no spotted, que é uma página grande da universidade, de uma mãe perguntando se existe algum grupo de mães na universidade. E como eu e esses colegas já estávamos fazendo uma pesquisa, na nossa área sobre a questão das mães na cidade e na universidade. Quando a gente viu essa mensagem, a gente resolveu criar um grupono Facebook. E esse grupo se tornou o coletivo, que foi entrando mães lá nesse grupo. Elas foram se apresentando e aí essa junção de pessoas iguais formou o coletivo. Quem iniciou fui eu e mais 2 colegas que hoje em dia não estão mais [...] Nenhum deles eram pais, nem mãe, mas eles me apoiaram no início do coletivo. (Ivone)

Uma colega criou um evento. Ela fez uma chamada no grupo do Facebook lá da universidade de uma roda de conversa sobre maternidade na universidade. [...] Ainda que tivesse bastante gente no grupo do coletivo, não tinha muita gente interagindo. E eu entendo também, porque são mulheres que estudam, trabalham e enfim cuidam dos filhos, cuidam da casa, então era difícil assim, interagir e difícil conseguir reunir pessoalmente, sabe? Então, nesse primeiro momento, algumas mulheres foram. A gente sentou lá no pilotis e pensamos “a gente devia formar um coletivo” e aí foi daí mesmo. A primeira roda de conversa a gente falou “realmente tem que ter coletivo, porque a gente tem demandas em comum e juntas a gente pode lutar por elas de forma mais organizada, de forma mais sistematizada”. Então, para mim, um ato de fundação do coletivo foi a roda de conversa que a colega puxou. (Maria)

Estas falas remetem a algo já apontado em trechos de entrevistas anteriormente citados aqui, o fato de que algumas destas mulheres buscam a existência de grupos ou CMUs antes de iniciarem sua própria mobilização, isso pode se dar por já terem ouvido falar de outras iniciativas em outras instituições ou por compreenderem que este se tornou um tipo de ação coletiva comum dentro das universidades. Neste sentido levanta-se esta hipótese diante do destaque de Cavalcante (2015) que afirma que as ferramentas de comunicação existentes na internet promovem a circulação destas informações de forma que organizações e políticas locais extrapolam as barreiras físicas e distâncias, tornando-se inspiração para outros locais.

O aparecimento da busca pelas redes sociais não é estranho ao cenário desta década tendo em vista que hoje nas redes sociais se estabelece parte significativa das interações sociais entre os jovens havendo também nas redes organizações e grupos *online* que representam comunidades que existem *offline*, ou seja, fora da internet.

Aqui a rede social *Facebook* aparece de maneira recorrente, sendo utilizado não só como ferramenta de busca para localização dos coletivos que possivelmente existissem, mas também como forma de divulgação das iniciativas já instauradas pelas fundadoras dos coletivos. Este uso das redes sociais é traço característico dos coletivos tendo em vista que as interações via redes sociais e internet ocupam “lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras etc.” (Gohn, 2017, p.25)

A partir do uso desta estratégia, nota-se que o uso das redes trouxe um desafio, apresentado por Maria, que ao iniciar o debate no ambiente virtual enfrentou dificuldades para trazer as mães para uma reunião no ambiente da universidade. Contudo, uma situação peculiar é enfrentada pelas mães ativistas entre os anos de 2020 e 2022, tendo em vista que a interação pelas redes sociais não era opcional, mas a única forma de organização durante a pandemia.

Um belo dia eu cansada, com minha filha durante a pandemia, tendo que lidar com diversas questões da universidade, me questionei com minha orientadora uma coisa que eu já tinha questionado antes: Por que não tinha um coletivo dentro da universidade? Eu me questionava muito sobre maternidade porque é meu tema de pesquisa e eu questionava muito o porquê não tinha um coletivo e como essas mães deviam estar dentro da universidade... eu tinha a impressão de que eu estava sozinha ali. Então conversando com minha orientadora falei “acho que eu vou fazer uma chamada pública para uma reunião e a gente vê quem vem”. Não foi na ideia de criar um coletivo, mas muito mais de ver quem estava na mesma situação, então não teve nenhuma ligação com nenhuma parte ligada a universidade né, nenhuma parte institucional, mas ao mesmo tempo tinha um apoio muito grande dos professores, quando eu falava sobre isso eles falavam sobre a importância de ter esse seu tema da luta materna, que é uma coisa que todo mundo fala. Eu sentia que precisava de alguém fazendo políticas, não só falando “que legal isso que você tá estudando”, mas fazer algo de fato, porque ter reclamações na vida todo mundo tem, mas, o que a gente pode fazer de efetivo para que essas realidades sejam modificadas? Quando a gente estava indo para essa reunião e conversando, dali saiu um grupo no WhatsApp e uma próxima reunião. [...] Pensamos então: Vamos dividir o coletivo, ver quem são as pessoas que querem participar, ver quem pode ficar responsável por algumas coisas, vamos contar pro mundo que existimos aqui. Então rapidamente se formou uma equipe para cuidar das redes

sociais, uma equipe que foi conversar com a pró reitoria de assistência estudantil [...] E virou um coletivo que é reconhecido hoje dentro da universidade. Eu iniciei essa reunião, eu dei o pontapé inicial, mas, não foi uma luta construída sozinha. Assim que as outras mães vieram a gente conseguiu construir o coletivo. Eucostumo dizer que somos três fundadoras: Eu, Bertha e a Dandara que não está mais entre nós. (Catarina)

Iniciou na pandemia, eu entrei na faculdade na pandemia e aí quando ela veio, a gente foi abandonado pela universidade. Não vinha um email, não vinha nada pra saber o que a gente estava fazendo, o que a gente deveria fazer. E aí a Catarina, que também é fundadora, resolveu fazer uma reunião para conhecer as mães, conversar, e saber como que tava a vida mesmo. Essa foi uma das primeiras reuniões que participei dentro da universidade, e aí, eu vi que não era só eu que tava perdida, sozinha, que tinha bastante gente que nem eu, e dentro da pandemia, presa dentro de casa só com crianças, sem contato com adultos, sem ter o que conversar, só vivendo a maternidade e sem saber o que fazer em relação à universidade. Nessa primeira reunião a gente já iniciou o coletivo pra falar sobre essas questões, pra ajudar umas às outras, então, as que já estavam a mais tempo na faculdade ajudavam as novas, e isso me ajudou muito porque eu não conhecia o espaço físico da universidade, não conhecia ninguém mesmo, e foi um jeito de se conhecer e saber o que esperar da universidade. [...] Quem começou fui eu, Catarina e Dandara¹⁹. (Bertha)

Aqui revela-se que a criação de um coletivo nem sempre é intencional, como no caso de Catarina, que afirma que se sentia sozinha e abandonada pela instituição e realizou uma chamada pública apenas porque gostaria de compreender como outras mães estavam naquele momento, ou nas palavras de Bertha “*saber como que tava a vida mesmo*”. O coletivo realiza aqui uma função de conexão entre as mães e a universidade, tendo em vista que algumas delas, como Bertha, sequer conheciam a universidade pois haviam iniciado sua vida acadêmica já no período pandêmico.

O espaço promovido por Catarina é crucial no período pandêmico, tendo em vista que o isolamento imposto pela pandemia de Covid 19 reforçou a solidão já percebida pelas mães estudantes e, de acordo com Silva (2020) e Gohn (2020), a situação e o cotidiano da maioria das mulheres, especialmente daquelas que pertencem às classes populares.

É sabido que esse isolamento incidiu diretamente sobre a saúde mental das mães estudantes, categoria destacada por Silva et al. (2020) como grupo de risco

¹⁹ Dandara (nome fictício) foi uma mulher negra, estudante de pedagogia e mãe de dois filhos, de 4 e 6 anos. A estudante seria uma das entrevistadas para esta tese, pois é uma das fundadoras do coletivo Girassóis. A mesma já havia concordado em participar desta pesquisa quando foi convidada no ano de 2021, contudo foi vítima de feminicídio no ano de 2022, aos 31 anos. As notícias acerca do crime enfatizavam sua atuação no coletivo de mães de sua universidade e sua preocupação com as questões da maternidade, em especial as mães de crianças com deficiência. Em conversa anterior destacou que “o coletivo tem sido muito importante...encontrar pessoas com as quais você se reconhece.”

para saúde mental por realizar malabarismos entre as tarefas domésticas, outras atividades do cuidado e a educação em casa. Segundo Gohn (2022) a criação de espaços como este foi bastante comum na pandemia, proporcionando aprendizagens e fortalecimento de laços sociais.

As redes sociais reaparecem aqui como elemento central nesse contexto de formação do coletivo, tendo em vista que as ativistas relatam a formação de um grupo no *WhatsApp* para dar continuidade ao diálogo iniciado na roda de conversa, propulsora do coletivo, e a formação de uma equipe específica para cuidar das redes sociais. A formação desta equipe é significativa e reafirma as colocações de Gohn (2023) que enfatiza o uso destas redes enquanto características dos coletivos como espaço de organização de pautas, consensos, mobilizações e outras atividades.

Quando os coletivos se organizam, os membros partem inicialmente de algumas demandas principais que são aquelas que estão mais latentes naquele momento de criação do coletivo. Buscamos aqui compreender este cenário inicial dos CMUs do rio de janeiro com a pergunta “Quais Eram As Principais Demandas Quando Vocês Criaram O Coletivo?”.

Nas entrevistas realizadas, notamos falas das mães que a questão da permanência em sua amplitude é unânime, sendo representada por diversas pautas específicas, o que nos leva a pensar que é este o principal motivador para a constituição dos coletivos de mães na universidade. Dentro destas demandas de permanência a creche surge quase que na totalidade das falas, assim como o fraldário e o acesso das crianças ao restaurante universitário, geralmente apelidado pelos estudantes de “bandejão”.

Carolina, Enedina e Lélia, por pertencerem ao mesmo coletivo de mães universitárias que surgiu diante da possível expulsão do alojamento, foram entrevistadas enfáticas ao citarem a questão da moradia universitária enquanto elemento indispensável para sua permanência.

A principal demanda era a nossa permanência no alojamento, porque havia esse rumor de que a gente não poderia estar lá e havia quartos vagos no espaço [...] Então a principal pauta era essa, a outra foi a entrada no bandejão, espaços de brinquedoteca, espaços lúdicos e espaço da creche universitária. Uma outra coisa que a gente demandou foi auxílio creche, que até então não tinha. Estava previsto, mas não havia na prática. (Carolina)

Eram essas demandas: primeiro o alojamento, que era urgente porque as mães

estavam sendo praticamente despejadas, e a gente tinha a questão da creche [...] e acesso ao bandeirão porque teve uma tentativa de impedimento do acesso das crianças ao RU. Depois diálogo com professores pra gente pensar em regime especial de atividade domiciliar para as mães que estivessem amamentando ou perto do parto. (Enedina)

Olha, a primeira era que a gente tivesse direito de ter cabeceira ou de ter uns quartos pequenos para as mães com os filhos e os pais também pudessem ocupar, era também demanda por creche... [...] e também de ter o acesso ao bandeirão sem precisar pagar para as crianças. Eram essas 3 que eu me lembro. (Lélia)

Apesar da moradia ser a pauta principal e ter sido o estopim da mobilização que levou a criação do coletivo, surge nas falas das ativistas outras demandas que revelam que a permanência das mães já estava impactada mesmo antes do rumor de expulsão. Brinquedoteca, creche, regime especial de atividades domiciliares e o acesso ao bandeirão surgem aqui como outras pautas de interesse do coletivo e que são identificadas por essas mães como questões que impactam a qualidade da sua continuidade neste espaço.

A creche é um elemento central para a permanência das mães estudantes, especialmente para aquelas que não contam com apoio familiar ou com outro tipo de rede de apoio (Soares, 2017; 2021). Estas mulheres ficam impedidas de realizar a atividade mais elementar da formação universitária presencial, que é comparecer às aulas e às atividades realizadas em sala de aula, o que inclui as avaliações e também a participação nas outras atividades.

A dificuldade de acessar o regime de atividades domiciliares, enfatizado por Enedina, realça as barreiras de acesso aos direitos enfrentadas pelas mães estudantes. No caso deste direito a maior barreira de acesso é o acesso à informação, tendo em vista que muitos docentes, gestores e discentes desconhecem a existência da Lei nº 6.202, de 17 de Abril de 1975, que oferece um suporte diferenciado e a compensação de faltas para gestantes a partir do oitavo mês até o terceiro mês pós-parto, para que não interrompa sua formação.

Embora pertencente a um coletivo diferente, Maria também cita a questão da residência universitária pois uma das fundadoras do seu coletivo chegou a vivenciar efetivamente a expulsão do alojamento após descobrir a gravidez, demonstrando que apenas nas IES do estado do Rio de Janeiro representadas nesta pesquisa, esta prática já se apresenta em duas universidades.

Ó, nesse início a colega que me ajudou na fundação do coletivo trouxe a questão

da residência universitária por ela ter sido expulsa depois de descobrir que estava grávida. [...] Ela me falou “Eu morava na residência universitária, mas quando eu fiquei grávida, fui convidada a me retirar”, ou seja, foi expulsa porque estava grávida, sabe!? [...] A questão da creche também que a creche da universidade na época... o número de vagas era dividido por 3 e aí eram 33% para alunos, 33% para professores e 33% para servidores.[...] Além da creche, a demanda do bandejão. [...] Pautamos a questão da possibilidade de entrada das crianças no bandejão e, além da entrada de porque não é dada alimentação também das crianças no bandejão [...] Era uma coisa que realmente dificultava muito a vida de muitas pessoas assim. Então, assim, esse constrangimento de você ir, tipo assim, “eu sou estudante, matriculada como todos os outros, porque que eu não posso entrar?” Então foi uma pauta assim, muito, muito importante. (Maria)

A indagação trazida por Maria, ao refletir sobre a (não)entrada no bandejão e afirmar que é uma estudante matriculada como todos os outros, nos remete diretamente à figura do estudante não tradicional, aquele que foge aos padrões esperados e considerados pelas instituições. Por sua vez, ao observar a forma como é tratado pela sua IES, o estudante não se reconhece como pertencente a este espaço. Tomar a pauta do acesso ao “bandejão”, que na prática significa falar em acesso à alimentação, é falar das condições mais básicas e primordiais da permanência material de qualquer estudante.

Podemos deduzir que o não acesso de crianças no bandejão muda de uma IES para outra, tendo em vista que a experiência compartilhada por V. Silva (2023) ao abordar o cenário encontrado pelo Coletivo MãEstudante na UFSC apresenta um cenário totalmente oposto de um refeitório amplamente ocupado por crianças e adolescentes que se alimentam ali.

Outro elemento surge, ou ressurgiu, no processo das entrevistas com as fundadoras. As questões da solidão, visibilidade e da necessidade de uma rede de apoio foram anteriormente citadas por Catarina, Nísia, Maria, Ivone e Chiquinha, e desta vez aparece na fala de Bertha como uma demanda não individual, mas do coletivo de mães universitárias que atuou.

A demanda era não se sentir sozinha, e realmente era ter uma rede de apoio e ser vista, uma coisa que ficou muito claro é que a gente existe [...] Então era ser vista, notada, e facilitar a permanência das mães na universidade. (Bertha)

Ivone, por sua vez, além de citar as demandas de fraldário, creche e bandejão cita uma demanda que é relevante não só para os coletivos, mas também aparece como uma queixa das pesquisadoras e ativistas da permanência materna na universidade: a produção institucional dos dados acerca das mães estudantes,

suas necessidades e a demanda por programas de apoio institucional.

produção de dados sobre as mães na universidade, porque a gente não tinha e ainda não tem dados concretos sobre quantitativo de mães, e onde elas estão. Porque a UFRJ é uma universidade grande e a produção de dados também era uma das demandas. (Ivone)

Tratando-se de planejamento, entende-se que os dados são o principal subsídio utilizado para a criação e a formatação de um plano, programa ou projeto. Desta forma, a produção de dados proposta pelos coletivos é uma estratégia de trazer em formato de dados quantitativos e qualitativos a realidade vivenciada para as mães.

Diante dessas demandas os coletivos construíram suas próprias dinâmicas. Dentre os relatos colhidos, as reuniões apareceram como a dinâmica comum a todos os grupos, mudando apenas sua frequência de acordo com o cenário. Nota-se que a presença reduzida das mães nas reuniões presenciais é relatada por algumas entrevistadas.

A gente começou fazendo rodas de conversa, reuniões, a gente montou um grupo de WhatsApp. A primeira reunião foi no Meet, e lá a gente marcava rodas, desabafo, tirava dúvidas e lá a gente sabia os órgãos que a gente devia consultar para direcionamento mesmo. E aí teve roda de conversa, que a gente foi chamada pela assistência estudantil para falar como as mães estavam na universidade, então, começou a ser um assunto existente na universidade, porque não era um assunto existente que existem mães dentro da universidade. (Bertha)

A realização de rodas de conversa, eventos e encontros promovidos pelos coletivos universitários, segundo Guimarães, Rios e Sotero (2020, p.), “trazem para o centro do debate agentes sociais não convencionais no mundo acadêmico”. Assim as mães ocupam um lugar diferenciado daquele vivido em sala de aula em que geralmente são ouvintes com participações pontuais e passam a ser as condutoras de um debate em torno de seus próprios interesses.

Os coletivos que iniciaram no cenário pandêmico precisaram se organizar diante da nova realidade de relações estabelecidas remotamente e asseverar o uso das redes sociais. Assim como identificado por Rizzo e Fonseca (2022), a pandemia impôs limites para a auto-organização dos coletivos, por conseguinte nas entrevistas aqui apresentadas percebemos que ela impactou diretamente suas dinâmicas e em sua organização, mas não impediu a formação e a organização dos coletivos como vemos na fala de Chiquinha e Catarina:

Em 2020 que eu me lembro, assim a gente fazia uma reunião mais ou menos a cada mês. A gente criou um grupo de WhatsApp e a gente foi pautando, pensando em quais demandas seriam necessárias. Então, a primeira coisa foi “vamos dizer para a comunidade que a gente existe.” Não é porque não existia! Ai pensamos assim “quais são as leis” né? Os decretos, as normativas dentro da universidade que contemplem as mães. (Chiquinha)

Como nós estávamos em pandemia a gente tinha a seguinte dinâmica, reuniões primeiro eram semanais, depois quinzenais, depois mensais e agora não sei como estão, mas a gente conversava, falava um pouco do que tinha ocorrido na nossa semana, uma parte mais informal e depois a gente trazia o que a universidade tinha falado pra gente naquela semana sobre aquelas questões. Então começamos a falar com a pró reitoria que estávamos criando o coletivo e depois trazíamos o que tinha sido dito por eles, e além dessas reuniões a gente começou a promover encontros abertos ao público, não eram só lives feitas aleatoriamente, eram encontros em que o resto da universidade podia tá presente com temas diversos como saúde mental, sexualidade, e a comunidade podia tá presente nesses encontros que eram semanais quando estávamos em pandemia. (Catarina)

As reuniões são citadas em ambas as falas, oscilando entre encontros semanais, quinzenais e mensais, servindo como espaço de acolhida e de organização para os enfrentamentos necessários. No caso de Chiquinha, a reunião aparece aqui enquanto dinâmica de organização interna e dela surge a primeira demanda, organizar uma dinâmica para “dizer para a comunidade que a gente existe” e as dinâmicas em torno desta demarcação da presença aparecem diversificadas dentro das entrevistas. Contudo o passo seguinte adotado foi a busca pela legislação atual para pensar as dinâmicas em cima do que já existe.

A dinâmica de *lives* citada por Catarina foi observada por Gohn (2022) que cita a abundância do uso ampliado das redes na pandemia no formato de *lives* e também de debates, rodas de conversa, seminários e até textos produzidos por pessoas de dentro e de fora da academia. Estes espaços promovem um debate ampliado e acessível, tornando-se um meio pelo qual a população conectada criou meios para se expressar tanto artisticamente, quanto intelectualmente e politicamente. A exemplo disso, consta que o Núcleo NIEM, associado ao CMUFF, realizou 12 lives em apenas três meses no primeiro ano da pandemia não só como forma de protesto, mas também discutindo as bases da representação social e do entendimento público sobre a maternidade.

Assim como vimos na fala de Bertha, Catarina demonstra que também havia em seu coletivo a iniciativa de estabelecer um diálogo com as pró-reitorias e envolver toda a comunidade acadêmica para além das ativistas do coletivo de

mães. Carolina e Enedina também apresentam o envolvimento com o público externo ao coletivo, em especial com outros movimentos sociais, outros coletivos, pró-reitores e pessoas em posições-chave, mas demonstram que a dinâmica dos coletivos é diferenciada entre as atividades internas e externas.

A gente levava a discussão, internamente fazíamos os estudos de como funcionava em outras instituições, levamos para o debate público e tentava se articular com entidades representativas, sindicato dos técnicos, coletivos, o DCE, os movimentos identitários que estavam acontecendo na universidade e a gente levava as demandas para o debate público. (Carolina)

A gente tentou fazer uma lista de demandas, unificar essas demandas então a gente escutava muitas histórias delas. (Ivone)

A gente tentava fazer reuniões semanais a partir da disponibilidade de todo mundo, a gente tentou ter uma carta de princípios do coletivo, meio que orientando o coletivo, [...], a gente tinha muitas reuniões com a pró reitoria e os movimentos estudantis, eram reuniões quase que semanais. Depois que a gente embarcou nas diretrizes do alojamento. A gente organizou um fórum para discutir políticas da universidade, políticas institucionais para pais e mães e a gente conseguiu contato com outros coletivos porque a gente fez uma pesquisa sobre outras universidades que tivessem políticas específicas, para pais e mães universitários e a gente tentar traçar diálogo com outras instituições e traçar os nossos embates principalmente para a moradia[...] o coletivo fez toda essa tarefa, mapeou todas as mães e pais. A gente participou dos espaços deliberativos dos alojamentos, bandeirão, essas coisas mais burocráticas... a gente organizou o fórum, que foi um sucesso. (Enedina)

Percebemos que as atividades realizadas internamente buscavam compreender as demandas das mães a partir da escuta, analisavam os trâmites para a realização das mudanças identificadas como necessárias, compartilhar entre as ativistas as informações colhidas, alinhar o discurso do grupo para tornar-se uníssono e se preparar internamente para a disputa de interesses na esfera institucional, reafirmando o que é dito por Gohn (2022) ao identificar que existe um cotidiano vivenciado nestes grupos que nem sempre é visível.

Por outro lado, as atividades externas envolviam a sensibilização do público, formação de alianças, participação dos espaços deliberativos e promoção de eventos que realizassem a ampliação do debate para maior envolvimento da comunidade universitária. Esses atos públicos envolvem eventos em espaços abertos que apresentem grande trânsito de pessoas, além de manifestações e protestos, com a intenção de chamar a atenção do público ampliado, externo ao coletivo. Estas situações aparecem também nas falas de Carolina, Maria e Nísia:

A gente fez um ato do Dia das Crianças na praça principal da universidade. [...] Com a nossa dor a gente fez uma semana das crianças e aí a gente levou a atividade lúdica. Levamos um cavalo para o meio do prédio! [...] E nesse dia... NESSE DIA que a gente fez o ato para dizer que as crianças existem, que a gente estava ali, que a gente ia lutar pelos nossos direitos, foi o dia que tiraram o deferimento da Lélia que era a menina que precisava do aval [para permanecer] no alojamento, então foi o mesmo dia, eles resolveram. (Carolina)

teve um protesto que a gente fez no bandeirão também de entrar com as crianças, que foi o que acabou fazendo com que fosse autorizado a entrada das crianças, porque só brigando. Institucionalmente a gente não estava avançando, o processo ficava lá num canto, não caminhava. (Anita)

Em 2017 teve a questão do “bandeijaço” que realmente a gente tem que fazer uma manifestação na frente do bandeirão para deixar evitar isto que todo os outros estudantes podem entrar e a gente não pode pelo fato de ter um filho pelo fato de ser mãe. Enfim, então, nessa manifestação assim, pública mais abrangente. (Maria)

Observa-se que as dinâmicas realizadas por essas mães utilizam elementos estratégicos como datas comemorativas, manifestações em frente ao local em que estão impedidas de entrar com as crianças, além do uso de atrativos visuais que “choquem” como colocar um cavalo no meio do prédio. As atividades já demonstram ser uma alternativa diante da ineficácia dos trâmites burocráticos e do diálogo pacífico como demonstrou Anita ao afirmar que institucionalmente as coisas não avançavam, por outro lado a efetividade destas ações está apresentada nitidamente no relato de Carolina que já apresenta o deferimento da solicitação de Lélia pela sua permanência no alojamento estudantil.

Nas falas das ativistas nota-se um elemento interessante nos CMUs, o fato de que as mães envolvem as crianças nas ações para que fique evidente que não são só as mulheres-mães que serão afetadas pelo tratamento desferido a elas pelas IES, mas também seus filhos, diretamente envolvidos nas consequências das vivências de suas mães. Assim, nota-se nas demandas por creche, fraldário, contraturno e acesso das crianças ao “bandeirão” que a luta se amplia para que as crianças também acessem o direito a ter um espaço digno e qualificado de cuidado enquanto suas mães exercem o direito de estudar.

As estratégias adotadas podem ser ainda mais eficientes quando os docentes se tornam aliados neste processo, como apresenta Nísia:

a gente teve uma roda de conversa chamada, “quem pariu Mateus que embale”, que foi um choque porque a princípio eu organizei o evento todo, mas não esperava tanta coisa e os professores começaram a liberar pra assistir e quando eu vi o auditório tava lotado, [...] (Nísia)

Tendo em vista que a participação de alguns estudantes nas atividades que se realizam em horários letivos fica condicionada a autorização dos docentes para a participação das turmas, o apoio dos professores é significativo para a difusão das pautas dos coletivos de mães nas IES. As rodas de conversa remontam a Rizzoe Fonseca (2022) pois elas se tornam um espaço importante de diálogo onde as ativistas do coletivo conseguem promover a tradução e a reinterpretação do conhecimento, além de construir seus próprios saberes e compartilhá-los.

Nos relatos apresentados foram pontuadas também dinâmicas específicas de cuidado entre as integrantes que se dispuseram a cuidar dos filhos umas das outras para garantir que seus pares estivessem realizando as atividades acadêmicas como vemos nas falas de Ivone e Maria.

a gente criou uma rede de apoio interna que era uma planilha editável que a gente colocava ali é a nossa disponibilidade. Dizendo “quando eu posso ficar com o filho de alguma mãe que esteja precisando”. (Ivone)

No começo as atividades eram entre as integrantes. A gente partiu muito de começar como uma rede de apoio mesmo, sabe? Já que eram mulheres, mães-solo, sem rede de apoio nenhuma, sem ter parente perto, né? Mãe, irmã, família, enfim... A gente também combinava assim eu ia buscar o filho da outra colega na escola, acho que 2 ou 3 vezes por semana, para ela poder fazer as disciplinas que ela fazia à tarde, porque o curso dela de era integral. Então assim, ela não teria como fazer as disciplinas. [...] Então, no início acabava sendo isso, assim como sobreviver nesse ambiente, então no início era basicamente essa a questão de realmente ser uma rede de apoio (Maria)

Tal necessidade de formatação de rede de apoio entre as ativistas para este objetivo pode se dar pelo fato de muitas estudantes estarem distantes de suas redes familiares e de amigos de longa data, pois algumas se mudam para residir no entorno do campus, precisando construir sozinhas uma dinâmica que garanta sua permanência quando não pode contar com apoio institucional.

Por outro lado, nem todas as ativistas conseguem participar das dinâmicas de seus coletivos devido as múltiplas jornadas que estas mulheres assumem como observamos a seguir.

A dinâmica era mais por WhatsApp mesmo, porque se encontrar era difícil, teve uma vez que a gente marcou uma reunião porque a gente conseguiu uma parceria com o núcleo jurídico aí, marcamos a reunião e foram 4 mães, mas não é má vontade, é porque cada uma no seu corre, no seu ritmo, a maioria da organização, discussão, o que tinha pra falar era por WhatsApp, coisas bobas... tipo “alguém trouxe fralda?”, “minha filha tá perdida”... minha filha era boa pra estar perdida

(risos). (Nísia)

A ativista enfatiza que o *WhatsApp* acabou se tornando central nesta organização dos grupos, mas que enfrenta dificuldades para as dinâmicas presenciais, a exemplo da reunião com o núcleo jurídico que contou com um número reduzido de participantes. Ademais, cabe enfatizar que, por compartilharem de problemas semelhantes, a fundadora demonstra empatia e compreensão diante da ausência das outras ativistas.

5.3

“A universidade que a gente quer”: as expectativas das ativistas no momento da formação de seus coletivos

A análise do material coletado apresenta que no momento de formação dos coletivos as expectativas são diversas, mas todas convergem em um único ponto: promover estruturas institucionais mínimas para garantia da permanência das mães na universidade. Em muitas das entrevistas realizadas as ativistas relatam o desejo de ter um lugar seguro e adequado para deixar as crianças enquanto as mães frequentam as aulas, como observamos nos relatos abaixo:

A principal demanda sempre foi um lugar para deixar as crianças pra poder estudar e não depender da boa vontade do professor. Existir mesmo um lugar pra deixar a criança, porque a gente sabe que levar a criança vai atrapalhar o nosso rendimento também, então a principal demanda era essa, ter um lugar para as crianças, uma creche, algum programa que atendesse as crianças. A do bandejão também, porque as crianças não podiam participar do bandejão, e temos também o ônibus da graduação que também era uma demanda de que pudéssemos levar as crianças. (Bertha)

Então, com o coletivo, era justamente avançar nessas pautas, nossas demandas que a gente identificou conversando entre nós. Por exemplo, a questão da residência universitária, a questão do bandejão mesmo, a questão da creche, um auxílio para a mãe, e já que a universidade não vai fornecer a creche ela poderia pagar um valor para custear a creche privada. (Maria)

A fala de Bertha é categórica ao enfatizar como as mães se veem à mercê da boa vontade de alguns professores para que estejam com seus filhos em sala de aula. Ademais, as discussões de Silva (2020) e Abreu (2021) corroboram que na falta de creche, levar as crianças consigo tem sido uma estratégia adotada pelas mães estudantes.

Observamos que Bertha destaca em sua fala que suas expectativas giram em torno da presença das crianças nos espaços como o bandejão e o transporte, mas

que a ativista compreende que durante o momento da aula o ideal é que a criança possa contar com um espaço adequado, pois entende que a presença dela em uma sala de aula afeta o rendimento da mãe.

Maria por sua vez apresenta que a expectativa era de que o coletivo pudesse ser ferramenta de avanço nas pautas que as ativistas identificaram entre as mães do coletivo, depositando suas esperanças na efetividade deste novo modelo de ação em conjunto para que ocorram as mudanças que levem à promoção da permanência das mães universitárias.

No que lhe concerne, Carolina destaca que a questão do espaço seguro para as crianças está diretamente relacionada a saúde mental das mães, pais e cuidadores, além de sugerir que a presença das crianças é importante para as universidades, tendo em vista que estas também poderiam ser objeto de projetos de ensino, pesquisa e extensão para diversos cursos de nível superior, unindo o útil às mães estudantes ao útil a instituição no que tange a formação do seu corpo discente. Sua fala alinha-se com a de Enedina que também destaca o caráter humanizador e educacional da presença das crianças, trazendo um ganho para a universidade.

A gente precisa pensar que pra essa mãe ter uma boa vida na universidade ou uma boa vida acadêmica ela precisa que tenha políticas de saúde mental para mãe, pais e cuidadores, que precisa que seus filhos estejam num espaço seguro. Que a universidade entenda que a criança é importante para essa instituição, porque ela pode ser também favorecida com o ensino, com a pesquisa com a extensão. Uma creche, poderia ser um espaço onde alunas e alunos de pedagogia e psicologia, de engenharia de alimentos, poderiam atuar tanto na pesquisa quanto no ensino, quanto na extensão. É, enfim, entender que isso faz parte dessa universidade. (Carolina)

A presença das mães e das crianças tem um caráter humanizador do caráter educacional, então elas estarem ali e participarem dos eventos, faz com que a gente perceba como a sociedade deve funcionar, acho que o coletivo de pais e mães tinha essa coisa da tentativa de construir o mundo que a gente quer, os movimentos sociais, estudantis tem muito disso, tentar construir um mundo melhor. (Enedina)

Carolina enfatiza a expectativa do coletivo em gerar empatia e respeito pelas demandas das mães estudantes, e disso podemos inferir que há uma crença que estes dois fatores podem abrir caminhos para que essas demandas ganhem espaço nos ambientes institucionais de tomada de decisões sobre as políticas de permanência.

A empatia segue sendo destacada nas expectativas de Carolina e Enedina

como uma forma de sensibilização que não seja pela via do embate, mas de uma forma mais moderada, pacífica e harmônica.

Eu acho que de primeira instância, uma questão de ir além do embate, criar uma certa empatia pelas nossas demandas. Quero respeito, né?! [...] A questão de a universidade entender que isso era uma pauta que precisava ser discutida e o outro debate era um debate de equidade, dizendo que as pessoas são diferentes. Existem demandas diferentes, existem formas de produção diferentes, mas precisamos apontar que era preciso se pensar na construção de uma política nessadiferença. (Carolina)

A gente queria politicamente sempre foi fazer uma universidade que estivesse verdadeiramente aberta a diversidade de experiências sempre, essa era uma pauta clara pra gente. E o que a gente queria era a permanência das mães. [...] e a gente queria manter as mães ali porque elas tem que tá, tem todo direito de tá, a maternidade não é uma experiência que tem que ser tratada como uma individual, ela é um fundamento da nossa sociedade capitalista como um todo[...] acho que a gente conseguiu capturar muito do interesse das pessoas nessa mística da maternidade, da mãe e sua cria sendo expulsa de um lugar, a gente conseguiu capturar muito da atenção do pessoal nessa coisa meio simbólica, e depois com um debate político muito bem feito a gente conseguiu manter nossos argumentos de maneira mais concisa. Mas a gente queria que a universidade não se prestasse a esse papel horroroso de tirar a possibilidade de mulheres que precisavam daquilo, daquele acolhimento. (Enedina)

Essa geração de empatia parece relacionar-se com a captura das atenções pelo apelo social do simbolismo imbuído no ato de expulsão das mães do alojamento destacado por Enedina. Tais elementos parecem estar relacionados com os objetivos de realização dos atos públicos apresentados anteriormente neste capítulo.

Além disso, as ativistas aqui citadas enfatizam a expectativa pelo reconhecimento das diferenças e de construção de políticas que não permitissem que tais diferenças se transformassem em assimetrias de oportunidades ou injustiças para este grupo.

Fica evidente nas falas de Chiquinha, Lélia, Catarina e Ivone que as expectativas giram em torno do reconhecimento de suas presenças e suas demandas a fim de que mudanças fossem realizadas nos regimentos e editais das instituições de ensino superior a fim de que essas mudanças sejam permanentes e se perpetuem para as próximas gerações de estudantes mães como vemos a seguir:

Fazer com que a instituição de ensino entendesse que a gente precisava de leis que contemplassem a gente (Chiquinha)

Ah, que a nossa demanda fosse ouvida e que outras mães e outros pais não

tivessem a mesma dificuldade que nós tivemos. (Lélia)

A gente queria que a universidade reconhecesse nossa presença, criassem mecanismos para que a gente pudesse permanecer. (Catarina)

Era isso, a política de permanência, mudanças no regimento, uma visibilidade, mostrar que as mães elas estavam em vulnerabilidade ali no espaço. Uma forma de visibilidade mesmo pra causa, principalmente visibilidade para nossas pautas. (Ivone)

Nota-se que as expectativas destas estudantes giram em torno de que as IES se sintam provocadas a exercer seu papel e participem também da promoção da permanência destas mulheres a partir da criação de medidas institucionais e políticas de ações afirmativas. Ademais a criação dos coletivos também corrobora a afirmação de Perez e Souza (2020) que destacam que os ativistas enxergam nos coletivos o “espaço necessário para a vocalização dos anseios da juventude” (p.9)

A identificação das demandas, atreladas às expectativas, proporcionam o delineamento de objetivos, que por sua vez dá direcionamento e estabelece a finalidade dos coletivos. Para compreender esse delineamento no período de fundação de cada coletivo de mães universitárias, as fundadoras foram provocadas pela pergunta “Quais foram os principais objetivos no período de formação do coletivo?”.

Notamos que estes objetivos parecem diretamente moldados às realidades de cada instituição dos coletivos aqui representados e também às necessidades imediatas das ativistas que iniciam a organização do coletivo.

Dentre os principais objetivos aparece de maneira recorrente nas falas aquele que é o mais evidente e abrangente: o reconhecimento do impacto da maternidade na vida das mulheres-mães.

Criar uma rede de apoio para essas mulheres mães e esse reconhecimento da universidade que a vida dessas mulheres mães era importante dentro da universidade, então era reconhecer que sim, ser mãe era uma questão que gerava demandas e que a universidade precisava ter atenção a essas demandas. (Catarina)

Acho que os objetivos eram justamente esses de fazer com que a instituição entendesse que a gente precisava de leis que contemplassem a gente. O que até hoje não tem. (Chiquinha)

Além do reconhecimento, alguns coletivos delimitaram como objetivo compreender este impacto da maternidade na vida das estudantes universitárias a partir do mapeamento de demandas e sistematização de dados por meio de

pesquisa científica. Como pesquisadora é importante destacar que tal iniciativa dos coletivos vem da escassez de dados acerca da realidade das mães nas universidades brasileiras, tendo em vista que não foram localizadas pesquisas a nível nacional sobre parentalidade e ensino. Esta escassez de dados é um dos motivadores para a criação do GT para estudos técnicos sobre parentalidade na universidade do MEC mencionado anteriormente nesta tese.

Era colher essas demandas das mães, ouvir as mães que estavam ingressando no coletivo. [...] As demandas, elas giravam muito em torno do espaço de acolhimento, da creche, criação de política, conscientização do corpo social da universidade sobre a pauta e eu lembro que uma das demandas também era em relação ao CR das estudantes que eram muito impactados em relação à maternidade, então muitas, mas muitas estudantes que meio que falavam sobre a questão do CR e que poderia ter alguma medida para que houvesse uma compensação ali no coeficiente de rendimento das mães. (Ivone)

E tinha uma outra coisa que a gente queria fazer, que era de produção acadêmica, que essa primeira configuração do coletivo não chegou a fazer assim, porque a gente está muito sobrecarregada e não dava conta de fazer. Foram as mães que entraram depois, teve uma que fez o TCC dela sobre o coletivo aí a outra conseguiu fazer produção acadêmica também dentro do coletivo, mas a gente, as primeiras, a gente não conseguiu. (Anita)

Nota-se na fala de Anita que a fluidez da composição dos coletivos contribui para que os objetivos não alcançados não se interrompam diante das dificuldades, mas se propaguem e prossigam por meio das sucessões de ativistas dentro do grupo.

Nísia, afirma que não havia grandes expectativas diante da formação do coletivo e que seus anseios e de suas companheiras de coletivo estavam direcionados a pura necessidade de permanecer na universidade e se formar, relato semelhante ao de Enedina que aborda o pragmatismo do coletivo no período de sua formação. Contudo, ao reconhecer o potencial do movimento organizado, as ativistas indicam que os objetivos foram se modificando.

Eu acho que a gente não esperava tanta coisa, como uma creche. A princípio a gente nem pensou que podia ter auxílio creche nem nada, a gente nem sabia a dimensão do que a gente poderia conseguir. Então foi o que eu falei, era acabecinha de que a gente queria estudar e tá com o filho, a gente não tinha dimensão do direito que a gente tinha e eu comecei a ver o poder que a gente tinha com a questão do auxílio creche [...] a gente foi começando a ter ciência, vendo não só como uma rede de apoio, mas como uma questão social. Aí a gente se ligou na questão do trocador que na universidade não tem, não tinha a princípio, a gente foi e fez rifa e conseguiu colocar no banheiro, colocamos até no banheiro masculino. (Nísia)

De cara foram as questões da permanência das mães, era o objetivo central do coletivo. Ele foi organizado no senso pragmático, não era um grupo que estava naquele papel de pesquisar os meandros da maternidade ou da experiência da maternidade no espaço da universidade, tinha uma coisa pragmática em que o objetivo era garantir a permanência das mães, e outras coisas se desdobraram a partir daí. A interlocução com a universidade por meio do pró reitoria, a possibilidade de participar de algumas decisões que tinha a ver com moradia estudantil, a possibilidade de um diálogo mais estreito nessas políticas institucionais com relação a creche... essas coisas vieram depois, mas o objetivo central era garantir a permanência, a gente se organizou pra isso e outras coisas surgiram depois. (Enedina)

As falas resgatam o sentimento de que a intenção dos coletivos inicialmente era a mais básica como aponta Nísia na frase “*a cabecinha de que a gente queria estudar e tá com o filho*”, ou seja, as mães estudantes entendiam que tinham direito de não serem forçadas a optar entre ser mãe ou ser estudante. As necessidades iniciais eram básicas, mas o movimento vai buscando aprimorar suas demandas à medida que se organiza ou à medida que novas demandas surgem. Também enfatizam as surpresas pois descobrem em seus coletivos um enorme potencial de pressão social para as transformações que desejam.

Estas necessidades pragmáticas aparecem também em falas de outras ativistas que protagonizaram a formação dos coletivos de mães estudantes no estado do Rio de Janeiro. Para estas trata-se de uma questão de sobrevivência.

O objetivo era sobreviver! Sobreviver ali era um objetivo crítico. [...] A sobrevivência nesse sentido objetivo e também no sentido subjetivo, dizer assim “eu vou conseguir e você vai conseguir também, vamos conseguir juntos!”. E a outra demanda era isso, era uma questão, naquele primeiro momento, de mostrar que a pauta existia e que a gente queria estar ali, que a gente não queria sair dali que não iriam tirar os nossos direitos, porque a gente era mãe. (Carolina)

No período de formação, para ser muito sincera, os objetivos era muito de sobreviver, se formar. Então, o objetivo era conseguir se formar e conseguir apoiar uma ou outra para que a outra conseguisse se formar também. [...] Então eu acho que é isso. O objetivo no início era um imenso sobreviver, conseguir concluir a graduação e fortalecer a outra para que conseguisse concluir também. (Maria)

A sobrevivência pontuada por Carolina e por Maria como objetivo do coletivo é colocada como significado de permanência, de não ser expulso ou ser levado a viver com condições tão severas que levem a desistência. O objetivo maior é terminar o curso, mas terminar em condições melhores do que as que estavam enfrentando.

Para outras ativistas havia nos objetivos dos coletivos uma questão

diretamente ligada ao acolhimento e ao afeto trazido pela articulação de uma rede de apoio, mas não limitando-se a esta rede afetiva.

Era mais acolhimento mesmo, ter com quem conversar, fazer amizade, uma coisa que a gente sempre falava que ou era mãe e não entendia as demandas da universidade ou era universitário e não entendia as demandas de mãe. Então ter alguém que tem as mesmas demandas que você... o lugar comum. (Bertha)

Uma rede de apoio entre nós, depois uma briga ali com a universidade, com a instituição no âmbito mais formal mesmo, e mais jurídico... [...] (Anita)

O chamado “novo normal” enquanto contexto social que se apresentava no período pandêmico também trouxe aflição para as mães que pensavam acerca da vida cotidiana com as crianças associada ao retorno às aulas presenciais, desta forma impactou também os objetivos dos coletivos neste período.

Ter um lugar para as crianças, porque as mães não sabiam como seria o presencial quando voltasse mesmo, e tinham relatos de professores que não deixavam as mães entrarem na sala com as crianças então a gente dependia da boa vontade, porque não existe uma lei que fale que você pode levar o seu filho, mas também não existe uma solução de onde a gente deixaria o filho. (Bertha)

Notamos que Bertha também realiza o mesmo movimento de outras mães de tornar a construção de um lugar para as crianças ficarem o objetivo central a ser atingido a partir de iniciativas institucionais regulamentadas e não de favores pontuais de professores. Desta forma, toca também no fato de não existir uma lei que regule o direito da mãe de levar seu filho consigo para a universidade, mas acrescento que também não há lei que proíba. Por outro lado, a discussão levantada por ela não gira em torno de criar uma lei que permita a presença da criança na sala de aula, mas sim da criação da creche ou do espaço infantil para os filhos de mães estudantes.

Diante de todos os objetivos trazidos até aqui pelas ativistas, nos interessou saber se estes objetivos delineados foram atingidos.

Quando indagadas sobre atingir os objetivos as respostas nos revelam diversos aspectos do que se considera “êxito”. No caso de Maria e Carolina que delimitaram como objetivo “sobreviver” e possibilitar ao grupo condições de se formar, mas a mesma pontua que não realizaram o desejo por melhores condições de permanência.

Sim, todas nós nos formamos! [...] Nós estamos bem, então assim, esses objetivos de conseguir concluir a graduação foram atingidos. Os outros, de conseguir

avanço nas políticas mesmo de permanência na universidade, não foram. [...] assim conseguir realmente efetivar o que a gente estava pleiteando a gente não conseguiu na época que a gente estava ainda no coletivo. Em relação à residência universitária em relação ao bandeirão, em relação às creches... Enfim, não. Não aconteceu! (Maria)

Naquela época foram, pois as que faziam parte do coletivo todas formaram. Então a gente terminou a graduação. [...] Então o objetivo ali, naquele primeiro momento, foi concluído. Eu acho que a gente conseguiu. A gente agora tem o alojamento familiar que mora, mães e pais e cuidadores. Pais não! Perdão. Mães apenas nesse primeiro momento, mas havia discussão de que poderia ser para outras pessoas que estivessem na dimensão do cuidado. [...] Houve o reconhecimento e a permissão que essas mulheres estivessem dentro da instituição. Há uma certa acolhida e um certo alívio em relação a isso, mas eu acho que a gente não pode parar só com isso, né? Eu acho que nossos objetivos foram parcialmente alcançados. (Carolina)

Para Lélia e Enedina que tinham como objetivo central no período da criação do coletivo a concessão do direito à permanência no alojamento universitário há opinião diversa acerca do alcance dos objetivos. Para Lélia os objetivos foram atingidos, mas para Enedina eles foram atingidos parcialmente, mas houve um ganho maior do que estava estimado pelo grupo, o reconhecimento e a legitimidade diante da comunidade universitária que apoiou o coletivo de mãesestudantes.

Ah, foram! Quem não chora, não mama! Inclusive quando eu consegui a chave [do alojamento que poderia ser expulsa], foi quando eu estava com um microfone na mão, bem ali dentro, contando a minha história, dizendo que tinha acontecido dentro da universidade e foi aí que o que o pró-reitor de assuntos estudantis da época, foi lá, me pegou pelo braço, me levou para a sala dele, falou “vamos assinar isto logo” e me deu a chave (Lélia)

Olha a gente conseguiu, eu acho que sim porque... a gente atingiu na medida do possível. A gente conseguiu prioridade para as mães nos quartos individuais. Que os documentos oficiais tivessem a presença de mães e crianças e isso era uma coisa importante porque não existia. Tudo o que acontecia antes da participação do coletivo era extraoficial, era tudo muito clandestino e na época que eu estava lá[...] Então o objetivo inicial a gente conseguiu, a permanência das mães na universidade, e a gente ainda conseguiu que a gente tivesse mais legitimidade em permanecer no alojamento. Outra grande vitória foi ter conseguido um apoio que a gente não esperava, um apoio tão grande da universidade, da comunidade universitária, principalmente dos estudantes e de muitos professores que de algum modo apoiaram a gente, fizeram coro com as nossas demandas nos espaços do conselho universitário e essas coisas. (Enedina)

Enquanto Lélia pontua sem titubear de que conseguiram atingir seus objetivos como coletivo, Enedina, que esteve ao seu lado na fundação, não parece tão segura desta afirmação. Tal situação nos leva a compreender que as avaliações

sobre o êxito dos coletivos podem mudar de uma ativista para outra, mesmo quando se trata de ativistas do mesmo coletivo que vivenciaram o mesmo momento.

Lélia conseguiu permanecer no alojamento junto com as outras mães universitárias do local, o que era sua questão principal, mas na avaliação de Enedina ainda havia outras questões em aberto que ainda não lhe davam a sensação de vitória embora tenha pontuado diversas vitórias que alcançaram, principalmente a questão da legitimidade e do apoio dentro daquele ambiente. Enedina segue destacando algumas vitórias, mesmo que parciais:

a questão da creche a gente não conseguiu, a creche da universidade como existem em outras universidades, isso a gente não conseguiu que fosse organizado, mas conseguiu um atalho que era a mediação a universidade para vagas na creche na cidade e o transporte que levava no início da manhã e pegava no final da tarde. (Enedina)

Sobre o alcance parcial dos objetivos Enedina destaca que a construção da creche universitária não foi atendida, contudo conseguiram junto a universidade uma medida que atendia a esta demanda de outra maneira. Além disso nota-se na fala de Ivone, que pertence a outra universidade que a demanda pela construção da creche e espaço infantil também foram dificuldades enfrentadas em seu coletivo, contudo conseguiram conquistar outras mudanças.

Não! Alguns, só alguns. [...] A gente conseguiu a criação do GT, então durante a pandemia a gente conseguiu a criação de uma resolução emergencial. [...] A instalação dos fraldários, que ainda, ainda estão sendo instalados, mas não foram instalados em sua totalidade e ainda está um processo aí de conversar com cada unidade para a instalação dos fraldários. E algumas mudanças pontuais, né? Em regimento, por exemplo, agora a gente conseguiu a aceitação de atestados médicos dos filhos para abonar faltas e fazer segunda chamada. E também conseguimos aprovar a resolução com a pós-graduação, que é a pontuação para as mulheres-mães que estão tentando ingressar na pós-graduação terão pontuação diferenciada na análise do currículo. Então, algumas coisas assim. A questão do da creche não foi para frente, nem de um espaço infantil. A gente vê algumas ações também pontuais de alguns centros. Na Geografia criou-se um espaço ali infantil, mas só para os alunos que fazem PIBID, e aí eles conseguiram criar um espaço infantil. (Ivone)

No mesmo sentido de Enedina, Ivone aponta também que só alcançaram alguns objetivos. Ao apontar a instalação dos fraldários esta ativista aponta que mesmo tendo conseguido a instalação em alguns locais, ainda existem entraves enfrentados no diálogo com algumas unidades que precisam autorizar essa instalação, ou seja, mesmo quando os coletivos alcançam seus objetivos ainda

podem enfrentar burocracias e etapas para consolidar vitória. Os objetivos do coletivo de Ivone foram se espalhando também para as mães que desejam permanecer na universidade e seguir para a pós-graduação.

Em outros coletivos as ativistas sinalizam que além de terem atingido apenas alguns dos objetivos delineados, alguns objetivos após atingidos passaram por um retrocesso ou descontinuidade como vemos a seguir:

Então, enquanto eu estava lá sim, só que a gente tava na pandemia né, e aí fomos ouvidos pela assistência estudantil, ouvimos promessas de que iam fazer uma brinquedoteca, que iam fazer uma sala de contação..., mas a gente não viu acontecer. O fraldário, foi levado essa demanda, e até hoje a gente não viu acontecer, aconteceu em vários lugares e aqui não aconteceu. O bandejão deixava levar crianças até foi, mas depois que eu saí soube que teve problemas com uma mãe com duas crianças e queriam que ela pagasse o valor de vinte reais na comida do bandejão, sendo que a comida não era de boa qualidade para valer vinte reais. E já não tinha boa qualidade e ainda queriam cobrar esse valor da criança! O restante a gente viu que era só, “vamos fingir que estamos acolhendo”.(Bertha)

Em partes, os trocadores estavam nos dois banheiros femininos, e a foi a única coisa que teve aqui. Tudo foi regredindo no nível máximo, junto com o GT de parentalidade que foi instalado na pandemia. [...] Teve um regresso imenso! A única coisa de progresso que a gente teve foi que a gente colocou uma placa na entrada do RU, junto com a pró-reitoria, dizendo “bem-vindas crianças” para as mães saberem que ali elas podem comer com seu filho tranquilamente. [...] O que a gente conseguiu foi andando com nossas próprias pernas, e a gente não conseguiu muita coisa. (Nísia)

O acesso ao restaurante universitário que aparece nas falas das ativistas também foi um dos objetivos alcançados pelo coletivo da ativista Anita, contudo não foi alcançado dentro do seu período de atuação no coletivo, sendo usufruído apenas pela geração seguinte de ativistas.

O do bandejão foi depois. O bandejão foi atingido só para as que vieram depois, porque a gente mesmo não usufruiu disso. (Anita)

No coletivo da ativista Chiquinha surge um ponto relevante diante da relação institucional. Além de conseguirem atingir apenas um de seus objetivos que foi a instalação dos fraldários, no momento da entrega deste recurso o nome do coletivo não foi mencionado, tendo assim sua luta apagada diante dos registros.

Não, a única coisa que a gente conseguiu foi o fraldário, mas nem mencionaram o nosso nome. (Chiquinha)

Assim como os objetivos, a metodologia adotada por cada coletivo está

relacionada ao seu contexto e as suas integrantes. Percebe-se que cada um dos coletivos estabeleceu seus caminhos para chegar “lá”, demonstrando a diversidade de estratégias que podem repetir-se ou não entre um coletivo e outro.

O contato com pessoas em posições chave dentro da universidade, como os pró-reitores de assistência estudantil, aparece nos diversos relatos como podemos observar a seguir:

Foi a partir de muita conversa, estando presente nesses espaços de reunião, de ligações curtas, pequenas conversas que faziam a gente sentir mais ouvidas do que a gente era antes. E quanto ao reconhecimento da universidade foi levando os assuntos a pró reitoria da universidade e assim que mudou a gestão da pró reitoria eu tive acesso porque a professora que entrou já tinha sido minha professora, ela já tinha tido contato com a minha filha, e ela tomou isso como uma luta pessoal porque ela já tinha sido mãe também, mãe na pós-graduação, e isso foi uma coisa que não era levado em consideração na época dela e que precisava ser levado em consideração agora. (Catarina)

A gente foi na via institucional mesmo, a gente foi dialogar com as pró reitorias, as diretrizes vieram das pró reitorias, e foi aonde a gente foi tentar dialogar. A gente tinha planejado fazer manifestações, ocupar o alojamento, angariar uma galera pra fazer uma participação com a gente, mas a via institucional funcionou muito bem, então acho que a gente tentou por esse caminho. A gente foi na pró- reitoria com todas as mães, crianças e bebês fazer um barulho lá. A gente não conseguiu de cara toda a interlocução que a gente queria, mas a gente conseguiu diálogo que a gente precisava. O pró-reitor... acho que ele tava muito a fim de promover um debate mais maduro sobre a permanência, então acho que ele abraçou. Não por gostar da gente, mas por interesse político em outros cargos, e tal... então a gente se aproveitou disso também. Não se pode dizer que foi ruim pro nosso lado, mas a gente foi pela via institucional. Foi por esse caminho. (Enedina)

O relato de Catarina traz uma questão que merece destaque no momento em que ela trata da professora que já tinha vivenciado a experiência de ser mãe estudante no período de pós-graduação. A empatia gerada pela experiência compartilhada gerou a criação de uma aliança com uma pessoa que estava agora em uma posição estratégica e poderia fazer a diferença para as mães do coletivo universitário. Por outro lado, Enedina aponta que o coletivo havia planejado uma estratégia mais conflituosa, mas que, diante de um cenário mais amistoso encontrado no debate institucional, o coletivo pôde redefinir suas estratégias, mostrando que suas ações possuem relação constante com o cenário que encontra. Nos dois relatos fica evidente que é possível realizar um bom debate institucional para discutir a permanência das mães, contudo é necessário que a instituição também se engaje no processo.

Além dos contatos com estas pessoas, o que se demonstrou muito frutífero nas experiências de Bertha, Carolina e Ivone foram os contatos realizados também com outros coletivos, outras instituições e outras experiências individuais que foram compartilhadas para tomar como referências as dificuldades e as conquistas a título de referência para construírem sua própria luta.

A gente fez a rede social, Instagram, facebook, e através disso a gente começou a ser chamada pra algumas palestras e falar sobre as demandas de maneira pública. Chegamos a fazer uma carta aberta para comunidade, a gente fazia encontros abertos pra comunidade, mas não apareciam pessoas que não eram do grupo, mas a gente sempre divulgava pra comunidade como um momento aberto para as pessoas saberem quais eram as demandas das mães. A gente participou de eventos de outros coletivos também, era isso que a gente tentava fazer. (Bertha)

A gente primeiro fez um levantamento bibliográfico dessas pessoas que moraram em alojamento, porque a gente só tinha experiência de escutar falar. [...] Então a gente ouviu que existia uma jurisprudência, um precedente, para que a gente legitimasse esse debate. Então a gente conseguiu porque a gente procurou referências. Uma outra coisa que foi muito importante foi o primeiro fórum de construção de políticas de permanência de pais, mães e cuidadores, porque agente ouviu dessas pessoas as experiências, como foi feito, como que a instituição acolheu. [...] E a gente conseguiu de desta forma, que foi trazendo pessoas de outra instituição, trazendo pesquisas de outras instituições, tanto do YouTube como de revistas jornalísticas. Assim que a gente conseguiu. (Carolina)

Eu Acredito que foi através do contato que a gente fez com outros coletivos, com contato que a gente fez com outras pessoas dentro da universidade para além das estudantes, porque quando a gente estava só entre nós, estudantes, era muito difícil. (Ivone)

Convém aprofundar sobre a menção de Bertha à criação das redes sociais *Instagram* e *Facebook*, pois a preocupação dos coletivos em se fazer presentes nestes espaços está relacionada ao seu papel de divulgar e veicular as informações que são de interesse destes grupos organizados. Nota-se que a rede *WhatsApp*, anteriormente mencionada por esta e outras ativistas, ocupa um lugar diferenciado na organização dos coletivos, pois estes grupos de *WhatsApp* são internos, para articulação apenas das ativistas, enquanto as páginas das redes sociais são para mobilização externa, realizando o alcance de um número muito superior ao de ativistas daquele coletivo de mães. De acordo com Guimarães, Rios e Sotero (2020), o uso diferenciado dos grupos e das páginas pelos coletivos negros segue o mesmo modelo observado aqui nos coletivos de mães do estado do Rio de Janeiro.

Embora dotada de semelhanças com as demais supracitadas, a experiência do coletivo de Ivone possui uma característica relevante a ser destacada, pois o coletivo conseguiu ter participação num grupo de trabalho (GT) instituído pela própria universidade durante a pandemia para tratar das questões das mães, mas que permaneceu após o fim do cenário pandêmico. Assim o coletivo conseguiu estar dentro dos espaços institucionais de debates e participar das tomadas de decisões.

Quando a gente conseguiu ter contato e articular com professores, com os docentes, com os técnicos administrativos, com a criação do GT, a gente conseguiu articular melhor que essas demandas fossem levadas um pouco para frente. Não é que teve uma grande mudança significativa, mas a gente conseguiu ter um diálogo melhor com a instituição a partir da criação do GT. [...] Mantivemos um diálogo com a instituição através da representatividade do GT, com os pró-reitores que fazem parte da formação do GT e aí, a partir disso, a gente conseguiu ter cadeira nos conselhos universitários, no conselho da graduação e no conselho da pós-graduação e tem o consuni, que é o conselho maior, onde os pró-reitores participam. Então, a partir disso, a gente conseguiu ter um diálogo com a instituição, porque a gente conseguiu cadeira nesses espaços institucionais. (Ivone)

Os coletivos demonstram que adotam sempre estratégias múltiplas, com finalidades específicas e muitas vezes direcionada a públicos específicos ora alunos, ora gestores, ora membros dos coletivos. Anita sintetiza as estratégias em três categorias: práticas, jurídicas/formais e populares.

Tratando-se de instituições públicas de ensino, a via jurídica aparece repetidamente mencionada como parte das estratégias de diversos coletivos, assim estudantes de direito puderam contribuir com os coletivos e acrescentar ao seu repertório de estratégias a discussão dos regulamentos e legislações.

A rede de apoio foi uma organização nossa mesmo... prática entre as mães. As questões institucionais, quem cuidou mais foi uma colega porque ela é do direito, então a gente entrou com alguns processos ali na universidade. Teve o protesto que a gente fez no bandeirão. Como o coletivo era pequenininho a gente aproveitou que tinha uma eleição de chapa e a gente colocou umas meninas numa chapa de esquerda com outras meninas feministas para que levassem o microfone, caixa de som e tal. E para fazer mais volume e a gente conseguir chamar atenção. Então acho que foram as 3 estratégias: uma prática, outra mais jurídica e mais formal ea outra, mais popular, que foi o protesto. (Anita)

Teve um menino que veio e ele meio que, teve um papel jurídico ali para dizer que a gente tinha estava no nosso direito e uma outra pessoa que apareceu foi o pró-reitor de ações estudantis de Santa Maria que aceitava crianças nos alojamentos e a gente ouviu como fazer funcionar e como eles entendiam. Isso foi muito importante porque a gente começou a ter embasamento para nós, para o nosso

debate. Mas isso não significa que não houve conflitos. Houve conflitos muito grandes. (Carolina)

A questão do apoio jurídico aparece em outras falas de ativistas por compreenderem que as negociações com a instituição e os documentos normativos muitas vezes apresentam uma linguagem complexa que se torna um obstáculo para a compreensão do que está sendo pontuado para poder delinear propostas neste campo.

Mas há também outros caminhos delineados que remetem a estratégias comumente vistas pelos movimentos sociais, as movimentações que chamam a atenção de um público maior. Esta estratégia é observada na fala de Maria quando a mesma aponta:

[...] Além da creche, a demanda do bandeirão. Acho que foi uma demanda muito forte, porque foi uma demanda, inclusive, que foi o primeiro ato público que a gente fez foi um “bandeira” em 2017 (Maria)

Podemos inferir que o fato de um “bandeiraço” ser o primeiro ato público se dá justamente por aliar uma pauta fundamental a um espaço de grande circulação de pessoas, que excedem os diretamente interessados e os gestores, para que a pauta alcance além das pessoas que estão envolvidas e ganhe maior apelo edesperte o interesse de pessoas que simpatizem com a causa.

5.4

A relação entre coletivos de mães universitárias e outros grupos no ambiente universitário: a maternidade enquanto questão pendente

Ao serem indagadas sobre a existência de coletivos ou grupos organizados de mulheres em suas universidades há quase unanimidade nas respostas ao dizer que havia sim outros grupos, contudo, as entrevistadas Anita, Bertha, Enedina, Maria, Ivone e Nísia prontamente destacam que não havia coletivos de mães ou que tivessem em seu repertório a pauta da maternidade.

De mulheres? Sim, tinham, mas não com a pauta da maternidade. (Anita)

Existiam, mas como fazia pouco tempo que eu tava na universidade eu acabei não conhecendo, mas eu sei que existiam outros grupos, mas não especificamente de mães, esse foi o primeiro. (Bertha)

Já existiam grupos de mulheres, outros coletivos... provavelmente também coletivos. Mas de mães? Eu imagino que não. (Maria)

Coletivos de mulheres, não coletivos de mães. Existia um coletivo de mulheres que até fiz parte por um tempo e eu saí dele justamente porque as pautas maternas, elas não eram levadas para frente. (Ivone)

De mulheres sim, grupos coletivos feministas sempre teve, mas nunca teve coletivo de mães, nada. Voltado ao gênero tinha só coletivos feministas. (Nísia)

Nas primeiras falas surge uma questão sociologicamente relevante: Mulheres são diferentes de mães?²⁰ Assim como discuti em Silva (2020) e Mourae Silva (2023), mulheres com filhos possuem demandas que são acrescentadas pela maternidade e sofrem com uma pressão social que as obriga a priorizarem as demandas dos filhos, da maternidade e da família, desta forma estes elementos irão diferenciar quaisquer experiências sociais vividas. Sendo assim, as ativistas podem sentir necessidade de ver nos coletivos de mulheres suas pautas especificassendo representadas.

Chiquinha informa que não sabe se havia grupos de mulheres em sua universidade, contudo enfatiza que havia um grupo de diversidade que abarcava todas as pautas.

Que a gente saiba, não. Grupos de mulheres... Que eu saiba, não. Tinha um núcleo de diversidade. Aí nele, a mulher, a mãe, entra no grupo da diversidade. (Chiquinha)

Aqui podemos questionar a tendência de alguns discursos e espaços que tomam o termo diversidade e agregam todas as pautas nesta categoria, o que pode ser perigoso a depender da forma como isso é tratado. Sabemos que diferentes vieses de opressão cultural requerem remédios de reconhecimento diferentes, ou seja, as pautas das mulheres são comuns, mas o elemento maternidade traz necessidades bastantes diferentes. Além disso, as disputas de pautas também podem seguir nos espaços de “diversidade” e a experiência feminista já demonstra as complicações advindas disto.

As ativistas Catarina e Carolina informam que havia sim diversos coletivos de mulheres em suas universidades, e em diversos cursos.

Sim, tinham outros grupos de mulheres, mas que eu não fazia parte, [...] eu tenho ciência que tinha um coletivo nas Ciências Sociais que era como um grupo de estudo, apoio, tinha no Teatro também, em vários outros lugares, tinham coletivos,

²⁰ Para aqueles que desejam se aprofundar nesta questão sugiro a leitura do livro O conflito: A mulher e a mãe da filósofa francesa Elizabeth Badinter.

mas eu não sei dizer exatamente quais eram os coletivos. (Catarina)

Existia o coletivo “maria vai com as outras” que eu fazia parte também era um coletivo de extensão. Depois houve um coletivo “me avisa quando chegar”, que é na nossa universidade, no nosso campus [...] E esses foram os 2 movimentos discutindo gênero antes do coletivo de mães. O coletivo de mães também discute gênero, mas esses foram anteriores ao coletivo que eu me lembro, eram só esses dois. (Carolina)

Enedina, além de nos explicar que não havia coletivos que abordassem a questão da maternidade, enfatiza também que havia coletivos ligados a questão racial e os coletivos de mulheres que existiam evitaram utilizar o termo “feminista” para não causar um afastamento do público.

A minha universidade sempre foi muito efervescente na questão de grupos estudantis, tinham grupos diversos e o coletivo de mulheres [...] usando o termo “coletivo de mulheres” pra não dizer que era feminista de cara, porque dá uma afastada naturalmente. E o coletivo de mulheres surge em 2012-13 como um grupo de debates. Tinha o “me avisa depois que chegar”, tinha um grupo de mulheres negras que saiu um pouco depois e esse coletivo que surgiu tem um ano, que eu acho que é uma derivação do coletivo negro universitário, mas tinham outros coletivos na época, mas com relação a questão da maternidade não. (Enedina)

Após compreender se haviam coletivos de mulheres nas universidades em que estavam, as ativistas foram indagadas acerca de “Como era a relação deles com a questão da maternidade?”. Neste quesito as experiências aqui são bastante unificadas ao demonstrar que não havia discussão acerca da maternidade nos grupos e coletivos de mulheres existentes, mas existem contornos importantes a serem apontados.

A maior parte dos relatos revelam a dificuldade de diálogo entre os coletivos de mulheres e os coletivos de mães. Na experiência de Anita, por exemplo, há relatos de conflitos entre ativistas dos grupos de mulheres e essa mãe universitária. Lélia por sua vez passou por experiência diferente, mas não quis dar mais detalhes, apenas pontuando que a atitude preconceituosa de uma assistente social que a atendeu era também pensamento compartilhado por membros de coletivos de mulheres.

A relação infelizmente foi muito complicada, até quando eu levava meu filho para as aulas me olhavam feio, reclamavam e assim, muitas eram mulheres e feministas que estavam nesses coletivos. [...] Sempre foi complicado. [...] É porque as demandas eram muito diferentes e a relação não era tão amigável, sabe? (Anita)

Infelizmente aquele pensamento daquela assistente social não era só dela. [...] Quando eu falo que teve coletivo que não tive experiência boa... não fui eu

sozinha. (Lélia)

As demais ativistas relatam apenas que identificaram nos coletivos de mulheres um afastamento da pauta da maternidade ou até mesmo uma recusa em avançar neste debate.

Bem, eu acho que não tinha muito essa questão pra eles não, porque quando você abrange muito, quando você coloca “coletivo de mulheres” fica uma coisa vaga. Algumas pessoas vão pensar na maternidade, outras não, então não tinha nem como a gente saber quantas mães tinham naquele coletivo, porque isso não entrava na pauta deles. (Catarina)

Era inexistente, assim era inexistente. [...] Eu e as outras mães estavam dentro do coletivo, a gente sentia que estava forçando uma pauta que ninguém queria discutir, então a gente inseriu uma discussão e não ia pra frente, sendo que era um grupo muito ativo, com muitas discussões. Mas a discussão da maternidade, ela não ia pra frente. A maternidade nunca iria entrar em pauta assim, tanto é que depois que a gente criou o coletivo, não teve a articulação do coletivo de mulheres com o coletivo de mães na universidade. Foi o coletivo de mães de um lado, coletivo de mulheres do outro. Eu realmente perdi totalmente contato e nunca recebi um contato delas pra nada, pra nenhuma atividade. (Ivone)

Olha, eu nunca vi esses grupos discutindo maternidade, não nos espaços que estive, nos espaços que tiveram. Inclusive a primeira discussão que teve na semana da mulher foi quando o coletivo já estava fundado. [...] Então eu senti muita dificuldade, porque até mesmo quando o assunto era mulher, gênero, não tem o recorte sobre ser mãe, seja na vida, universidade, mercado de trabalho, não tem, é muito difícil. (Nísia)

Percebemos que estas três declarações revelam críticas à forma como os grupos de mulheres tratam as questões pertinentes à maternidade. Apesar dos coletivos de mulheres terem o foco nas questões de gênero, a experiência da maternidade é muitas vezes ignorada ou marginalizada. Catarina destaca que há uma amplitude no termo “coletivo de mulheres” que torna tudo muito “vago”, ou seja, fica a critério de cada um pensar ou não sobre maternidade individualmente, mas não enquanto uma questão do coletivo.

Ivone manifestou sua frustração pela falta do tema da maternidade nas discussões dos coletivos de mulheres e relata do desconforto em parecer “forçar” a pauta, ou seja, estar se indispondo com o grupo para pontuar uma pauta que não era de interesse e que a maioria entendia que eram questões que não cabiam ali. Nísia reforça estas falas ao abordar que, em sua experiência na universidade, faltou uma atenção específica à maternidade nos espaços onde se realizavam as discussões de gênero.

Maria aponta que houve um contato do grupo de mulheres do DCE com o

coletivo, contudo tratou-se de uma reunião pontual apenas para colher informações a serem levados para o Conselho Universitário como observamos a seguir:

No momento em que o grupo de mulheres do DCE solicitou uma reunião a gente foi lá, encontramos com elas, conversamos, colocamos as pautas, mas assim não tinha um diálogo constante, foi uma coisa muito pontual. “Vamos saber o que vocês precisam para a gente levar para lá, para o conselho universitário”. (Maria)

Contudo existem algumas experiências positivas de grupos que se abriram um pouco para acolher a pauta da maternidade e apoiar as lutas dos coletivos e das mães, formando alianças frutíferas.

Sim, a relação com o núcleo de gênero é boa. Eles sempre nos apoiam, sim. É de casa, é a nossa pauta pro grupo. (Chiquinha)

Tinha o debate de que a maternidade fazia parte da natureza feminina. O coletivo de mulheres sempre apoiou todas as pautas do coletivo de mães, isso porque eu lembro de estar nos dois ao mesmo tempo. Não era um coletivo que se dedicasse a esse tema específico como nosso fazia, mas fazia parte tinha atividades que envolvia mulheres e crianças no coletivo também, me lembro disso. (Enedina)

Dentro da experiência de Enedina, que é uma mulher sem filhos, é importante destacar um elemento de grande relevância na relação entre o coletivo de mães e o coletivo de mulheres, pois foi o coletivo de mulheres que a direcionou para dar suporte à criação do coletivo de mães.

O coletivo de mulheres me enviou pra esse grupo de mães e a gente criou o coletivo pra tentar fazer um diálogo mais qualificado com a pró reitoria (Enedina)

Outros relatos, como o de Bertha e Carolina, apontam que alguns grupos até convidam as mães para integrar algumas atividades, contudo não eram convites que estavam especificamente alinhados com os interesses e as pautas do coletivo de mães universitárias.

A gente até foi convidado por um que falava de amamentação pra falar a realidade que é vivida. Chamou a gente pra conversar sobre isso da amamentação. Então tinham esses grupos voltados para saúde, mas pra estudar a saúde e não a vivência da mulher, a maternidade. Não sei dizer se falavam disso, mas esses que eu conheci falavam de amamentação, gravidez, mas não da maternidade. (Bertha)

O coletivo “Maria vem com as outras” não discutia a questão da maternidade especificamente, até teve um evento que falou sobre maternidade no cárcere privado. Elas tinham essa discussão, mas não especificamente “maternidade na universidade”. Então, houve poucas discussões pontuais. Eu acho que poucos

coletivos, grupos mais populares e o GT de quarentena que vai discutir de forma mais intensa a questão da maternidade na universidade e as questões institucionais. Anteriormente, eram coisas bem pontuais. (Carolina)

Citamos anteriormente que Carolina foi enviada pelo coletivo de mulheres para auxiliar na criação do coletivo de mães de sua universidade o que é um cenário muito significativo. Contudo há que se destacar que a própria criação de um coletivo de mães quando já existe um coletivo de mulheres deve ser analisada de maneira cautelosa, tendo em vista que algumas autoras do tema vêm apontando que a maternidade tem sido considerada uma questão pendente no feminismo hegemônico e que por não conseguirem ser ouvidas nos espaços “feministas” ou “para mulheres” as mulheres-mães têm percebido uma necessidade de construir seus próprios movimentos políticos.

5.5 Significados, sentidos e sentimentos das ativistas diante de seus coletivos

Quando convocadas a atribuir significado para o seu coletivo as entrevistadas apresentam uma diversidade de compreensões. Enquanto Enedina destaca as possibilidades de aprendizado, Anita enfatiza que “*foi a rede de apoio que possibilitou eu me formar.*” (Anita). Nísia fala de “*carinho*” e Bertha diz “*Resistência, e ao mesmo tempo dor*” (Bertha).

As respostas parecem seguir caminhos muito distintos até que surgem as primeiras semelhanças entre as falas no elemento “pertencimento” abordado por Catarina, Carolina e Lélia.

acho que o coletivo deixa claro que as mães estão ali presentes e que por mais que possa parecer que você tá sozinha, existem outras ali com você, pra mim ele significa muito esse local de não solidão na maternidade, quando você tá sofrendo sozinha e quando você compartilha isso com outras pessoas, você mostra os problemas que você tá passando, você cria uma rede de apoio dentro da universidade que possivelmente você não teria, então eu gosto muito desse pertencimento que o coletivo trás. (Catarina)

Foi um espaço de construção de sonhos coletivos[...]Então pra mim é um lugar de pertencimento, é um lugar de acolhida, é um lugar de produção, de propósito de vida, de você não olhar apenas para si. [...] Acho que é dessa forma que eu entendo o coletivo de identidade, de pertencimento, de acolhida, de produção de afetos. (Carolina)

De pertencimento! Eu não vejo o meu coletivo mesmo nesse sentido de posse, mas nosso. Não consigo, porque era uma luta de todas nós. Não fazíamos nada sozinha. (Lélia)

Associando as falas que foram analisadas até aqui nota-se que o coletivo ganha um sentido comunal para as mães ativistas, uma comunidade de pares onde se compartilha da mesma identidade e do mesmo desejo por melhores condições de permanência universitária.

Tão importante quanto os sentidos atribuídos aos coletivos pelas suas fundadoras é compreender individualmente o que as levou a criar um coletivo, assim a conversa seguiu mediada pela pergunta “Por que você criou um coletivo?”.

Nas experiências aqui compartilhadas notou-se que a necessidade de não se sentir sozinha e de compartilhar as dores da conciliação da vida materna e a vida universitária é um dos principais motivadores de criação dos coletivos. Assim temos quatro relatos que destacam tal justificativa.

Porque eu pensei que provavelmente tinham outras mães na mesma situação que eu, desesperadas, então foi para encontrar outras pessoas que tivessem na mesma situação que eu e construir uma rede de apoio. (Anita)

Porque eu me sentia só, eu olhava pra universidade e sentia que por mais que eu tivesse amigos, não tinham pessoas que realmente entendiam o que eu estava passando e esse sentimento de que “será que ninguém entende o que eu estou passando?”, foi tão forte que eu pensei, “com certeza tem mais gente!”. E tinha! Tanto que virou um coletivo. Eu acho que poderia ter sido eu ou qualquer outra mulher, mas naquele momento o universo quis que fosse eu chamando uma reunião, chamando quem quisesse aparecer. (Catarina)

Ao mesmo tempo que eu via que tinha gente com uma história como a minha, eu acho que eu também precisava de força, acho que foi essa procura por trocar forças que foi o principal fator, não consigo explicar exatamente porque. (Nísia)

O quarto relato que apresenta a mesma motivação é o de Ivone que chega a enfatizar que atribui ao coletivo o valor de possibilitar a conclusão de seu curso de graduação, assim a ativista também destaca que seu coletivo foi um “grito” para sinalizar para a universidade e para as outras mães de que elas não estavam sozinhas.

Eu acho que criar um coletivo foi uma forma de resistência dentro da universidade. Diversas vezes eu pensei em desistir, porque eu me senti sozinha lá dentro. E foi a partir do momento que eu vi que eu não estava sozinha que eu

consegui avançar mesmo com muita dificuldade, porque não foi fácil mesmo, nem com o coletivo. Então acho que o coletivo foi uma forma de resistência e sobrevivência dentro da universidade. Eu acredito que se não fosse o coletivo, talvez eu não tivesse terminado a minha graduação, eu tivesse desistido no meio do caminho. Porque a gente vai compartilhando as nossas experiências com outras mulheres, e vai ouvindo as histórias delas e a gente vai se fortalecendo. A criação do coletivo foi uma forma, assim foi um grito tipo assim: “a gente precisa saber que não está sozinha”. Quando eu vi aquela mensagem no grupo do Facebook eu percebi que eu não estava sozinha, então eu percebi que a gente podia montar um grupo. Então acho que foi uma forma mesmo de resistir dentro da universidade. (Ivone)

Este “grito” citado por Ivone surge também nas falas de Bertha e Carolina que passaram para outras mães uma mensagem de acolhimento para que outras mães soubessem que não estavam sozinhas e que poderiam viver outros sonhos para além da maternidade.

O coletivo foi uma parte pra mostrar pro mundo “calma, não é porque você se tornou mãe que agora você não pode viver outros sonhos, outras metas” e também uma forma de falar um pouco da Nutrição, porque vinham demandas também. E no coletivo eu podia falar de uma forma mais clara sobre amamentação, nutrição de uma forma mais clara e tinha isso de ser uma rede de apoio. (Bertha)

Eu não gosto de dizer assim, eu criei um coletivo, ele foi criado coletivamente. E o nome, quem deu o nome dele foi uma menina do direito que ela não trazia o filho, porque ela precisava de uma rede de apoio ao qual ela não tinha. [...] Eu acho que o coletivo foi construído para propor uma forma da gente viver, se acolher, ter produção de afeto, de estar juntos. Enfim, por isso que a gente só aprende a sobreviver juntos. (Carolina)

Quando Bertha adverte “calma, não é porque você se tornou mãe que agora você não pode viver outros sonhos, outras metas” (Bertha) a ativista alinha-se a uma ideia que tem sido central para autoras-ativistas como Soares *et al.* (2020), Silva (2018; 2020), Fernandes (2022) e Abreu (2021), a ideia de que ao tornar-se mãe a mulher não deve anular seus sonhos e projetos em nome da dedicação exclusiva à maternidade e que pode ainda viver para si.

Carolina por sua vez enfatiza uma questão que surge constantemente em outras falas, pois, ao aderir ao coletivo as ativistas passam a falar na primeira pessoa do plural sinalizando que o sentido de “coletivo” é levado ao cerne da palavra bem como a característica de horizontalidade. Desta forma é possível afirmar que desde a constituição do coletivo as ações já são percebidas como coletivamente planejadas, coletivamente realizadas e seus resultados são coletivamente usufruídos.

Nos casos de Enedina e Maria, as ativistas indicam que a criação do coletivo

veio para sanar injustiças ou para que as mães e suas necessidades ganhassem visibilidade perante a universidade.

Eu participava do coletivo de mulheres que era mais um grupo de estudos, reflexões com algumas atividades pontuais sobre a presença das mulheres na universidade como um todo, e quando a gente soube que as mães estavam sendo expulsas do alojamento, eu como todas as outras mulheres me senti golpeada, sentiu uma ação totalmente descabida, fiquei muito tocada com isso. [...] O pessoal do coletivo de mulheres falou “vai lá para que elas venham participar com a gente” e a gente chegou lá e num consenso do grupo achamos melhor que um coletivo fosse criado e que não fosse uma extensão do grupo de mulheres, mas que fosse autônomo, justamente por conta dessa questão prática, pragmática de resolveresse problema rapidamente. A gente precisava primeiro ter esse coletivo pra depois tentar encontrar outras mães pra participar com a gente e fazer um barulho maior, então a fundação do coletivo foi meio que um consenso. Eu não me coloco no lugar de que eu criei o coletivo, foi uma decisão coletiva, aí que tá a beleza do negócio! Acho que foi uma coisa assim e foi um dos meus maiores orgulhos ter passado por esse espaço antes de me formar, e eu fiquei muito feliz de fazer amigas lá, foi tudo muito afetuoso, bonito, foi tudo uma decisão coletiva. (Enedina)

Eu acho que esse querer é muito da nossa necessidade, e de ver muita injustiça. [...]. Como é injusto as mulheres que são mães tentando concluir a graduação e eu sabia o que eu passei para conseguir concluir a minha graduação, que também não foi fácil, não tive assistência, nenhuma da universidade, mas, ao mesmo tempo, vi outras mães na mesma situação tentando concluir a graduação. É ver todos os obstáculos que são adicionados pela própria universidade para essa conclusão, sabe? Então o bandeirão todo mundo tem acesso, mas você é mãe, não tem acesso, então é um obstáculo a mais que você conseguir concluir. A residência universitária todo mundo tem acesso, você não tem acesso. Então eu senti isso! É uma injustiça da universidade colocando obstáculos para as mães conseguirem concluir. Então eu fiz o curso de direito por mim. Injustiça realmente é uma coisa que me dói. E eu falei “realmente tem essas demandas e a gente junta, consegue tentar que seja atendida pelas vias institucionais”. Fui ver o que poderia ser feito para retirar os obstáculos, nem para facilitar, só para remover os obstáculos que estão colocando por causa da maternidade. (Maria)

Enedina enfatiza a importância de ter as mães organizadas no coletivo por constituir uma rede de apoio, saber quantas são e quem está disposto a entrar no debate junto com elas, promover este espaço é então uma das principais motivações para a criação de um coletivo.

O processo de adesão de outras ativistas faz parte da história dos coletivos em geral que tem a fluidez de sua composição como característica principal. Desta forma, no momento seguinte da entrevista o diálogo guiou-se pela pergunta “Por que você acha que as pessoas entram no coletivo de mães universitárias?”. A tentativa aqui é de compreender de que forma as fundadoras enxergam as pessoas que aderiram ao coletivo após sua fundação e suas motivações para estarem naquele grupo.

Chiquinha acredita que outras mães entraram no coletivo devido a atividades de sensibilização realizadas pelas poucas ativistas que fundaram o coletivo, fazendo com que o grupo se ampliasse. Sua resposta já se inicia com alto grau de empatia a partir do reconhecimento de que sua dor possa ter sido sentida por outras mulheres.

Pelo mesmo motivo que eu. Assim, primeiro a gente conscientizou algumas mães, nas rodas de conversa nas quais a gente participou da semana científica lá do campus em que a gente levou uma roda de conversa e relato de experiência. Algumas mães falaram “eu passei por isso e não percebi que eu estava passando por isso”. [...] Então, a partir desse diálogo a gente fez uma carta aberta em que agente mandou para todo mundo que a gente conhecia do instituto, desde as coordenações, a própria reitoria, até os colegas, e aí a gente foi no processo de conscientização mesmo. E aí, outras mulheres aderiram, outras não porque não, não conseguem. (Chiquinha)

A adesão das novas ativistas é vista por Chiquinha como resultado das dinâmicas realizadas pelo coletivo que estimularam a conscientização e promoveram o reconhecimento das mães ao perceber que suas experiências de permanência universitária poderiam ter maior qualidade, pois não analisaram propriamente sua realidade ou não sabiam que o que vivenciavam estava atravessado por negligências de suas necessidades específicas de mães estudantes de nível superior.

As ativistas Enedina e Carolina acreditam que as ativistas ingressam nos CMUs devido a inquietação diante da realidade vivida pelas mães, mas também pela necessidade de acolhimento diante deste mesmo cenário. Além disso, Carolina acredita que muitas ativistas ingressam no grupo para plantar uma semente para o futuro de outras que virão.

As pessoas entram por diversos motivos, um deles é pela necessidade ou por estar em algum lugar de negligência, algum lugar de abuso ou a partir de algum estado de violência ela entra para se sentir acolhida. [...] Então eu acho que as pessoas que entram e que permanecem é primeiro porque tem uma questão da inquietação daquilo que a incomoda, que a fere, que é violenta. Ao mesmo tempo que quando se coloca um debate coletivo, entende que aquilo não vai atingir devido à medida, nem você, nem a mim, mas que vai ter efeitos para algo maior para aquelas que vão bem, aquelas que não desistiram ou por aquelas que desistiram se não tivessem grupos de apoio, ou rede de apoio. Talvez mudaria a vida daquelas que passaram, então eu acho que é isso: Pensar adiante, pensar quase num lugar de um propósito mesmo. (Carolina)

Dentro do coletivo de pais e mães só eu que não tinha filhos então, eu imagino ... a minha experiência diz que as pessoas entram por sentirem que aquele coletivo

propõe uma pauta que é imprescindível, foi por esse motivo que eu entrei. Acho que principalmente por afeto porque as meninas já eram minhas amigas na época e eu fiquei muito sensibilizada e me entreguei, entrei de cabeça no grupo e também por identificar que aquela ali era uma pauta que merecia a nossa dedicação. Não que o coletivo de mulheres não merecesse, mas eu me senti muito mais compelida a trabalhar pelo coletivo de pais e mães do que pelo coletivo de mulheres em determinado momento. Então as mães eu imagino que tenham entrado porque estavam num momento muito vulnerável porque estavam sendo ameaçadas e eu entrei porque eu não consegui deixar de ver aquilo acontecer e não participar. (Enedina)

Enedina é a única entrevistada que não é mãe, contudo Lélia menciona o ingresso dessas mulheres no coletivo de mães que participou, destacando que compreende que estas mulheres sem filhos têm consciência de seu papel social e Lélia agradece a estas mulheres.

Porque é a demanda para as que já estão na maternidade. Sempre há pelo que lutar. Então assim que a gente consegue um objetivo, há sempre outros que se quer conquistar também. E as outras pessoas que ainda não estão na maternidade que entram é porque tem total consciência do seu papel na sociedade, né? Não são egoístas. Mesmo que não seja uma demanda delas, é uma demanda dos outros, então são pessoas que são conscientes de verdade do seu papel de sociedade. E eu, eu agradeço muito a elas. (Lélia)

A questão do acolhimento segue sendo mencionada por Bertha e Catarina que acrescentam ao debate a questão de ser ouvida pelos seus pares e do sentimento de pertencimento. Contudo, o depoimento de Bertha indica que muitas mães estudantes ingressam no grupo para desabafar com seus pares nesta rede de apoio, mas não se engajam na luta para a promoção das mudanças necessárias para a melhora do cenário universitário.

Porque elas sentem que aquele espaço pode ser um espaço de apoio, que elas vão ser ouvidas e que a luta dela pode ser ouvida de alguma forma, e de pertencimento também porque você passa a pertencer a uma classe que às vezes não viam como algo relevante. (Catarina)

No início da pandemia acho que todas estavam na mesma situação de estar vinte e quatro horas com uma criança e querer conversar sobre outras demandas, então todo mundo falava como era bom falar sobre tudo isso que a gente estava falando lá. Porque se você quer desabafar com uma amiga ou ela não entende que você é universitária ou ela não entende que você é mãe. Então as pessoas vieram pro coletivo muito por essa parte de rede de apoio mesmo, mas não de “vamos mudar a universidade”, então foi difícil manter o coletivo com essas pessoas que não tinha essa cabeça de que vai ser um espaço de luta também. (Bertha)

A solidão reaparece nos discursos das entrevistadas ao mencionar que a entrada de outras mães nos coletivos pode estar motivada pelo sentimento de

solidão, a necessidade de apoio e até mesmo o medo de não conseguir concluir o seu curso. Maria destaca que muitas mães fazem o movimento de buscar o coletivo para tentar encontrar saídas e soluções conjuntamente com seus pares.

Eu acho que pelo mesmo motivo, muitas vezes, por desespero, por procurar um apoio, por precisar de um apoio para poder resistir lá dentro. Então acredito que não foge muito do que eu sentia quando eu queria coletivo. Acho que essas mulheres, elas buscam o apoio que elas não encontram na instituição, não encontram nos seus colegas que não vivem a mesma coisa que elas e elas encontram no coletivo, porque elas vêm em outras mães que vivem. Coisas muito parecidas ou iguais ao que elas vivem, então elas buscam esse apoio, essa resistência. (Ivone)

Olha, eu acho que talvez pra não se sentirem sozinhas nesse percurso e pela questão da força. Saber que tem alguém com a mesma história que a minha, com o mesmo problema que o meu... a troca também. Por verem segurança. Estar com alguém como eu me deixa mais segura, entendeu? (Nísia)

Eu acho que ver como os obstáculos estão sendo colocados à sua frente e ver e às vezes a gente tem medo de não conseguir concluir, porque eu acho que um a gente chegou a pesquisar na época. Acho que causa para a gente um abandono da universidade, e uma causa muito grande é a maternidade, porque você está num ambiente em que tudo é feito para te dizer que você não é bem-vinda, estando ali enquanto mãe. [...] Acho que as pessoas procuram o coletivo justamente nessa vontade de não querer abandonar, querer concluir, sabe? Mas sem ajuda, pensa: “talvez eu não eu não consiga”, então faz o movimento de tentar encontrar outras pessoas na mesma situação e tentar procurar juntos soluções para os obstáculos que são colocados. (Maria)

Percebeu-se que os motivos de adesão aos coletivos variam bastante, como indicam as próprias ativistas nos relatos aqui mencionados, contudo este ingresso de várias pessoas que, embora igualmente impactadas pela maternidade na vida estudantil, possuem perfis e realidades diversas. Assim, Anita destaca que o coletivo se inicia primeiro pela questão da necessidade e depois foi se alterando, a entrevistada menciona que o coletivo vai adquirindo a “cara das pessoas que vão entrando”, demonstrando que esta organização não possui um modelo fixo e imutável.

Putz! Difícil responder por todo o mundo. Eu acho que na primeira configuração foi uma questão mais de necessidade e depois, foi ganhando um viés mais de produção acadêmica. Os primeiros eventos acadêmicos que tiveram eu ainda participei, então foram entrando outras questões. [...] Eu acho que o coletivo vai ganhando a cara das pessoas que vão entrando e das demandas dessas pessoas. Acho que depende de cada pessoa, cada mãe tem uma demanda diferente. (Anita)

Diante deste cenário convidamos as ativistas a avaliarem suas experiências

dentro dos seus coletivos.

As ativistas Anita e Catarina enfatizam a criação de vínculos em suas experiências em seus CMUs. As entrevistadas relatam a sensação de acolhimento que sentiram ao fazer parte do grupo e relatam que criaram amizades para além da experiência na universidade.

Ah, eu acho que foi assim, parecia que ia dar tudo errado no início, porque éramos poucas, a gente nem se conhecia. Mas eu acho que deu muito certo. Tenho orgulho de ter vindo dessa experiência assim, de não ter desistido. Eu acho que foi muito boa, porque foi... Assim foi o que possibilitou eu me formar realmente e além disso. Eu, a Larissa, Mariana, Ingrid... A gente continua mantendo uma amizade, os nossos filhos têm amizade. A gente acabou criando um vínculo e criando um apoio entre as mães, além da Iuniversidade, sabe? (Anita)

Foi de muito apoio, eu gosto de dizer que o coletivo me trouxe amigos e amigas que vou levar pro resto da vida. Foi um filho, eu gosto de dizer que tenho três filhos, a minha filha, o meu TCC e o coletivo, são três coisas que saíram comigoda universidade. Então ele me ajudou a permanecer no momento que eu achei que eu não conseguiria mais, pra mim foi crucial a criação desse coletivo, foi algo quase arrebatador, aquele sentimento que você respirava fundo e ficava tranquila, deixava fluir por conta disso. (Catarina)

As entrevistadas Ivone e Carolina enfatizam as dificuldades que encontraram entre conciliar as demandas que já possuíam com as demandas trazidas pelo coletivo que enfatizam que agregam bastante trabalho e requerem disponibilidade de tempo. Ambas as ativistas seguem participando do coletivo e dando prosseguimento às atividades mesmo depois de concluírem a graduação. Ivone informa que sua atividade foi reduzida devido a demandas pessoais, enquanto Carolina lembra que está em outro momento da vida, pois a mesma está cursando o doutorado e já não está mais tão inteirada das demandas de quem vive o cotidiano da universidade como as estudantes de graduação.

Durante toda a minha trajetória no coletivo, a experiência foi maravilhosa. O coletivo de mães é um coletivo muito unido. A gente viu que muita gente entrar e muita gente se formar também. Muitas mães se formarem. E desde o início sempre teve um apoio muito grande entre nós, inclusive as que já saíram. Algumas já se formaram e continuam lá no coletivo ajudando. Então a experiência, sei que foi muito boa assim, nunca, nunca tive uma experiência ruim em relação ao coletivo. É claro que é muito trabalho. Quando a gente se propõe a fazer um coletivo, organizar o coletivo, demanda muito do nosso tempo. Então a gente tem que pensar também que quando a gente está dentro de um coletivo e está ativa, da forma que eu sempre fui, além da faculdade, das demandas da faculdade, a gente tem as demandas do coletivo também. [...] Todo o coletivo foi extremamente positivo e sempre foi extremamente positivo para mim. Isso agora que eu me formei é, eu continuo lá no coletivo eu dei uma diminuída um pouco, porque eu

estou fazendo os processos seletivos de mestrado. Então a minha articulação coletiva foi que diminuiu um pouquinho assim, mas eu tô sempre lá no grupo dando uma olhada. Quando alguém pergunta alguma coisa que eu sei responder, eu vou lá e respondo. (Ivone)

Estou nele até hoje, né? Surge em 2014 e eu estou até hoje, 2023. Ele tem altos e baixos, porque nem todo mundo está disposto a estar nesse coletivo, que demanda tempo, dedicação, estar junto, pensar, ceder, né?! Eu estou em outro momento da vida e eu sei que existem demandas muito específicas de pessoas que estão vivenciando a universidade. Eu não, não lido apenas com o coletivo de mães, eu estou tentando mencionar isso na minha vida o tempo todo, então além do coletivo, eu faço parte do GT de parentalidade, cuidados e trabalhos. [...] Então quando a gente fez um ato também no bandeirão que a gente pediu à pró reitoria de assuntos estudantis que entregasse uma placa simbólica e “crianças são bem-vindas” e a gente colou no bandeirão, na entrada pra todo mundo visse que a gente fez. [...] Eu lembro que me emocionei muito de ver as crianças, de ver que as pessoas estavam ali, de ver que as pessoas não desistiram e outras pessoas entraram. O grupo que eu entrei em 2014, e o negócio está ainda andando. Eu lembro que me emocionei, porque eu acho que tem essa produção de afeto, diz muito sobre como eu vejo o mundo. [...] Assim, politicamente e afetivamente eu sou muito ligada ao coletivo. (Carolina)

Enedina e Maria avaliam sua passagem pelos coletivos como muito positivas, mas já não estão compondo o coletivo de mães que ajudaram a fundar. Assim como Anita e Catarina, Enedina emociona-se ao destacar as amizades que fez durante sua passagem no coletivo e ressalta o grande aprendizado que adquiriu. Maria, por sua vez enfatiza a questão da continuidade dos coletivos que se realiza com o ingresso de novas ativistas a quem as fundadoras puderam “passar o bastão”.

Foi a mais proveitosa possível, foi muito trabalhoso porque a gente tava no último ano da graduação, [...], mas foi muito proveitoso no sentido da aprendizagem, porque em outros espaços que eu já tinha participado era mais reflexão, debates internos, ir a eventos, participar de palestras, mais participar e não promover. E o coletivo era mais de promover coisas. [...] Eu aprendi muita coisa no sentido de doar o meu corpo pra uma tarefa, não era só participar pensando, refletindo, trazendo opiniões, mas fazendo coisas. Eu adorei muito tomar conta das crianças, eu cresci em uma família de muitas crianças, mas você tomar conta daquela criança pra mãe ir pra aula, fazer prova... era muito maravilhoso. Fico até emocionada quando eu me lembro das coisas que a gente fazia uma pela outra. Aprendi muito no sentido do afeto, da humanização, das vias institucionais, de como conseguir movimentar as nossas pautas, mas também produzir amizade, laços de afeto, mas, de querer... a gente só queria que as nossas amigas não fossem embora. A gente só queria manter elas ali e tentar fazer com que as pessoas entendessem que a maternidade quando a gente tá cursando o ensino superior ela não tem que ser um problema, ela tem que... as alternativas têm que ser oferecidas pra gente decidir se a gente quer continuar ou se quer fazer outras coisas, as escolhas precisam estar disponíveis, a questão do coletivo era isso. (Enedina)

Ah, foi muito bom. [...] No coletivo de mães eu senti que eu estava num grupo de mulheres em que eu fazia parte. As demandas eram demandas que também iam me atender. [...] Então esse espaço do coletivo trouxe esse sentimento de pertencimento, de saber que tem um lugar que tem pessoas que estão na mesma situação com você e que compartilham as mesmas situações, as mesmas vivências que tem essa energia também de não está ruim assim, mas a gente pode lutar para melhorar, a gente pode lutar para impedir essa injustiça. A gente pode lutar para que as crianças sejam bem-vindas nos espaços, a gente pode, lutar para transformar isso. A gente pode não ser atendido, mas as próximas que vierem depois vão ter um lugar mais acolhedor. As crianças e as mulheres vão ter um espaço mais, mais aberto, a presença delas. [...], Mas é isso, é, a gente passou bastão também, né? Outras mães foram entrando.... Elas entraram acho que foi em 2018, porque eu já tinha até concluído o mestrado. Eu falei, gente, eu não estou nem mais na universidade, não tenho nem mais legitimidade para falar que eu faço parte do coletivo de mães, porque eu já não estou mais lá. Mas a Fulana chegou com muito gás a Cicrana também, e eu falei isso, “é isso, passando bastão” E, enfim, outras pessoas chegando e dando vida, dando continuidade a esse movimento. (Maria)

Algumas ativistas como Chiquinha e Nísia acabam afastando-se devido a demandas pessoais, pois, assim como destacado por Ivone e Carolina, há dificuldade em conciliar as atividades da vida, da formação e as demandas dos coletivos. Contudo Chiquinha demonstra que já não tem mais disposição devido as demandas da sua pesquisa de mestrado enquanto Nísia ainda demonstra uma atuação de suporte, pois as pessoas ainda associam a ela como “a cara” do coletivo de mães de sua universidade.

Hoje a minha atuação é muito pouca por um motivo de eu estar terminando o mestrado. Eu moro no Rio de Janeiro e trabalho em Volta Redonda. Eu estou com uma carga horária alta, eu trabalho com 18 tempos semanais. [...] E eu não consigo hoje eu não consigo atuar da maneira como eu deveria. Eu não tenho forças, não tenho tempo. Eu não tenho disposição hoje, porque eu todo o tempo que eu tenho, eu vou produzindo a minha pesquisa, na qual eu geralmente faço na madrugada, durante a madrugada, que é quando eu tenho tempo que eu deveria estar dormindo eu estou produzindo minha pesquisa. (Chiquinha)

Atualmente, eu não tô efetivamente no coletivo, não estou fazendo absolutamente nada. Porque como eu falei, como eu tô me formando eu quase não tenho ido na universidade e o pouco que a gente faz é com o GT de parentalidade... eu vou tentando dar suporte, o pessoal me procura quando tem dúvidas etc., então eu ainda sou a cara do coletivo mesmo não estando efetivamente participando, fazendo as coisas, mas o tempo todo eu que tentei procurar caminhos, eu acho que até as mães... nem elas acreditavam em muita coisa, mas não sei o que dava em mim que comprava as loucuras e... agora já até mandei para as meninas que precisa organizar outro fórum, nem tô mais lá, mas precisa organizar outro fórum (risos) e elas topam, vão atrás. Outra vez organizamos lá no outro campus, organizei ônibus, mas o meu papel acho que foi mais na organização mesmo. Foi uma experiência boa, eu parti do coletivo de mães e eu acho que ali foi o berço de muitas ideias, construções até do que eu sou hoje, do que eu faço hoje, então foi bem necessário esse percurso, então, foi ótimo. (Nísia)

No caso da experiência de Bertha a mesma enfatiza seu crescimento pessoal e profissional a partir da passagem pelo coletivo de mães na universidade, contudo houve um atravessamento violento e doloroso para essa ativista após a morte de uma das ativistas que fundou o coletivo junto com ela.

Eu cresci muito como pessoa e profissional, acho que consegui uma escuta ativa e acolher as pessoas. E como profissional de saúde é primordial saber ouvir o outros e saber entender as questões delas. Isso me ajudou muito, mas também me adoeceu muito. Tanto que eu mudei de universidade, estou em outra universidade agora, e já palestrei lá sobre o coletivo de mães, sobre o acolhimento de mães na universidade. Mas agora que eu estou no mestrado, e sempre que vem uma mensagem sobre o acolhimento de mães eu não quero estar naquele lugar. Eu não me sinto mais à vontade para estar. Estou com medo das lutas que podem vir, porque eu sei que quando eu participo de alguma coisa eu acabo tomando a frente e eu sei que é uma luta que no momento não dá pra mim depois da morte da Dandara que estava ali no coletivo lutando pelo outro... E a gente não conhece a vida do outro de verdade, a gente conhece uma parte, mas não o todo, que podeseer muito pior... tanto que ela morreu pelo feminicídio, então, isso me feriu muito. A gente vê nas estatísticas, vê na televisão o tempo todo, mas viver isso de verdade... ainda tô tratando muito, psiquiatra, psicólogo... tudo isso. Então é uma coisa que eu ainda não consigo voltar, mas não consigo, eu sinto falta da rede de apoio e tudo mais, mas eu não consigo tá ali naquele lugar. (Bertha)

5.6

Onde estão as fundadoras dos coletivos de mães do Rio de Janeiro e o que mudou nos coletivos desde sua fundação?

Este momento final das entrevistas foi conduzido pela pergunta “Você ainda participa do coletivo de mães universitárias? Se sim, o que mudou desde o início dele?”. A pergunta, embora padronizada, trouxe respostas diversas mesmo para aquelas que estiveram nos mesmos coletivos. Assim, de todas as entrevistas realizadas, apenas três ativistas fundadoras ainda estão em seus coletivos: Chiquinha, Carolina e Ivone. O coletivo de Chiquinha foi fundado recentemente, então a ativista conseguiu avaliar este impacto. Dentre as outras

Ainda participo. Enquanto estiver viva, vou estar participando. Então eu não estou mais tão intensa como eu era quando eu morava no alojamento, então eu não sei como que as pessoas se articulam é pra chamar a atenção dessa questão. Eu sei que existem pessoas que assumem o lugar de liderança e que fazem acontecer.[...] De lá pra cá mudaram algumas demandas. Por exemplo, agora eu estou lembrando o curso que é do setor de educação do campo é um curso que é diferenciado de outros programas de outros cursos. Eles têm o tempo em comunidade. Você fica 3 meses em sala de aula e 3 meses você volta para a comunidade e tem muitas pessoas com filhos nesse curso. Então precisa-se pensar nessa demanda, né? Que leve em consideração também esse curso. Antes a gente

só falava de alojamento da graduação. Hoje a gente está falando de alojamento, da pós-graduação. Essas mulheres estão se formando e elas precisam de lugar para ficar. [...] A gente tem uma escola que estava vinculada à universidade federal e que deixou de funcionar por conta de um problema estrutural e eles mudaram o espaço e tiraram esse vínculo que tinha,[...] e a gente está tentando reavivar esse debate para ver se a gente consegue de alguma forma voltar com a discussão de não mais uma parceria entre prefeitura e universidade. Mas em uma difusão de federalização dessa escola, porque senão a gente sempre vai ficar à mercê do prefeito que vai ser eleito, ou do reitor que vai ser eleito. Isso não faz sentido. [...] Eu acho que a gente de alguma forma, ampliou o debate, mas tem debate que ainda continua, que é a creche. A gente ainda não regulamentou o alojamento. A gente ainda está tentando, só que a gente está ali também como espaço de resistência, porque as irmãs continuam lá com as crianças e se caso acontecer qualquer coisa, a gente vai fazer um rebuliço, porque é isso que a gente faz. (Carolina)

Ainda participo. Mudou que a gente saiu de uma rede social, foi para outra. Então o Facebook é bem diferente do WhatsApp, que não é uma rede social. [...] Então, mudou a forma de comunicação. Acho que hoje em dia a gente tem mais contato com outros coletivos através do WhatsApp, então a gente compartilha muito sobre outros coletivos, sobre eventos, sobre maternidade, então ficou uma coisa assim, mais direcionada para a maternidade, que antes não tinha, era muito espalhado, sabe? A gente não tem mais reuniões presenciais, praticamente são todas online, porque é muito difícil fazer reunião presencial,[...], mas também a gente faz menos reuniões do que antes, porque a gente está sempre em contato ali no grupo do WhatsApp, então nem sempre é necessário fazer reunião. Esse ano o DCE entrou em contato e quis articular com o coletivo, então está tendo uma articulação com outros movimentos da universidade, apesar da gente ter um pezinho atrás porque em época de eleição aparece bastante esses movimentos, as chapas, mas assim não existe uma chapa que o coletivo apoia. O que a gente reivindica é que todas as chapas falem sobre a questão da maternidade, como falam sobre várias outras questões que são importantes, como a sexualidade, como a raça, como transexualidade. Queremos que todas elas falem sobre maternidade também e que reivindiquem essas políticas também e que não seja uma coisa só eleitoral. Mas hoje a gente tem uma maior articulação com o DCE. E com a própria instituição por conta do da nossa relação com o GT. Então, hoje em dia, o coletivo ele tem uma articulação melhor com a instituição. (Ivone)

Na fala de Chiquinha percebemos que embora algumas demandas existam no momento de criação, há uma grande responsividade dos coletivos ao seu contexto, sendo assim as demandas que vão surgindo vão sendo acolhidas. O debate vai se ampliando e se alterando, mas as demandas não supridas, como a creche, seguem sendo pauta e motivo de mobilização destas mães estudantes.

Dentre as entrevistadas, Anita, Maria e Enedina revelam que não estão mais nos coletivos que ajudaram a fundar, mas que imaginam ou percebem que houve avanços no coletivo e que as novas ativistas deram continuidade ao trabalho iniciado por elas, tendo alcançado outras conquistas dentro da universidade.

Não participo. Eu acho que ele ficou melhor estruturado, sabe? A gente tinha a

intenção de deixar o coletivo mais estruturado também, de atingir mais mães, de alcançar mais mulheres ali, mas a gente realmente não teve condição de tempo, porque a gente estava muito sobrecarregada e muitas coisas a gente não conseguiu levar para frente. Mas chegando outras mães com históricos de vida diferentes dos nossos elas conseguiram dar uma certa estrutura, promover eventos acadêmicos, ter uma página ativa na internet, fazer divulgação, inclusive de outros coletivos, conseguir ter uma rede de contato com outros coletivos, enfim, conseguiram fazer uma rede mais bem estruturada. Então eu acho que, com o tempo, as coisas foram se estruturando mais. Assim, foi algo gradativo. (Anita)

Não participo. Olha, eu imagino que tenha mudado um pouco a maneira de agir nas pautas principais, não posso afirmar isso, mas a pauta da permanência talvez, como já tava garantida e não fosse uma pauta tão urgente eu penso que talvez o grupo tenha mudado um pouco a estratégia para as suas demandas, então talvez agora o foco seja a creche que era uma questão muito importante para as mães que estavam chegando, garantir a creche no espaço da universidade e eu não sei como é o diálogo com a pró reitoria agora, até porque mudou a pró reitoria, não são mais os mesmos professores, a equipe que administra a universidade nesses termos não é mais a mesma então eu imagino que tenha mudado por causa disso, mas eu imagino que a demanda continua sendo a creche e a ampliação das políticas de permanência para as mães, mas realmente não tenho certeza, só perguntando para as meninas que estão lá agora. (Enedina)

Não. Eu sei que elas tiveram um bom acesso com pessoas da pró-reitoria de graduação. E com isso de acessos, conseguiram avançar em algumas pautas. Eu não sei dizer exatamente quais. Eu acho que a questão do bandejão talvez tenha porque era uma pauta bem forte. [...] Eu acho que também em relação a uma questão que até a Cicrana trouxe, foi da licença maternidade das estudantes. E existe a prorrogação, mas que ninguém sabia o que fazia e elas acabavam reprovando o semestre inteiro, às vezes mais de um. Porque tinha um regime especial, não é um regime diferenciado, mas que não era respeitado. Cada um fazia o que queria, os professores não davam. Então eu imagino que houve alguns avanços, mas assim eu realmente não saberia dizer. (Maria)

Lélia informa que após a sua saída da universidade e do coletivo não sabe informar como está o cenário atual. é relevante destacar que esta entrevistada não se encontra no Brasil, portanto perdeu o contato não só com o coletivo, mas também se encontra em um contexto diferenciado.

Não, não participo já há muito tempo, muito tempo mesmo. O que mudou? Não faço ideia, não faço ideia porque eu acho que parei de participar em 2016, foi quando eu me formei e depois, não me inteirei mais. (Lélia)

Diante dos diversos caminhos que um coletivo pode tomar, há também os possíveis retrocessos. Assim, Nísia e Bertha destacam que seus coletivos retrocederam ou simplesmente pararam de atuar. No caso de Bertha a descontinuidade se deu devido a perda de sua companheira de coletivo, a quem pretendia “passar o bastão”.

É como se hoje a gente tivesse voltado à estaca inicial. Porque no começo foi o que eu falei, não se via crianças, pela universidade, não se via discussões. E conforme o coletivo foi fazendo parte da universidade... tinha uma aula que tinham 5 crianças na sala [...] Até um professora que chamei pra minha banca falou “cara, olha quanta criança que tem!” Ela ficava chocada com a transformação, antes e durante o coletivo. teve uma atividade num sábado sobre o estágio e quando eu cheguei já tinha um espaço para as crianças e não foi o coletivo que organizou. Foi a primeira vez que eu vi. Nem foi a universidade, foram as professoras que estavam ali naquele dia. Tinha livros, lanches, um tapete imenso no meio do auditório, todo um movimento imenso que não tinha partido do coletivo, partiu dos próprios professores. Você via comportamento, via que as coisas estavam diferenciadas, os professores estavam mais sensibilizados.[...] Acho que por isso que eu senti tanto o mestrado, porque eu queria dar continuidade, queria repassar pra alguém, mas é bem difícil. Hoje em dia você chega na universidade e raramente vê criança independentemente do horário que você vá, foi o que as próprias mães falaram no formulário, que tem medo de represálias e tudo mais. Não sei como tá sendo a questão dos professores porque não tô mais tão ativa. Então acabou que muita coisa andou pra trás, a gente tá naquele ponto lá de antes de 2016 e isso me deixa bem triste. (Nísia)

O meu TCC foi sobre maternidade, permanência de mulheres mães universitárias e eu iniciei o meu projeto de TCC com esse intuito mesmo. E eu vi ali uma forma de fazer esse TCC para a continuação do coletivo, pra ter algo sólido, palpável falando do coletivo, da existência do coletivo dentro da universidade. E eu sabia que a Dandara continuaria o trabalho do coletivo, assim como eu continuei o trabalho assim que a Catarina se formou e ela deixou o recado pra não deixar esse coletivo morrer. Eu me apaguei aquela frase e eu sabia que eu tava pra me formar e continuei o trabalho, sabendo que a Dandara continuaria, só que ela faleceu dessa forma trágica que afetou todas do coletivo, teve pânico, teve muito pânico porque mulheres que viviam como ela... medo mesmo da morte, porque tinham mulheres que viviam do mesmo modo que ela... então no fundo eu sabia que não teria continuidade, sem a Dandara lá, e eu continuei no grupo por um tempo. Teve pessoas novas entrando, pessoas que não eram mães e eu tentei passar as demandas, mas eu não vejo acontecer, tá bem abandonado o coletivo. (Bertha)

Com os relatos de Nísia e Bertha observamos um dos grandes complicadores trazidos pelo elemento “fluidez” dos coletivos. A fluidez permite a continuidade e a transformação do coletivo a partir de novos atores, mas também possibilita a descontinuidade pois no cenário universitário as antigas atrizes sociais dos coletivos de mães acabam se desvinculando da instituição quando se formam e dependem das novas atrizes para dar seguimento. Assim, nos relatos aqui colhidos percebemos que o movimento se arrefeceu ou mesmo teve sua continuidade interrompida pela realidade vivida. Neste cenário os elementos de mudanças de cenário, como a maior presença de crianças na universidade provocadas pela gênese dos coletivos de mães, vão se apagando.

Catarina nos traz um relato único, pois saiu de sua universidade e do coletivo que ajudou a fundar e agora está em outra instituição, integrando agora o

coletivo fundado por Ivone. Catarina e Bertha fundaram o mesmo coletivo, assim ambas relatam o impacto da perda de Dandara como um fator relevante para a continuidade do coletivo.

Então, eu saí daquela universidade depois do mestrado e fui fazer doutorado em outra, então eu não participo ativamente lá, mas é um lugar que eu tenho como referência. [...] Eu não consigo te dizer o que mudou, eu acho que a gente teve uma perda muito grande e isso afetou muito o coletivo, mas eu não consigo dizer se alguma das demandas, um projeto de creche, bolsas pra mulheres mães, as vezes cotas em editais, se isso se efetivou como a gente planejava, então eu não tenho certeza se essas lutas foram efetivadas, mas eu acho que de alguma forma a universidade foi impactada com a nossa presença, e isso por si só já é algo crucial, a existência de um coletivo de mães é algo que quando a gente falava impactava, nossa tem um coletivo de mães na universidade, então isso, faz que como DCE, e reitoria, quando vão se eleger tenham que tocar no assunto das mães, das mulheres mães, tenham que falar.... porque marca que tem um lugar ali que eles precisam preencher, seja por política ou não, seja no sentido mais estrito da palavra ou não. (Catarina)

O relato da ausência de Dandara, embora seja motivada por uma situação de violência, agrega-se a outros relatos aqui apresentados que indicam não só a entrada de mais ativistas, mas também a saída de muitas delas, especialmente quando se formam ou evadem. Esse cenário suscita a discussão sobre a fluidez característica dos coletivos, que pode ser um fator positivo por renovar a composição do grupo, mas também negativo por oportunizar a descontinuidade dessas iniciativas, como observado por Oliveira (2019) que retrata diversos episódios em que o coletivo de mães da UFF esteve perto de se dissolver e chega a dividir a história deste coletivo em três fases.

O cenário enfrentado por estas fundadoras reflete no fato de que outras ativistas que vão chegando após a fundação do coletivo precisam estar igualmente engajadas para sustentar e dar continuidade ao coletivo de mães universitárias quando ocorra a saída das protagonistas ou para quando elas já não possam mais sustentar a condução das atividades do coletivo, carecendo de um movimento constante de “passar o bastão” para que outras deem seguimento às atividades.

6 Considerações Finais

As mulheres têm se organizado em coletivos para promover a defesa de seus direitos e melhorias condições de permanência universitária. A proposta desta tese foi analisar a constituição dos Coletivos de Mães Universitárias no estado do Rio de Janeiro e o processo de adesão das ativistas que fundam estes coletivos. Durante esta pesquisa revisitamos os principais referenciais das categorias centrais que atravessavam o objeto de pesquisa e que permitiram mais entendimento acerca dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de mulheres e daqueles que tratavam de temas sobre a maternidade. Pudemos concluir que a maior parte dos atores sociais no Brasil são na verdade atrizes, pois a atuação feminina não só é antiga como é significativa dentro dos movimentos sociais brasileiros. Também não há novidade no que tange a abordagem do tema da maternidade nos movimentos sociais, tendo em vista a atuação das diversas matriarcas que utilizaram de sua identidade para lutar por suas famílias, especialmente por seus filhos.

Além disso constatou-se que as iniciativas que buscam a ampliação de direitos se espriam também no direito a educação, sendo significativas no campo da permanência estudantil dos estudantes entendidos como “não tradicionais”, grupo do qual as mães estudantes fazem parte. A transformação do cenário enfrentado por estes estudantes passa a ser possível a partir de ações afirmativas e também do engajamento estudantil, que só é possível quando há participação/contribuição da própria instituição de ensino, que pode ser provocada pelos estudantes nas diversas formas de manifestações organizadas pelos coletivos.

A permanência das mulheres-mães na universidade é um tema crucial para a igualdade de gênero na educação. Por isso em seguida tratamos especificamente dos coletivos, um novo modelo de ação coletiva que tem surgido dentro dos estudos sobre movimentos sociais e se tornado cada vez mais evidentes desde a

década de 2010. Entendemos que não há um conceito fechado de coletivos e que eles podem ser de diversos tipos, sendo muito comuns o tipo de coletivos universitários.

Dentro dos CMUs aqui estudados percebemos que há algumas assimetrias nas respostas quando provocamos as ativistas a definirem o que é um coletivo, contudo pudemos identificar semelhanças significativas. Isto posto, podemos fazer aqui um esforço conceitual e definir que um coletivo de mães universitárias é uma ação conjunta no âmbito dos novos formatos de movimentos sociais, que a partir da agregação de mulheres-mães tenta provocar modificações no ambiente universitário para que este promova permanência de cunho material e simbólico para seus pares, além de servir enquanto rede de apoio para acolhimento de outras mulheres-mães estabelecendo uma constante troca entre as demandas internamente acolhidas e o cenário externo para o enfrentamento.

Compreendeu-se que criar um coletivo de mães universitárias pode ser benéfico para as ativistas devido ao apoio mútuo para formatar a luta e o compartilhamento das experiências na esfera da maternidade e na esfera da universidade, criando uma rede de solidariedade e suporte entre as mães ativistas. Com base nas experiências aqui relatadas podemos afirmar que as mães universitárias praticam um movimento em que se acolhe e é acolhida por quem conhece profundamente as suas mazelas formando assim uma comunidade onde reforça-se que sua experiência é coletiva.

Entendeu-se que a adesão das mães aos CMUs se dá por diversos motivos dentre eles troca de experiências, solidariedade, necessidade de rede de apoio, amizades e para se sentir parte de uma comunidade composta por seus pares, ou seja, por outros que vivenciam experiências similares. A busca pelos CMUs mostrou-se especialmente despertada devido ao sentimento de solidão e abandono, podendo ser para algumas mães universitárias a principal ou única rede de apoio com a qual pode contar. Neste sentido, o isolamento imposto pela pandemia de Covid19 em 2020 parece ter asseverado a solidão vivenciada pelas mães, potencializando a criação de CMUs no país neste período, como demonstram os dados do mapeamento.

Durante o período de formação dos coletivos, os principais objetivos geralmente incluem a busca por apoio mútuo, troca de experiências, solidariedade, fortalecimento da comunidade, defesa de interesses comuns e criação de redes de

apoio internas e externas, contudo esses objetivos podem se ampliar devido a responsividade que os coletivos possuem com a realidade vivenciada dentro das instituições de ensino superior.

Os CMUs começaram predominantemente com reuniões pequenas, a partir do convite das idealizadoras a outras mães interessadas ou mães conhecidas das estudantes que desejavam fundar o coletivo. Os grupos iniciam duas organizações com ideias mais práticas, muitas vezes voltados para resolver uma demanda emergencial como a expulsão da moradia estudantil ou o impedimento de entrarno “bandejão”. As atividades iniciais também aparecem impactadas pelo isolamento durante a pandemia de Covid19, tendo em vista que as atividades presenciais estiveram suspensas devido a imposição de isolamento social.

A relação de outros grupos e coletivos com a questão da maternidade apresentou variações, em todos os casos havia coletivos feministas ou de mulheres nas instituições. Considera-se que dependendo dos valores, crenças e práticas de cada grupo existente nas instituições alguns grupos podem valorizar e apoiar a maternidade, como no caso de um coletivo feminista que chega a enviar uma emissária para apoiar a criação do coletivo de mães, enquanto outros ignoraram o tema. Contudo é válido destacar que em todos os casos ainda assim as mães sentiram necessidade de criar um coletivo próprio destinado a mães estudantes por não se sentirem plenamente contempladas nos coletivos de mulheres existentes.

As ativistas unanimemente afirmam que a experiência no coletivo foi positiva, e em alguns casos chegam a afirmar que o coletivo foi definitivo para sua sobrevivência na universidade e para a conclusão do curso. Nestas falas constatou-se que os CMUs representam espaços onde a luta e o afeto se entrecruzam e se complementam na busca pela permanência.

Notou-se que os CMUs estudados apresentam em sua maioria as características apresentadas pela bibliografia especializada como fluidez, horizontalidade, uso das redes sociais, multiplicidade de pautas e a intensa responsividade ao contexto. Além disso, assemelhando-se aos movimentos sociais, os CMUs provocam a incorporação da identidade “mãe-estudante” enquanto sujeito coletivo, deslocando-as do “eu” para o “nós”, e posicionando-as em falas que remetem sempre ao grupo de pessoas e aos seus interesses enquanto categoria.

Os CMUs colocam a maternidade como um elemento estruturante das experiências das mulheres-mães nas universidades brasileiras e neste movimento já registram algumas conquistas alcançadas pelos coletivos aqui estudados que vão desde as mudanças provocadas em suas universidades, até as contribuições acadêmicas das pesquisas e eventos promovidos pelas suas ativistas. Cabe também destacar a vitória a nível nacional com a criação do GT do MEC que foi provocada por diversos grupos e coletivos organizados, contando com a participação de ativistas dos CMUs de todo o país.

Ademais, cabe destacar que a ampliação do número destes coletivos de mães é tão constante que após o encerramento da pesquisa de campo desta tese, apenas no estado do Rio de Janeiro surgiram três coletivos novos: Coletivo de Mães da UERJ, Coletivo Mães e Pais UERJ e o Movimento Mães da UFF e muitos outros foram criados pelo resto do país.

A conclusão desta pesquisa abre portas para novos questionamentos e futuras pesquisas que venham a responder novas perguntas que surgem a partir daqui, por exemplo: Como as novas ativistas, que não estiveram presentes na fundação, percebem estes coletivos? Como se deu o processo de fundação dos coletivos de mães em outros estados? Como foi a experiência das ativistas na fundação do primeiro coletivo de mães do país? Como os pais universitários tem se percebido dentro dos coletivos que os aceitam? Como estarão os CMUs dez anos após a possível promulgação da política nacional de permanência que o MEC está construindo?

Ainda há o que se conquistar e manter no campo da permanência estudantil, mas já existem avanços e conquistas especialmente com a luta dos coletivos universitários. Desta forma conclui-se que, a partir das narrativas das estudantes mães universitárias, que foram protagonistas no processo de formação dos CMUs do estado do Rio de Janeiro, o presente estudo pode trazer elementos que possibilitaram a compreensão do processo de formação dos coletivos de mães nas universidades brasileiras e também, do seu valor e importância para a manutenção destas estudantes nas universidades. Ainda merece destaque a relevância do papel desempenhado pelas protagonistas que foram entrevistadas, que são referências no campo da luta por direitos e pela permanência qualificada das estudantes mães em cursos de graduação.

7

Referências

- ABREU, K. E. Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência. 2021. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2021.
- ANJOS, Mádhava Hari Cezar dos. **Políticas De Acolhimento Às Mães No Espaço Acadêmico**: Como as mães vivenciam a pós-graduação. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: Andifes, 1998.
- AVENDAÑO, Juan Luis Hernandez. Democracia, até onde? **Revista Nova América**, Rio de Janeiro, n. 163, 2019. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/?p=1430>. Acesso em: 01 dez. 2020
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, E. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro, Record, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BARROS, E. B. A. **Permanência dos estudantes de origem popular na universidade**: A bolsa moradia na UFBA. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – Universidade Federal da Bahia, 2014.
- BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n.38-39, p.206- 217, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 set. 2019.
- BITTENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase do doutorado. Jundiaí: Paco editorial, 2013.
- BITTENCOURT, Silvana Maria. Coletivo de mães universitárias brasileiras: unidas pelo direito de cuidar dos filhos e estudar. **ONTEAIKEN: Boletín Sobre**

Práticas y Estudios de Acción Colectiva, n. 36, p. 40–43, 2023.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (org.) **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília, DF: Editora unB, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf. Acesso em: 15 de ago. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRASIL, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 20/7/2010, página 5.

BRASIL. **Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Brasília: Diário oficial da união, 2017.

CALDAS, Jacyara dos Santos. **Coletivos feministas de mães universitárias: apoio mútuo e luta por institucional**. 2022. 95 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CLAPP SALVADOR, Andreia. **Ação Afirmativa No Ensino Superior: Estudo Da Política De Inserção De Alunos Pobres E Negros Na Puc-Rio**. 2009. 199f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Resolução 248 de 19 de Dezembro de 2011**. Define os prazos regulamentares máximos de vigência das bolsas de estudo no país e no exterior. Brasília: Diário oficial da união, seção 1, 23/12/2011, p.21.

CORRÊA; Mithaly Salgado, GOMES; Ana Carla do Nascimento, GOMES; Many Ribeiro Santos, SILVA; Carla Regina Ribeiro da, MARMELLO; Jandira Ferreira Novais, & GUIMARÃES; Viviane Marinho. Coletivo Mães Da Ufrj: Redes, Ações E Estratégias Para O Fortalecimento Dos Ativismos Maternos Universitários. **III Simpósio Brasileiro Sobre Maternidade e Ciência**, 2023

COSTA, Wagner Maia da. Dos Movimentos Sociais aos Coletivos no Século XXI: as horizontalidades dentro das verticalidades? In: Encontro Anual da ANPOCS, 44., 2020. **Anais do 44º encontro da ANPOCS**, São Paulo: ANPOCS, 2020.

COULON, Alain. **A condição de estudante: A entrada na vida universitária**. Salvador: Edufba, 2008.

FALQUET, Jules. História do Coletivo Combahee River. *Lutas Sociais*, 22(40), 124–137, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46660/31123>. Acesso em: 10 mai. 2024

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. O conceito de ação afirmativa. In: **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 13-25 (Coleção Sociedade e política).

FERNANDES, Andressa Ramos da Silva. **Perfil Sociodemográfico E Alimentar De Mulheres Mães De Universidades Públicas**. Monografia (Graduação em Nutrição). 78f. 2022. Centro De Ciências Biológicas E Da Saúde–CCBS, Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro - Unirio, Rio de Janeiro, 2022.

FRAGOSO, António; VALADAS, Sandra T. **Estudantes não-tradicionais no Ensino Superior**. Coimbra: CINEP/IPC, 2018.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 7 out. 2020.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 15, n. 14–15, p. 231, 2006.

FREITAS, R. C. S. **Mães de Acari preparando a tinta e revirando a praça: um estudo sobre mães que lutam**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

FREITAS, R. de C. S. Famílias e Violência: Reflexões Sobre as Mães de Acari. **Psicologia USP**, v.13, n.2, p.69-103, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educacao, [S. l.]**, v. 16, n. 47, p. 333–513, 2011. ISSN: 14132478. DOI: 10.1590/S1413-24782011000200005.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019. 294 p.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno Espaço Feminino**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117–133, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-70, out. 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, M. G. M. Movimentos Sociais e Movimentos Coletivos em São Paulo: o papel da política, dos mediadores e da mídia nas mobilizações, manifestações e protestos nas ruas na atualidade. In: 10 Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016, Belo Horizonte. **ANAIS da 10 ABCP**. Belo Horizonte: ABCP, 2016. v. 1. p. 1/19.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439–455, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e Participação Social. **Saúde e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 20–31, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3bGO8vx>. Acesso em: 04 dez. 2021

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - Como impactam e por que importam?** São Paulo: Editora Vozes, 2022.

GOMES, Laís Lúcia B. **Mulher, mãe e universitária: desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica**. 2020. 70 f. Monografia (Graduação em Terapia Ocupacional). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17638/1/LBG01042020.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001a.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. **Revista de informação legislativa**, v. 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001b.

GRUPO DE TRABALHO “MULHERES NA CIÊNCIA”. **Propostas de Políticas**

de Apoio a Maternidade na Universidade. Niterói: UFF, 2019. Disponível em: https://cpeg.uff.br/wp-content/uploads/sites/582/2022/04/Propostas_de_Políticas_de_Apoio_a_Maternidade_na_Universidade_UFF.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v.19, n.1, p. 7-17, 2018.

HERINGER, Rosana. Permanência Estudantil No Ensino Superior Público Brasileiro: Reflexões A Partir De Dez Anos De Pesquisas. **Cadernos De Estudos Sociais**, v.37, n.2, 2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.129, p.285-303, mai/ago.2017.

KAHU, E. R. Framing student engagement in higher education. **Studies in Higher Education**, v.38, n.5, p. 758–773, 2013.

LEMES, Luana Borges. Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MARIA, E. A.; OZÓRIO, C. D. **O Papel Do Coletivo Das Mulheres Na Formação Das Universitárias Da Puc-Rio.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499462054_ARQ_UIV_O_opapeldocoletivodasmulheresnaformacaodasuniversitariasdaPUC-Rio\(2\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499462054_ARQ_UIV_O_opapeldocoletivodasmulheresnaformacaodasuniversitariasdaPUC-Rio(2).pdf). Acesso em: 02 set. 2019

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. **Bertha Lutz.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 3.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007. 119 p.

MATA, Gisele Camilo da. **Quem pode ser mãe:** maternidade, produção do conhecimento, escolhas (im)possíveis e vivências de estudantes na UFMG. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e Poder:** histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENEZES, Rafael de Souza et al. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 20, n. 21, p.23- 47, 2012. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542012000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2019.

MINAYO, M. C. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Maria Cecília de Souza Minayo. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MONOSSON, E. (org.) **Motherhood, the elephant in the laboratory: Women scientists speak out**. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORON, Juddy Garcez. Mães nos movimentos sociais: um estudo comparado sobre as mães da praça de maio e os clubes de mães da zona sul de São Paulo. **Espirales**, p. 15–132, jan. 2021.

MOURA, I. de O. E. de S.; SILVA, J. M. S. Maternidade Como Marcador Da Diferença Nas Relações Sociais. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 4, p. 54–64, 2024. DOI: 10.18224/mos.v16i4.13536. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13536>. Acesso em: 6 abr. 2024.

NEVES, A. V. Ameaças à democracia hoje: desafios contemporâneos. 2016.

OLIVEIRA, Tatiana Viana de; SOUZA, Mirian Alves De. **Mães Na Graduação: política e maternidade nas universidades públicas do Brasil**. 2020.

OLIVEIRA, Tatiana Viana de. **Maternidade e Universidade: Os Desafios Das Mães Na Graduação Da Uff**. 2019. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PAIVA, Angela Randolpho. Direitos, desigualdade e acesso à universidade. **O Social em Questão**, v. 23, p. 15-42, 2010.

PAIVA, Angela Randolpho. Pedagogia alternativa nos movimentos sociais. **Desigualdade & Diversidade** (PUC-RJ), nº12, p. 29-42, 2013.

PAIVA, Angela Randolpho; SANCHES, Taísa. O tempo nos movimentos. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, nº 51 - mai./ago. de 2022.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais? Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 103–145.

PEREZ, Olívia Cristina. **JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA E POLÍTICA: A DESCRENÇA NAS INSTITUIÇÕES PARLAMENTARES E O**

CRESCIMENTO DOS COLETIVOS. *In*: 11º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA 2018, **Anais** [...]. [s.l: s.n.]

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 46, p. 0–1, 2020. ISSN: 1517-9702. DOI: 10.1590/s1678-4634202046217820.

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS 2017, Caxambú. **Anais** [...]. Caxambú: ANPOCS, 2017.

PEREZ, Olivia Cristina; SILVA FILHO, Alberto Luís Araújo. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. **Latitude**, Maceió, v. 11, n. 1, 2018. DOI: 10.28998/ite.2017.n.1.2812. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2812>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 887-896, dez.2008.

PLETISKAITZ, K. **A maternidade na casa de estudantes da UFSM**: desafios e conquistas das acadêmicas mães moradoras da CEU. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2018. Disponível em <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/4177>. Acesso 15 fev. 2024.

QUEIROGA, Eduardo. **Coletivo fotográfico contemporâneo e prática colaborativa na pós-fotografia**. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

REIS, Ana Regina Gomes dos. **Do segundo sexo à segunda onda**: discursos feministas sobre a maternidade. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Gênero) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade federal da Bahia, Salvador, 2008.

RUCKSTADTER, V. C. M.; SOUZA, R. E. de. Ações Afirmativas Para Mães Como Mecanismo De Isonomia E Fortalecimento Da Universidade Pública: Um Relato A Partir Da Experiência Na Universidade Estadual Do Norte Do Paraná (Uenp). **Vivências**, v. 18, n. 35, p. 121–132, 2022. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/487>. Acesso em: 4 mai. 2024.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n.16, jan. 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**, vol. 7, nº 1, p. 9-21, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947/1994>. Acesso em: 30 set. 2023

SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Marcelo De Franceschi dos. **Fotojornalismo do coletivo fotográfico SP invisível e a humanização de pessoas em situação de rua**. 2018. Dissertação (mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino**. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A Feminização Do Cuidado E A Sobrecarga Da Mulher-Mãe Na Pandemia. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SILVA, J. M. S., SALVADOR, A. C. Coletivos De Mães Universitárias Rompendo Com A História Da Exclusão Feminina Nas Universidades. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia / organização Márcia Maria Menendes Motta**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

SILVA, Jaqueline Soares da. **Formação de Professores: os desafios das mães universitárias no curso de Pedagogia da UFRJ**. 2019. 57f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, N.N.; SANTOS, A.P.; REIS, J.M.S. Assistência Estudantil E Ações Afirmativas: Um Estudo Das Condições Materiais E Simbólicas. **Educ. Soc., Campinas**, v. 42, e254841, 2021.

SILVA, Vanessa Suany da. **Coletivo MãEstudantes/UFSC: articulações, política de permanência materna e institucionalização de demandas**. TCC (graduação em antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **Mulheres-mães-estudantes, assistência estudantil e creche: um debate necessário na Universidade Federal do Maranhão – Cidade Universitária Dom Delgado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **“Quem entrou quer ficar”**: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão. 2021. 137 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SOARES, A.C.E.C. ; CARDOSO, V. C. (Org.); CIDADE, C. A. S. (Org.). **Maternidades Plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia (Impresso). Goiânia: CegrafUFG, 2022. v. 02. 678p

SOARES, A.C.E.C. ; SANTOS, C. A. ; SILVA, J. M. S. ; CARDOSO, V. C. . Apontamentos históricos do surgimento dos coletivos nacionais de mães nas universidades e o fortalecimento da luta materna na ciência brasileira dos dias atuais. In: Andreia Silva de Souto-Marchand; Elisandra Galvão; Morgana Fernandes (Orgs.). (Org.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade**: artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Editora Fi: Rio de Janeiro, 2020. 114-127.

SOUTO-MARCHAND, A. S.; GALVÃO, E.; FERNANDES, M. (Orgs.) **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade**: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem Dois Sexos**: Trabalho, dominação e resistência. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006. 261 p.

URPIA, Ana. M. O. **Tornar-se mãe no Contexto Acadêmico**: narrativas de um self participante. 2009. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

URPIA, Ana. M. O; SAMPAIO, Sandra. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011.

WANDERLEY, Andrea C. T. Série “1922 – Hoje, há 100 anos” VI e série “Feministas, graças a Deus!”: XI – A fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Brasiliana Fotográfica. **Brasiliana Fotográfica**. 09 ago. 2022. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26964>. Acesso em: 16 jan. 2024

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32, mai./ago. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG>. Acesso em: 9 fev. 2024.

ZAGO, Paula. Salete Casado. **Gravidez na Graduação:** um estudo crítico e necessário com estudantes do curso de licenciatura em pedagogia da universidade federal da fronteira sul, campus Erechim. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal da Fronteira do Sul, Licenciatura em Pedagogia, Erechim, 2021.

ZAGO, P. S. C.; GRITTI, I. R. Coletivo De Mães Estudantes Universitárias Como Forma De Mobilização Política Universitária Em Favor Do Ser Mãe Na Universidade. In: MOSTRA DE PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UFFS, 2., 2023, Erechim. **Anais [...]** Erechim: UFFS, 2023

ZAGO, P. S. C.; BITTENCOURT, Z. A. Coletivo De Mães Estudantes Universitárias: Um Olhar Para O Ativismo Materno Nas Redes Sociais. In: MOSTRA DE PRODUÇÃO ACADÊMICA DA UFFS, 2., 2023, Erechim. **Anais [...]** Erechim: UFFS, 2023

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V. & PORTO, M. (Orgs.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s):** questões para a psicologia. Brasília: CFP, 2016. p. 121-140.

Apêndice A - Roteiro de Entrevistas

Bloco 1 – Sobre os coletivos de mães universitárias – perspectiva geral:

- 1) Para você, o que é um coletivo de mães universitárias?
- 2) Por que criar um coletivo de mães universitárias?
- 3) Para você, o que significa o seu coletivo?

Bloco 2 – A formação do coletivo:

- 4) Como se iniciou a organização do seu coletivo? Quem iniciou?
- 5) Quais eram as principais demandas quando vocês criaram o coletivo?
- 6) Como era a dinâmica do coletivo e quais as principais atividades?
- 7) O que vocês queriam com o coletivo?
- 8) Quais foram os principais objetivos no período de formação do coletivo?
- 9) Esses objetivos foram atingidos?
- 10) Como vocês fizeram para atingir esses objetivos?

Bloco 3 – Adesão e experiência das Ativistas

- 11) Por que você criou um coletivo?
- 12) Por que você acha que as pessoas entram no coletivo?
- 13) Como foi ou tem sido sua experiência nele?
- 14) Já existiam outros coletivos/grupos de mulheres na sua universidade?
- 15) Como era a relação deles com a questão da maternidade?
- 16) Você ainda participa do coletivo de mães universitárias? Se sim, o que mudou desde o início dele?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa “COLETIVOS DE MÃES UNIVERSITÁRIAS: INGRESSAR, PERMANECER E FORMAR” que tem como objetivo analisar a constituição dos Coletivos de Mães Universitárias no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é realizada por Juliana Marcia Santos Silva e orientada por Andreia Clapp Salvador.

Por intermédio deste Termo, fica acordada a publicação de dados da pesquisa obtidos nas entrevistas, ao tempo em que lhe são garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.”

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20__

Nome da/o Participante: _____

Assinatura da/o Participante: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____